

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FLÁVIO BADARÓ COTRIM

ESTADO E POLÍTICA EM CAIO PRADO JUNIOR E FLORESTAN FERNANDES

BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS

2012

FLÁVIO BADARÓ COTRIM

ESTADO E POLÍTICA EM CAIO PRADO JUNIOR E FLORESTAN FERNANDES

Dissertação apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Juarez Rocha Guimarães.

BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS

2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha família que, nesses anos de estudo, sempre estiveram por perto. Com paciência e amor, souberam entender os desafios e as possibilidades que esse caminho oferece.

Agradeço as professoras Magda de Almeida Neves e Vera Alice Cardoso por terem aceitado participar da banca examinadora desta dissertação.

Agradeço em particular ao professor Juarez Guimarães pela orientação e pela paciência no processo de superação das dificuldades surgidas no processo de construção desta dissertação.

Agradeço a todos os colegas de curso, os amigos e camaradas que de alguma forma compartilharam e torceram para que tudo terminassem bem.

Agradeço em especial à Mariana Alencar Sales, se não fosse por seu empenho, dedicação, ajuda e amor, esta dissertação não teria sido concluída.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob as circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada.”

Karl Marx, em *O 18 de Brumário*.

RESUMO

O presente trabalho tem a pretensão em analisar de forma crítica o processo de institucionalização das Ciências Políticas no Brasil, argumentando que esse processo diminui seu escopo e restringe sua abrangência analítica, uma vez que negligencia nossos dilemas históricos. Em contrapartida, argumentaremos que enriquece a produção acerca da interpretação da realidade brasileira a análise empreendida por Caio Prado e Florestan. Desses autores destacaremos a função do Estado e da política na construção de suas lógicas argumentativas, tendo como pano de fundo a percepção de uma mudança presente nos dois autores, qual seja, a passagem de uma interpretação socioeconômica para uma interpretação sociopolítica. Essa mudança refletiu, por consequência, uma reconfiguração dos enfoques analíticos dos autores estudados. Concluímos que o diálogo entre a questão do aparato institucional e as questões estruturais da nossa formação social, levantados pelos dois autores em relevo neste trabalho, torna o quadro de compreensão da realidade brasileira mais completo.

Palavras Chave: Caio Prado; Florestan Fernandes; marxismo; visão *praxiológica*.

ABSTRACT

This research has the intention to analyze critically the process of institutionalization of political science in Brazil, arguing that this process reduces its scope and limits its analytical scope, neglecting our historical dilemmas. On the other hand, argue that enriches the production on the interpretation of brazilian reality the analysis undertaken by Caio Prado and Florestan Fernandes. This research will highlight the role of the state and politics in the construction of their logical argumentation. The backdrop of a perceived change in the present two authors is the interpretation of a passage to a socioeconomic sociopolitical interpretation. This change reflected, therefore, a reconfiguration of the analytical approaches of the authors studied. Our conclusion is that the issue of dialogue between the institutional apparatus and structural issues of our social, raised in relief by the two authors in this paper, makes the framework of understanding brazilian reality more complete.

Keywords: Caio Prado; Florestan Fernandes; marxism; *praxiologic* approach.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
1.1. Institucionalização da Ciência Política.....	9
2. Marxismo e o Estado: desafios e impasses teóricos	13
2.1. A abordagem instrumentalista.....	13
2.2. Neo-marxismo: a abordagem estruturalista.....	15
2.3. Pós-marxismo: a abordagem sistêmica-analítica.....	16
2.4. Lefort e o problema da Democracia.....	17
2.5. Gramsci: recepções no Brasil	20
2.5.1. Gramsci: recepções no Brasil.....	21
2.5.2. Contexto Histórico	23
2.5.3. Filosofia da Práxis: a refundação de um campo teórico	24
2.5.4. Hegemonia	26
2.5.5. Revolução Passiva	29
2.5.6. Estado Integral	30
2.5.7. A crise do marxismo e a refundação gramsciniana	31
3. Caio Prado Júnior: a Política e o Estado	34
3.1. Recepção de suas ideias	36
3.2. História e Política.....	40
3.2.1. História e Política: atores e suas dinâmicas	42
3.3. Política e Estado.....	44
3.4. Capitalismo burocrático: a continuidade do Estatuto Colonial	49
3.5. Notas de conclusão	52
4. Florestan Fernandes	55
4.1. Perspectiva histórica do Período Colonial	56
4.2. Capitalismo Dependente	58
4.3. Política	61
4.4. Estado	67
4.5. Notas preliminares de conclusão.....	69
5. Conclusão.....	75
6. Referências Bibliográficas	83

INTRODUÇÃO

É de fácil constatação a ausência da tradição marxista no debate contemporâneo sobre democracia (GUIMARÃES, 2006). Nem ao menos como uma alternativa crítica! Podemos remeter tal situação a três elementos fundamentais: primeiro, o desmoronamento das experiências de poder real que se reclamavam do marxismo; segundo, a dificuldade do marxismo em produzir um coerente campo conceitual “analítico-normativo” de uma teoria da emancipação crítica e alternativa ao capitalismo; e terceiro, a própria hegemonia da visão de mundo liberal, que restringiu o debate sobre democracia às cercanias das correntes liberais.

O processo de institucionalização das Ciências Políticas no Brasil (PÉCAUT, 1990), a ausência de interlocução com o campo marxista limitou e empobreceu a própria noção de Democracia, já que centrou-se, prioritariamente e quase exclusivamente, no desenvolvimento e entendimento da dinâmica institucional, deixando de lado dimensões fundamentais analisadas por dois dos mais importantes teóricos do marxismo brasileiro. Estamos nos referindo a Caio Prado Junior e Florestan Fernandes.

A concentração exclusiva na dinâmica institucional, em geral, excluiu do debate dois elementos fundamentais para entendermos o processo histórico de ampliação democrática da sociedade brasileira. Esses elementos são: o processo histórico de formação do Estado-Nação brasileiro e o desenvolvimento da moderna sociedade de classes no Brasil.

A principal crítica liberal à teoria marxista (GUIMARÃES, 1999) se concentra na concepção da história. A crítica concentra-se na incapacidade do campo marxista em oferecer uma visão que possibilite a atuação do indivíduo enquanto sujeito político autônomo. Uma visão, assim, determinista da história. Esta que, teria seu fim no advento do socialismo.

A tradição marxista passou por pelo menos três ondas de expansão do determinismo no interior do seu campo teórico, nos quais, os silêncios e as omissões do campo teórico fundante foram apagados em nome da construção de um campo analítico homogêneo. A necessidade de se enraizar no nascente movimento operário em um ambiente hostil acabou por levar a construções reducionistas das categorias analíticas próprias. Havia a necessidade de afirmação e do reconhecimento do marxismo enquanto conhecimento científico válido e validativo de uma determinada visão de mundo. Nesse sentido, tinha-se que ter uma interpretação “verdadeira” da obra de Marx.

Somente com a superação dessas tensões deterministas será possível, para a tradição marxista, colocar-se no centro do debate sobre o processo de ampliação dos mecanismos

democráticos, propondo, em oposição à visão civilizatória do mundo liberal, novas formas de interações sociais em um novo paradigma civilizatório.

Nosso objetivo é demonstrar que as categorias políticas (Hegemonia, Bloco Histórico, Revolução Passiva, entre outros) desenvolvidas pelo pensador italiano Antonio Gramsci nutrem o marxismo de categorias analíticas que visavam suprir, no interior do campo teórico, as deficiências de conceitos-chaves capazes de ajudar na compreensão da dinâmica sociopolítica tendo como referência a *práxis* coletiva dos atores sociais. Essa refundação filosófica e política do marxismo pode permitir superar os impasses no qual se encontra, uma vez que, com essas categorias, é possível reconstituir uma análise pautada na autodeterminação coletiva construída pela ação autônoma das vontades sociais organizadas. A reconstrução do campo conceitual marxista é que pode legitimar a sua reentrada no debate contemporâneo das Ciências Políticas sobre democracia.

Essa parte de sistematização e posicionamentos teóricos somente faz sentido quando orientado com os objetivos gerais da dissertação. Assim, em resumo, nossa dissertação tem a pretensão de analisar e dimensionar o papel desempenhado pela política e pelo Estado na construção da lógica explicativa das obras de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. Ou seja, será que esses dois autores foram capazes de adensar um pensamento criativo capaz de superar tensões deterministas da história própria do seu campo teórico?

Estamos entendendo por uma visão determinista da história aquela que “interdita ou deprime a potência criativa do agir coletivo e individual.” O determinismo apresenta-se de diferentes formas. Todas vão à direção de menosprezar a capacidade de atuação dos homens nos processos históricos. O futuro das sociedades é positivamente definido por razões objetivas para além do “controle ou da vontade dos sujeitos envolvidos”.

Uma interpretação determinista da história pode ter um caráter histórico (diacrônico) ou societário (sincrônico). Nesta, a liberdade do agir social é praticamente eliminado. Em algumas expressões relativizadas, o agir social apresenta-se mediado por estruturas ou causalidades que definem as possibilidades e as alternativas (pré-fixadas) disponíveis para a atuação do agir social. Naquela, a marca principal é o fatalismo e/ou evolucionismo linear. Em uma versão relativizada, a determinação histórica pode ser apenas de longo prazo sendo aberta a acidentes e variações no curto prazo. Comumente a determinação, nesse caso, é aplicada à dimensão histórica considerada essencial.

Em contrapartida à visão determinista da história temos a concepção *praxiológica da história*, que tem como característica a compreensão do curso da história como definido de

modo específico e variado pela vontade dos atores sociais organizados. Estas vontades são resultantes dos próprios conflitos emergidos no processo de reprodução material das sociedades, mediados pelos complexos político-culturais próprios. Assim, o desenvolvimento político das sociedades passa a ser pensado em termos de possibilidades ou tendencialidades.

Institucionalização da Ciência Política

Contribui para essa reflexão a obra *Os intelectuais e a Política no Brasil*, de Daniel Pécaut. Nele, o autor traça um perfil do tipo de engajamento e as problemáticas desenvolvidas pelos pensadores do Brasil.

Pécaut reconstitui toda uma geração de pensadores, representada na periodização do autor nos anos 1920-40¹, que tinha como uma das características principais a preocupação com a Nação e o Povo. Para esses autores, o ambiente político nacional não tinha ainda sido capaz de consolidar a introdução desses temas no debate como resultado da própria dificuldade em traduzir, para a realidade brasileira, as instituições da Primeira República.

Em resposta às dificuldades apresentadas a essa geração de intelectuais, o caminho proposto foi o de fortalecimento do papel do Estado como forma de construir e organizar o sentido de Nação. Nesse sentido, segundo Pécaut, o tema da democracia entrava subordinado ao tema da Nação, uma vez que, os autores dessa geração não confiavam muito nos mecanismos da democracia representativa.

Duas outras características dessa geração devem ser destacadas. Em primeiro lugar, suas ligações com as elites econômicas nacionais e sua íntima ligação com o Estado; em segundo lugar, a construção de suas produções teóricas longe dos círculos universitários. Estas, por sua vez, não os impediram de construir um projeto de Nação próprio e de terem sido bastante influentes na orientação dos rumos da Nação naquele período em particular.

A segunda geração compreende o período que se estendeu de 1954 a 1964². Sua questão central passou a ser os impasses do desenvolvimento econômico nacional diante das dificuldades criadas pela dependência externa. O foco agora se direciona para nossa

¹ Podemos citar como exemplos de autores dessa geração: Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, entre outros.

² Podemos citar com exemplos de autores dessa geração: Candido Mendes, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier (membro do ISEB), Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes Celso Furtado, entre outros.

independência real congregada à formação de um novo padrão de civilização para os amplos setores das classes populares. Em contraste com a geração anterior, essa geração de intelectuais esteve bastante ligada à atividade acadêmica nas universidades públicas e aos institutos de pesquisas. Como a anterior, essa geração procurou influenciar os destinos da nação brasileira.

No argumento de Pécaut, é ainda possível distinguir dois intervalos da atuação dos intelectuais no Brasil. Nesses períodos não se conseguiu estabelecer uma unidade a ponto de transformá-los em uma geração capaz de instituir uma cultura política própria como as anteriores.

A terceira geração compreende o período de 1964 a 1968, ou seja, um período ditatorial o que por si só já limita a atuação intelectual. Foi um período marcado pelo debate em torno das consequências ao bloqueio estrutural da sociedade brasileira resultante da regressão política. Os intelectuais passaram a concentrar suas energias em confrontos teóricos no interior das universidades, perdendo assim, sua atuação na ação política nas ruas.

A quarta geração compreende o período entre 1974 a 1982. Geração marcada pelo processo de redemocratização política e intensa profissionalização da atividade intelectual. Esse foi um período sem os grandes mitos de unificação da nação ou de projetos sobre a formação social. Se, por um lado, a abertura política facilitou a tomada de posição, ela possibilitou também a ascensão dos políticos profissionais, ou seja, aos intelectuais, nesse momento, coube um papel bem mais modesto em relação ao desempenhado anteriormente. O tema central de estudo desse grupo passou a ser a sociedade civil.

A influência do marxismo e por consequência do seu principal partido, a saber, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), no meio intelectual brasileiro foi muito relevante, principalmente a partir da geração 54 – 64. Nesse sentido, por mais que os intelectuais não militassem no partido comunista, suas teses acabaram sendo o eixo norteador da discussão em torno do nacionalismo (nas suas várias matizes), que se configurou no tema central do debate político entre os intelectuais desse período.

Com o Golpe Civil-Militar em 1964, as teses principais defendidas pelo PCB foram sendo contestadas. Suas teses eram fortemente deterministas: a revolução democrática burguesa como etapa necessária à construção histórica do socialismo no longo prazo. Sua influência foi diminuindo em função da crise de seu paradigma e da forte repressão sofrida. Isso permitiu a ampliação do debate, principalmente no interior da tradição marxista, com o enfoque passando das relações socioeconômicas para a dimensão mais própria da política.

Além disso, no quadro de institucionalização das Ciências Políticas no Brasil, os temas da formação histórica do Estado-Nação e a consolidação da moderna sociedade de classes perderam espaços para outras temáticas, notadamente as questões referentes aos impasses e problemáticas da democracia entendida quase que exclusivamente no âmbito institucional. O que pretendemos ressaltar é que com essa mudança de enfoque, ou seja, o foco restringido às dinâmicas do desenvolvimento institucional, a própria noção de democracia perde seu sentido amplo, isto é, a sua relação com a construção da soberania nacional e as tendências de desenvolvimento da sociedade de classes no Brasil. Perde, assim, dois de seus elementos fundamentais na sua construção histórica.

Interessa-nos ressaltar, nesse espaço, a inserção e o posicionamento dos autores destacados diante desse quadro político, sabendo que tanto Caio Prado Jr quanto Florestan Fernandes têm produções teóricas situadas em vários momentos da periodização estabelecida por Pécaut. Antes de trazer algum problema, essa produção espaçada nos permite perceber a mudança de enfoque na produção teórica dos autores, uma análise histórica mais embasada em fatores socioeconômicos para fatores sociopolíticos.

Essa mudança pode ser exemplificada pela crescente importância que o Estado vai adquirindo nas análises. O lugar da política passa ser o Estado.

Em Caio Prado Jr. essa mudança é perceptível em relação à reorientação do enfoque de suas análises, passando, claramente, da busca de evidências históricas para ressaltar os dilemas e os impasses do presente, para uma interpretação e construção de um quadro analítico mais amplo³.

Já em Florestan Fernandes, as mudanças ganham um caráter mais complexo. Não se trata apenas de uma reorientação no enfoque analítico. O sociólogo paulista, mesmo tendo adotado o marxismo enquanto opção política ainda muito jovem, em virtude das características próprias de sua formação intelectual, apresenta em algumas de suas análises a influência funcionalista e weberiana. Nosso interesse recai, portanto, sobre o período em que o autor paulista retoma as categorias marxistas para o centro da sua análise⁴.

Não se tratou de desenvolver todos os argumentos do autor, ou mesmo fazer uma exposição minuciosa da periodização da sua obra. Trata-se de tentar demonstrar a dinâmica do desenvolvimento da passagem de uma interpretação socioeconômica para uma sociopolítica.

³ Essa mudança é perceptível quando analisamos dois livros fundamentais do autor: *Formação do Brasil Contemporâneo* (1981) e *A Revolução brasileira* (1966)

⁴ Vários estudos vão falar desse “ecletismo bem temperado.” Alguns desses estudos estão citados na bibliografia final desse trabalho.

No capítulo primeiro tentaremos demonstrar que a crítica liberal, no que concerne a questão do determinismo, encontra embasamento em silêncios e incompletudes do campo fundante do marxismo. Entretanto, é possível perceber a existência de aspectos críticos que sugerem a possibilidade de gestação de uma visão *praxiológica*, ou seja, não determinista. E que essas tensões deterministas conduziram o marxismo a afastar-se do campo de influência no conjunto das ciências políticas no Brasil. Diante de tais dificuldades, tentaremos mostrar que as categorias políticas desenvolvidas por Antonio Gramsci criam a possibilidade do marxismo superar seus impasses e tensões, ao mesmo tempo, dando-lhe condições de avançar na construção de um novo marco civilizatório.

No segundo capítulo procuramos analisar a obra teórica de Caio Prado Jr. na perspectiva de tentar compreender o papel do Estado e da política na construção de sua lógica argumentativa. Tentaremos explicitar em que dimensão a continuidade do estatuto colonial estrutura a constituição do Estado e dificulta a interação política entre os atores sociais, uma vez que relega a maioria da população à exclusão econômica e política.

O terceiro, trataremos do pensamento de Florestan Fernandes na perspectiva de dimensionar o papel da política e do Estado na sua lógica interpretativa. Ressaltando que as condições estruturais relegadas pelo passado colonial, formaram um tipo próprio de Estado e de capitalismo dependente, que teve como resultante a formação de uma burguesia sem condições e vontade de efetivar a construção de uma ordem social competitiva no Brasil, criando, portanto, um circuito-fechado que impediu a inclusão da maioria da população.

Nas considerações finais tentaremos demonstrar que o processo de institucionalização das ciências políticas no Brasil diminuiu sua dimensão analítica a partir da sub-valorização dos impasses na constituição da soberania nacional e na formação de uma ordem social capaz de universalizar a cidadania no processo de constituição da nossa formação social.

1. Marxismo e o Estado: desafios e impasses teóricos

Não existe na literatura marxista um consenso razoável em relação a função e ao papel do Estado. Vários autores (BOBBIO, 1979; GRUPPI, 1980; e outros) inclusive chegam a contestar a existência de uma teoria do Estado nas obras de Marx. Esse tópico não tem a pretensão de adentrar na polêmica da existência ou não de uma teoria do Estado. Ele tem a pretensão apenas de apresentar uma visão panorâmica sobre a compreensão do Estado em algumas correntes contemporâneas do marxismo.

1.2 Estado e marxismo: sem uma teoria orgânica

No ensaio *Existe uma doutrina marxista do Estado*, Norberto Bobbio parte de uma polêmica acerca da insuficiência, deficiência e a própria inexistência de elaboração de uma ciência política marxista para discutir a questão do Estado em Marx e no marxismo de modo geral.

Segundo Bobbio, o marxismo vive um paradoxo recente situado na crescente disputa entre concepções distintas de marxismo. O autor italiano não considera que esse fenômeno em si possa contribuir de forma negativa para o desenvolvimento do marxismo, pelo contrário, desconfia de teorias que não conseguem renovar-se, ampliando seus campos de interesses. Entretanto, para Bobbio, essas disputas no interior do marxismo estavam sendo um desperdício de energia, já que tratavam de aspectos estritamente ligados a questões que procuravam essencialmente negar algo, mais que propriamente a afirmação de um pensamento. Ou seja, o centro da discussão é eminentemente teórico, como se o fim da polêmica em torno da maior ou menor afinidade de Marx com o historicismo ou estruturalismo resolveria as questões fundamentais em Marx que, segundo Bobbio estão ligados com a prática.

Segundo Bobbio, os próprios marxistas cometem o equívoco de se refugiar nos debates teóricos, na tentativa de descobrir o que disse Marx, na expectativa de encontrar uma teoria escondida ou pouco valorizada. Ao invés de produzir estudos profundos e sistematizados em relação aos sistemas políticos de Estados socialistas, muito menos críticas contundentes ao aparato institucional estatal do regime capitalista. Nesse sentido, diante do ponto crítico, a saída encontrada foi o “abuso do princípio da autoridade”, uma vez que a saída é sempre a recorrência ao pensamento de Marx, mas como ponto de chegada sempre uma nova “leitura” dos textos já amplamente discutidos. Outro efeito colateral, observado por Bobbio, desse “abuso” do princípio de autoridade é a diminuição do espírito crítico, uma vez que o debate é restringido

no instante em que a fala de alguns intérpretes autorizados é revelado. Assim, na incansável releitura dos mesmos textos chegam a perceber somente o óbvio e a tratá-lo como alguma novidade ou descoberta inédita.

Para Bobbio o pensamento político de Marx encontra-se no registro da grande corrente realista de interpretação que despe o Estado de toda noção metafísica. Para o autor italiano, “a originalidade de Marx consiste no fato de que ele é o primeiro escritor político que une uma concepção realista do estado a uma teoria revolucionária de sociedade”(p.29). Nesse sentido, Marx, segundo Bobbio, partilhava uma concepção segundo qual o Estado é fundado sobre a força, contudo não possuindo uma visão pessimista da natureza humana ou da história⁵. Por isso, para Bobbio, “pôde {Marx} fazer uma concepção realista do Estado (o Estado como um mal necessário) uma das alavancas de uma teoria revolucionária da sociedade” (p.30). Visto que, a partir da noção de quem governa o Estado teríamos condições de construir um Estado bom ou mau.

Portanto, Marx é, para Bobbio, o escritor que conduz sua concepção realista de Estado até as últimas consequências. Marx, então, possui o clarear de pioneiro na denúncia do aspecto ideológica do aparato estatal enquanto um instrumento de domínio. Assim, o Estado para Marx seria, nas palavras de Bobbio.

“(...) o Estado não é apenas um instrumento, um aparato, um conjunto de aparatos, dos quais o principal é aquele que serve ao exercício da força monopolizadora, mas é um instrumento que serve à realização de interesses não gerais, mas particulares (de classe). Marx chega a esta conclusão quando revira a concepção precedente das relações entre sociedade e Estado.” (BOBBIO, 1979; p.30)

O ponto central da crítica levantada por Bobbio reside no fato de que, tendo uma concepção negativa da política, a concepção marxiana tendia a considerar “todas as formas de governo, enquanto políticas, pelo fato de serem políticas, eram más” (p.28). Esta percepção, quando comparadas aos debates contidos nos clássicos do pensamento político⁶ nos mostra que o foco da análise de Marx centrava-se no problema de “quem” governa. Isso trouxe consequências profundas na forma e na construção de uma concepção de Estado, em consequência, da Política.

⁵ Para Bobbio, o realismo foi fundado por conservadores e surge para justificar o uso da força;

⁶ Em contraposição, podemos argumentar que os debates nos clássicos do pensamento político centrar-se na questão de “como” se governa.

Para finalizar:

“Repito que Marx e Engels, e com maior razão um chefe revolucionário com Lênin, possuíam seus bons motivos históricos para dar mais importância ao problema dos argumentos do que ao das instituições. Mas isto não nos exime de tomar conhecimento de que suas indicações sobre o problema das instituições foram sempre genéricas, sumárias, e o que é mais grave, irreais, e que portanto sua teoria do Estado é incompleta, faltando-lhe justamente aquela parte que introduz a muitos reconhecer, com razão, que uma verdadeira e própria teoria socialista do Estado não existe.” (BOBBIO, 1979; p.29)

Para Luciano Gruppi, no livro *Tudo Começou com Maquiavel*, a concepção do Estado surge na teoria marxista a partir da crítica a concepção burguesa de Estado. Segundo o autor, é no livro *A Questão Judaica* (1943) que Marx procura evidenciar a relação existente entre a sociedade civil e a sociedade política, separadas na concepção liberal. O autor chama atenção para o fato de Gramsci ter destacado que essa distinção é uma questão de método, não orgânica, que na realidade essas duas esferas são estritamente ligados.

As conclusões a que chega Marx, segundo Gruppi, a partir da crítica ao pensamento de Hegel leva-o a afirmar que é a sociedade civil, a partir das suas relações econômicas que explicarão o surgimento do Estado. Ou seja, como nos diz Gruppi, “não é o Estado que determina a estrutura econômica, mas sim o contrário” (p.27). Assim, segundo Gruppi, para Marx o Estado seria uma superestrutura que teria como fundamento a garantia da estrutura econômica.

Prossegue Gruppi,

“O Estado escravista garante a dominação sobre os escravos, o Estado feudal garante as corporações; e o Estado capitalista garante o predomínio das relações da produção capitalistas, protege-as, liberta-as dos laços de subordinação à renda fundiária absoluta (ou renda parasitária), garante a reprodução ampliada do capital, a acumulação capitalista. Portanto é um elemento que faz parte integrante das próprias relações de produção capitalistas, mas é determinado por estas.” (GRUPPI, 1980; p. 27-28)

Gruppi faz um apanhado geral de como Marx tratou a questão do Estado em diversas obras. Nesse panorama, podemos perceber que, segundo o autor italiano, as várias formas com

que o termo é tratado pelo pensador alemão tem como elemento central a já mencionada relação de determinação entre o Estado e as relações econômicas. Assim, conclui

“(…) não existe uma teoria marxista orgânica do Estado. Temos uma primeira tese que permite construir essa teoria: a descoberta da natureza de classe do Estado, isto é, de que o Estado nasce da luta de classes.” (GRUPPI, 1980; p. 45)

1.2.1 Lefort e o problema da Democracia

Uma das críticas mais contundentes em relação ao marxismo foi a de Claude Lefort. O pensador francês tem vários textos e livros em que suas críticas a tradição marxista são expostas. Segundo Trindade (2003), podemos identificar dois momentos distintos: um, em que o autor francês concentrou suas reservas mais na questão da burocracia e da caracterização do regime implementado na URSS; o segundo momento foi uma caracterização mais geral da incapacidade do marxismo em pensar o político e, por consequência, a democracia. Vamos nos concentrar nesse segundo momento.

Lefort (1991) parte do pressuposto, seguindo indicação de Maquiavel, que os conflitos e as disputas são a fonte da liberdade. Sendo também caracterizados como ações de natureza política, uma criação contínua do social, os conflitos e as disputas representam fortemente a noção de imprevisibilidade da ação humana, do caráter instituinte do Político.

Pensador saído do interior da tradição marxista, Lefort centra sua dinâmica crítica na oposição entre democracia versus totalitarismo, sendo essa a condição fundamental para o exercício da liberdade.

Quando procura caracterizar a Democracia, Lefort não o faz através da sua singularidade histórica, mas sim a partir do seu significado político, que também é histórico, na medida em que sua construção continua em aberto, e na medida em que seu significado histórico não está fechado. Ainda pode ser reconfigurado pela ação das vontades coletivas e, acima de tudo, a partir da percepção da Democracia como uma aventura histórica sem precedentes e não apenas como outra forma de regime de governo. Enfim, um regime onde os direitos são inventados e reconfigurados constantemente.

Diz Lefort (Ibidem, p. 34-35):

“A democracia inaugura uma história na qual os homens estão “a prova de uma indeterminação última quanto ao fundamento do Poder, da Lei e do Saber, e quanto ao fundamento da relação de um com o outro, sob todos os registros da vida social (por toda parte em que, outrora, a divisão se enunciava, em especial na divisão entre os detentores da autoridade e os que a esta eram submetidos, em função de crenças em uma natureza das coisas ou em um princípio sobrenatural)”.

O traço revolucionário da democracia, em comparação com o *Antigo Regime*, está na configuração do poder enquanto um lugar vazio. Não de sentido, mas de autoridade prévia definida. Dessa forma, o poder necessita sempre ter sua legitimidade e fundamento ancorados em uma configuração coletiva do seu exercício. Necessita ser respaldado.

Para o autor, os regimes totalitários não são resultado apenas de uma transformação do modo de produção, como comumente se difunde. Ao contrário, Lefort demonstra o caso do fascismo alemão e italiano que mantiveram a estrutura capitalista de produção: “O totalitarismo moderno surgiu de uma mutação política - mutação de ordem simbólica” (Ibidem, p. 27). Necessitou, portanto, da existência de um partido que procurou apresentar-se como portador de todas as aspirações do povo. Um partido que se colocou acima das leis, sem necessidade de prestação de contas. Operou-se naquele momento uma condensação das esferas do poder, das leis e do saber.

Uma sociedade que se basta a si mesma, um poder que se basta em si mesmo. Configuração de um corpo unitário entre Estado e sociedade civil. A junção de um povo-Um. No caso do marxismo essa fórmula se expressa na ideia de que o proletariado confunde-se com o próprio povo e com o Partido proletário e este, por sua vez, confunde-se com a sociedade.

Nesse sentido, o autor francês, procura distinguir o totalitarismo, um fenômeno puramente moderno, do despotismo e do absolutismo. Aquele se apresenta como racional, como instaurador de uma ordem social unitária, coesa, sem espaços para a contestação.

A crítica lefortiana vai argumentar que o marxismo tem uma incapacidade genética em compreender o político como portador de uma dimensão simbólica, como princípio gerador de uma sociabilidade própria. Em decorrência, Marx “concebe o político como uma superestrutura das relações de produção”, ou seja, como um epifenômeno.

Na obra de Marx, segundo Lefort (Ibidem), existe uma incompreensão que reduz o momento ético-político de fundação do Estado e da Sociedade Civil. Essa tese promove a ideia de que o Social, enquanto local da revolução humana, precede o Político. Essa incompreensão

pode ser encontrada em dois textos: *Críticas da Filosofia do Direito de Hegel- Introdução e Sobre a Questão Judaica*.

Para Marx (1977), há uma separação entre a filosofia e a história na Alemanha. Se por um lado, a filosofia alemã reflete o presente não podemos dizer o mesmo em relação aos seus processos históricos. Ou seja, o que a filosofia pensa não está conectada à realidade concreta da situação alemã.

O Estado moderno ganhou sua mais rica expressão na filosofia de Direito e do Estado de Hegel. Para Marx (Ibidem), esse pensamento tratava-se de uma abstração cuja realização somente era presenciada do outro lado do Reno. Contudo, esse pensamento era perfeitamente compatível com a situação alemã, uma vez que tanto a crítica do Estado feita por Hegel, quanto o próprio Estado moderno alemão fazia a abstração do homem real. Havia dessa forma, e em consequência disso, uma oposição entre o estágio do pensamento alemão e a sua realidade. Essa evidente contradição levou Marx a se perguntar se é possível na Alemanha uma revolução que leve ao nível oficial os outros povos modernos.

O momento especial em que uma classe, em especial, congrega as aspirações gerais de toda a sociedade cuja emancipação parcial confunde-se com a autolibertação geral. Esse é precisamente o problema da construção da emancipação parcial (política) na Alemanha.

A situação alemã comporta apenas os defeitos dos regimes que construiu e aquele que destruiu. Ou seja, diante dessa situação, a alternativa utópica que resta para o povo alemão é a emancipação parcial; aquela que deixa os pilares do edifício em pé, mas a alternativa concreta, diante da sua situação política, é a emancipação radical.

Por fim, Marx (Ibidem) coloca que a emancipação política do povo alemão só será possível através da emancipação total do homem que tem a filosofia como sua cabeça e o proletariado como seu coração.

Em *Sobre a Questão Judaica*, Marx (2010) continua sua exposição acerca das relações entre a Emancipação Humana e o Estado.

O Estado emancipado politicamente necessita de constituir elementos universalizantes para a consolidação de sua autoridade. Para isso, o Estado decreta *a posição social, o nascimento, a profissão* e a *educação* como distinções não políticas, com o fim de estabelecer um tratamento *igual* a todos os membros do povo. Entretanto, o Estado pressupõe a sua existência e deixa a posição social, o nascimento, a profissão e a educação agirem a sua maneira, de acordo com sua natureza.

Dentro desse Estado político aperfeiçoado, o homem vive uma dupla existência. Essa oposição do Estado político perante a religião evidencia a contradição existente na vida humana. Se por um lado, o homem vive na comunidade política e é reconhecido nesse ambiente como um ser comunitário, por outro lado, esse homem é pertencente à sociedade civil, onde age como um indivíduo privado. Para Marx (2010), a vida na sociedade civil é marcada pelo egoísmo e pela degradação do homem, transformando-se em um ser ilusório. Em oposição, no Estado, o homem é visto como um ser genérico, portador de um universalismo irreal.

Segundo Lefort (Ibidem), Marx foi incapaz de perceber a originalidade do momento de fundação da Democracia. Fato comprovado pelo desprezo com que o autor da *Sobre a Questão Judaica* tratou o Declaração dos Direitos do Homem. Não percebeu que aquela declaração foi um momento muito maior que a expressão de um “egoísmo burguês”. Critica o fato do autor Alemão não ter conseguido apreender a diferenciação entre democracia e Liberalismo (Capitalismo).

1.3 Impasses contemporâneos

Estamos tomando como referência o livro *Critical Theories of the State* de Clyde W. Barrow. Neste, o autor procura situar o ambiente contemporâneo, no interior da tradição marxista, da crítica ao Estado. O livro tem a grande vantagem em expor uma série de autores e temas, mas tem, também, a desvantagem de apresentar rapidamente cada autor. Nossa opção foi tentar procurar sistematizar cada abordagem. Temos a noção que estamos passando muito rapidamente por cada uma delas e que corremos o risco de ocultar temas relevantes. Mas entendemos ser o suficiente para o objetivo deste texto.

1.3.1 A abordagem instrumentalista⁷

O argumento central dessa abordagem é: O Estado serve aos interesses da classe dominante por ser controlado por ela. O emprego da metodologia instrumental procura desenvolver chaves explicativas para qualquer sociedade. Essas chaves são: riqueza, status,

⁷ Podemos citar os seguintes autores como referencia dessa abordagem: Paul A. Baran e Paul Sweezy.

força e conhecimento. No que se refere ao aspecto institucional, as chaves de pesquisa são: organização da economia, governo da sociedade e cultura.

As estruturas de poder são entendidas como sendo constituídas pelo padrão de distribuição regularizada de recursos no interior de uma determinada sociedade. Assim, o modo de organização e aquisição desses recursos institucionais chaves em uma sociedade marcada pela ocupação individual e pela capacidade de tomada de decisão sobre a implementação ou não dessas chaves, passa a ser relevante.

No entanto, mesmo com a possibilidade de indivíduos com posições de autoridade institucional controlarem diferentes tipos de poder (econômico, político, ideológico), ou seja, as chaves explicativas, o poder estrutural não pode ser atribuído a grupos particulares de indivíduos.

Assim, essa abordagem apresenta dois axiomas:

- Axioma 1: quanto mais dispersos forem os principais recursos–chaves institucionais, mais razoável é descrever essa estrutura de poder como igualitária.
- Axioma 2: quanto mais concentrados forem os recursos institucionais chaves, mais razoável é descrever a estrutura de poder como dominada por uma classe dominante.

A explicação desse pressuposto está em analisar o padrão de distribuição dos recursos institucionais chaves, não limitando ao nível de poder individual, com o objetivo de não permitir a potencial utilização contra outros indivíduos ou a realização de seus objetivos particulares. Parte do princípio que se pode desenvolver o mapa empírico da estrutura de poder mensurando, de forma relativa, os graus de poder controlados por grupos distintos de indivíduos, a partir da quantidade relativa de poder que um grupo pode monopolizar, por exemplo: a riqueza e o grau de competição de outros grupos por essas mesmas chaves explicativas. Outra forma de verificar está em estabelecer ligações que possam mensurar a capacidade de determinado grupo em manter sobreposições de autoridade.

Na análise marxista, o desenvolvimento dessa abordagem necessita de dois outros conceitos marxianos, são eles: *a tendência geral da queda da taxa de lucro* que, como fenômeno social, explica o aumento da renda nas sociedades capitalistas e se expressa como fonte de poder mais influente; e *a lei geral da acumulação capitalista* que é a tendência da produção tornar-se mais concentrada e centralizada nas mãos de cada vez menos indivíduos.

A conjunção desses dois aspectos teóricos permite pressupor que cada vez mais o Capital tem se convertido no controle direto das estruturas de poder institucional. A questão então é saber se a classe dominante é suficientemente coerente em relação aos interesses do Capital.

Assim, a abordagem instrumentalista pode ser resumida nas três hipóteses a seguir:

1. Existência de uma classe capitalista definida por sua posse e controle dos meios de produção;
2. A classe capitalista usa o Estado para dominar o resto da sociedade;
3. As classes dominantes usam as políticas gerais do Estado para manter sua dominação.

1.2..2 Neo-Marxismo: a abordagem estruturalista⁸

Essa abordagem parte do pressuposto que as sociedades capitalistas são inerentemente propensas a crises econômicas que se originam no ciclo irregular da estagnação econômica e/ou em surtos contínuos da luta de classes entre capital e trabalho. Ainda, o papel do Estado é o de garantir e intervir para manter a estabilidade tanto econômica quanto política.

Para os estruturalistas, todo modo de produção pode ser analisado a partir das interpelações funcionais entre as estruturas econômicas, políticas e ideológicas, sendo que cada uma dessas estruturas tem um papel a cumprir no interior de determinada sociedade.

Mesmo diante dessa relação orgânica, cada estrutura dessas desempenha um determinado papel no processo de manutenção do sistema capitalista, possuindo, cada qual, uma dinâmica própria.

Quando caracterizam o Estado, os estruturalistas procuram diferenciar analiticamente duas categorias: Poder Estatal e Aparato estatal. A primeira se refere à capacidade que uma classe social tem em objetivar seus interesses através do aparato estatal. Interesses esses que são a manutenção das políticas de acumulação capitalista e a manutenção da estrutura de classe. A segunda diz respeito ao conjunto das estruturas da formação social (burocracia, administração, exército, etc). É, portanto, a unidade que efetiva o poder estatal, mas não apenas como simples organização exterior, mas sim, como a própria constituição interna das instituições.

⁸ Podemos citar como referencia dessa abordagem os seguinte autores: Nicos Poulantzas; Ernest Mandel; V. Lênin

Em oposição à concepção instrumentalista, a abordagem estruturalista vai argumentar que o poder estatal não pode ser reduzido ou entendido apenas como as instituições governamentais ou a um estado personalista.

Essa corrente vai desenvolver a noção de restrição funcional, na qual a função do Estado enquanto um Estado capitalista não depende da direção da classe capitalista nas instituições governamentais. Isto porque tanto a própria estrutura fiscal, como sua legitimidade, está em relação de dependência com a economia. Ou seja, sua capacidade de intervenção e manutenção da ordem dominante depende da estrutura econômica, portanto, da estrutura capitalista.

A concepção estruturalista pode ser entendida a partir de dois dilemas: primeiro, a assimetria do aparato estatal e segundo, a separação do poder estatal do aparato estatal. Assim, não basta capturar o aparato estatal e colocá-lo sob controle da classe trabalhadora como instrumento de transição, já que a existência de funções no poder estatal contra interesses não capitalistas e a construção de relações de poder socialmente constituídas também relações de produção, impede o simples controle do aparato estatal como meio de transformação social.

Uma das principais deficiências da abordagem estruturalista reside no fato de não haver a identificação (caso ela exista) de uma “necessidade funcional” das instituições estatais na sociedade capitalista. Por outro lado, um exame das instituições é fácil perceber que elas exercem outras funções além da manutenção da estrutura capitalista.

1.2.3 Pós-Marxismo: a abordagem sistêmica-analítica⁹

Essa abordagem parte do pressuposto que o sistema capitalista atual é melhor conceitualizado se passarmos a entendê-lo como um sistema que, por sua vez, é composto por outros três subsistemas: o subsistema econômico, constituído a partir das relações entre as classes no seu local de trabalho e as relações de troca entre compradores e vendedores no mercado; o subsistema social, que procura derivar valores normativos individuais, incluindo família, instituições educacionais, religião e cultura; e o subsistema político, que consiste primariamente nas instituições e políticas que constituem o Welfare State.

O ponto metodológico de partida dessa abordagem não está nas formas, procedimentos, regras e instrumentos da atividade estatal, mas sim, na conexão funcional entre a atividade estatal e o problema estrutural da formação social capitalista, visando compreender

⁹ Podemos citar, como referencia dessa abordagem, os seguinte autores: Claus Off; Jungen Habermas; Andre Gorz

melhor o crescente fracasso das atividades estatais em termos do desenvolvimento das contradições dentro do sistema capitalista. O centro da análise refere-se às contradições do Welfare State, que se apresenta como uma via específica em que a funcionalidade do Estado é relacionada com a dependência do processo de acumulação capitalista.

A contradição evidente do Estado Bem de Estar Social consiste na ideia da existência da possibilidade de construção, através de políticas públicas, de interesses e perspectivas comuns entre os mais variados interesses econômicos presentes na sociedade capitalista - sejam eles, entre os próprios setores capitalistas, sejam eles entre capitalista e trabalhadores. O que os autores dessa perspectiva irão argumentar é que os limites das políticas estatais não conseguem superar a necessidade de acumulação capitalista. E estes, em momentos de crises, quando as demandas por seguros sociais aumentam, são os primeiros a deslegitimar as próprias políticas de proteção social.

Assim, o arranjo institucional do Welfare State tende a crises. Essas crises podem ser de racionalidade, (quando seu centro for o subsistema econômico) de legitimação, (quando seu centro for o subsistema político) e de motivação (quando seu centro for o subsistema social).

Dessa forma, o sistema capitalista necessita constantemente manter seu crescimento e expansão como forma de sustentar sua legitimidade inabalada. No entanto, para essa abordagem, o capitalismo atual, ou seja, pós-industrial, é incapaz de manter a inclusão a partir do crescimento econômico, uma vez que sua própria lógica requer a desintegração e diminuição do mercado de trabalho, espaço central de integração para os não proprietários. Construindo, dessa forma, novas relações de trabalho e de sociabilidade, perde-se a noção de compromisso de classe, a distribuição de interesses, etc.

Nesse sentido, os limites do Welfare State e sua posterior crise acabam por configurar novas estruturas de organização de grupos sociais.

1.3 Gramsci: recepções no Brasil

Como argumenta Giovanni Semeraro (1999), o pensamento de Antonio Gramsci, em consonância com a vida do próprio autor, passou por diversos cárceres. Mesmo assim, constituiu-se um pensamento que, cada vez mais, dá mostras de superar as “usuras do tempo” e seus modismos. Marcam seu pensamento as tintas de uma vida política intensa e inteiramente dedicada à emancipação humana. Com uma razão histórica ágil e uma necessidade radical em

não aceitar fórmulas que não refletiam as complexidades e as necessidades do seu tempo histórico, seu pensamento representa um longo e dedicado “lamento da razão”.

Assim, toda sua obra teórica foi amplamente divulgada e comentada,¹⁰ fazendo que seus conceitos e formulações constassem em vários campos do conhecimento. Essa difusão permitiu, sem dúvida, um reconhecimento, mas também, provocou uma superficialização dos conteúdos referentes aos conceitos. E mais grave, proporcionou uma fragmentação de sua interpretação. Conceitos interligados e interdependes passam, nesse contexto, a interpretar realidades distintas, muitas vezes opostas (BIANCHI, 2008).

Mesmo de forma fragmentada e inconclusa, o pensador sardo foi capaz de adensar um pensamento crítico e inovador pautado pela obstinação do conhecimento da realidade e, por outro lado, severamente crítico aos reducionismos e as falsificações presente na teoria marxista. Assim:

“(…) quebrou a pretensão do discurso acabado numa época em que o marxismo entrava perigosamente para a estrada onicompreensivo do centralismo orgânico, da solda perfeita e teológica entre conhecimento do passado e previsão do futuro”. (SEMARARO, 1999, p. 232).

1.3.2 Gramsci: recepções no Brasil

É grande a fortuna do pensamento político de Antonio Gramsci no Brasil. As categorias e conceitos elaborados pelo pensador italiano ganharam uma boa receptividade e constitui um campo cada vez mais influente de pesquisa social no Brasil. Essa abrangência não foi, contudo, sem problemas, ocorreu diante da crescente diminuição da interlocução de seu pensamento com a teoria marxista. Podemos identificar ao menos três recepções ao seu pensamento.

A primeira obra gramsciniana editada no Brasil (1966) foi *A concepção dialética da História*, resultado de uma seleção de notas contidas nos originais dos *Cadernos do Cárcere*, editado por Togliatti. Carlos Nelson Coutinho, na introdução da edição integral dos *Cadernos*, mostra que o ambiente político-social, assim como, as opção de Togliatti diminuíram a possibilidades de recepção, já que foram censuradas notas críticas dirigidas ao materialismo histórico. Também, em decorrência da forma estruturada a edição, fragmentou e esquematizou

¹⁰ Há um dado não oficial que constata aproximadamente cerca 10.000 referências bibliográficas de comentadores de Antonio Gramsci.

o impulso criativo do autor. Gramsci, nesse período, foi apresentado como um pensador da Superestrutura, da cultura (Nacional – Popular).

Uma segunda recepção de Gramsci apresenta-o como teórico da Sociedade Civil (BOBBIO, 1999; COUTINHO, 1999), desenvolvendo uma interpretação que o afasta da economia, e por consequência de Marx. O centro dessa interpretação é a separação entre Sociedade Civil e Estado (Sociedade Política), na qual a primeira tem a primazia no processo de construção da contra-hegemonia. Existe, desse modo, um atrito, passando a dinâmica do processamento das lutas, por mudanças sociais, para o âmbito do terreno da sociedade civil. O Estado (Sociedade Política) perde a centralidade da dinâmica do desenvolvimento, agora entendido a partir da noção de guerra de posição vinculada ao caminho civil-parlamentar. O Estado é apresentado como ampliado, a partir do momento em que promove a junção entre sociedade civil e sociedade política. No entanto, nessa recepção, o Estado perde seu caráter de totalidade, mesmo teoricamente, a sociedade civil sendo uma parte integrante.

Recorremos a Coutinho para exemplificar melhor:

(...) mas o modo de encaminhar essa promoção ou conservação varia nos dois casos. No âmbito da sociedade civil as classes buscam exercer sua hegemonia, isto é, buscam ganhar aliados para as suas posições através da direção e do consenso. Por meio da sociedade Política, ao contrário, exerce-se **sempre** (grifo nosso) uma ditadura ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção. (COUTINHO, 1980, p. 5, grifo do autor)

Outra vertente dessa recepção (GRUPPI, 1978) procura associar o pensamento político de Gramsci como codificador do leninismo, para as sociedades ocidentais. Ou seja, nesta vertente, a grande genialidade de Gramsci foi saber traduzir os conceitos desenvolvidos por Lênin, e por consequência, por Marx, para as sociedades industrializadas presente no Ocidente.

A terceira recepção de Gramsci no Brasil procura identificar o pensador italiano com o processo crítico de refundação o campo teórico marxista (BARATTA, 2004; MACCABELLI, 2010; BANDALONI, 1977; GUIMARÃES, 1998). A crítica desses autores às recepções anteriores concentrar-se-á, principalmente, na questão da separação entre a sociedade civil e a sociedade política. Essa separação, vão argumentar os autores desta recepção, impede o entendimento da filosofia da Práxis como momento de refundação do campo teórico marxista. Esse trabalho procura situar-se no interior desta recepção. Sem, no entanto, concordar plenamente com a totalidade de suas formulações.

1.3.3 Contexto Histórico

Tendo sua prática militante interrompida pela prisão, o pensador sardo dedicou seus momentos de solidão à construção de uma crítica radical a todo e qualquer reducionismo economicista.

A construção de sua teoria foi marcada e é melhor entendida quando levamos em consideração o constante debate contra duas faces de reducionismos presentes no interior da corrente marxista dominante¹¹.

Por um lado, como dirigente do Partido Socialista Italiano e posteriormente como co-fundador do Partido Comunista Italiano, o pensador italiano combateu violentamente as posições reducionistas e positivistas da II Segunda Internacional. Assim como o processo de estalinização que começava a ganhar força na tradição marxista dominante. É nesse ambiente, e contra ele, que o autor italiano construiu suas reflexões. E claro, contra a imposição violenta do fascismo.

Como já salientamos, estamos entendendo por uma visão determinista da história aquela que “interdita ou deprime a potência criativa do agir coletivo e individual” (GUIMARÃES, 1998). E que, o determinismo pode apresenta-se em tipos distintos. Todos vão em direção ao menosprezo da capacidade de atuação dos seres humanos no decorrer dos processos históricos. Objetivando o futuro das sociedades de forma positiva, definido por razões objetivas que vão além do “controle ou da vontade dos sujeitos envolvidos” (Ibidem). Uma visão determinista do desenvolvimento histórico pode de ter um caráter histórico (diacrônico) ou societário (sincrônico), como já descrevemos anteriormente.

Em contrapartida à visão determinista da história temos a concepção “*praxiológica da história*” (Ibidem), que tem como característica principal a compreensão de que o curso da história somente pode ser definido de modo concreto pela vontade dos atores sociais organizados. E que estas vontades são resultantes dos próprios conflitos emergidos no processo de reprodução material das sociedades, mediados pelos complexos políticos-culturais próprios.

¹¹ Não é objetivo do trabalho fazer uma sistematização aprofundada de cada um dos aspectos que compõem essas duas dimensões para a história do marxismo. Contentamos em verificar apenas seus contornos mais gerais e suas consequências para o pensamento de Gramsci.

O desenvolvimento das sociedades passa a ser pensado em termos de possibilidades ou tendencialidades.

1.3.4 *Filosofia da Práxis: a refundação de um campo teórico*

Ao longo do livro fica clara a relação, nada simples, que Gramsci faz entre *filosofia*, *história* e *política*. Para tanto, o autor usa o termo *práxis* para caracterizar o que concebe como superação da dualidade *pensamento-ação*. Outra superação proposta e, de certa forma, associada a anterior, é entre *idealismo* e *materialismo*. Esta talvez seja a ideia inaugural dos escritos de Gramsci e de sua filosofia da práxis.

A função e o significado da dialética só podem ser concebidos em toda a sua fundamentalidade se a filosofia da práxis for concebida como uma filosofia integral e original, que inicia uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento, na medida em que supera (e, superando, integra em si os seus elementos vitais) tanto o idealismo quanto o materialismo tradicionais, expressões das velhas sociedades. Se a filosofia da práxis é pensada apenas como subordinada a uma outra filosofia, é impossível conceber a nova dialética, na qual, precisamente, aquela superação se efetua e se expressa. (GRAMSCI, 1999, p. 143).

Assim, o pensamento dialético de Gramsci leva a elaborações mais coerentes com a própria ideia de dialética: ultrapassar dualismo como teoria-prática e subjetividade-objetividade.

Não se concebe propriamente de um conceito analítico o tratamento dado por Gramsci a Filosofia da Práxis. Mas é o debate sobre a visão filosófica que vai permitir ao autor superar as noções deterministas e mecanicistas presentes em algumas interpretações no interior do materialismo histórico, notadamente as presentes nos debates da II Internacional. O estudo das notas completas dos *Cadernos do Cárcere* (GUIMARÃES, 2006, BARATTA, 200; MACCABELLI, 2010; BANDALONI, 1977) permite perceber que o autor italiano foi formando sua perspectiva no decorrer da sua elaboração e o fio condutor do processo de refundação do seu próprio campo teórico tem início a partir da crítica filosófica.

Como dissemos anteriormente, consideramos a elaboração teórica de Gramsci como um momento de renovação profunda de campo teórico marxista. Os conceitos desenvolvidos

possibilitam uma interpretação dos fenômenos sociais a partir de uma perspectiva praxiológica, sem concessão ao determinismo mecanicista presente em algumas interpretações.

Temos que ressaltar, no entanto, as dificuldades analíticas que resultam da apresentação segmentada de alguns conceitos, como faremos nesse texto. Nas construções teóricas os conceitos tomados isoladamente não fazem muito sentido, ou pelo menos, perdem muito da sua capacidade explicativa. Para os conceitos presentes na obra de Gramsci a situação torna-se um pouco mais dramática, decorrente da forma pouco sistematizada da exposição e construção de sua teoria¹² e do sobreposicionamento que os conceitos possuem na sua lógica de interpretação.

Pode a sociedade civil ser externa ao Estado? A contribuição central do pensamento de Gramsci constitui-se no modo integral e historicamente condicionados a percepção dos fenômenos políticos e dos processos sociais. A política é entendida, pelo autor, como uma atividade presente que capta e desenvolve todos os processos teórico-práticos da atividade humana, conferindo a relação entre o desenvolvimento econômico em conexão com a história das ideias para entender, de maneira historicizada, a sociedade capitalista. Desse modo, a luta política e de classes, é entendida não somente pela lente de setores dos trabalhadores, mas também, como uma atividade própria do homem.

Em Gramsci não se separa história e filosofia, ao contrário, juntam-se, formando uma totalidade que tem como centro o homem. Diz:

(...) faz destes (os Homens) os artífices conscientes da história, e não os joguetes da fatalidade, na medida em que os seus princípios, isto é, os seus ideais, centelhas que brotam das lutas sociais, são precisamente estímulos à práxis que, mediante a sua ação, se subverte. (GRAMSCI, 1999, p. 88)

Assim, a pergunta que Gramsci faz é, como fazer o homem, imbecilizado, brutalizado pela ignorância do mundo ao seu redor tornar-se “artífices conscientes da história”? O autor responde negando a própria pergunta. Segundo ele, todos somos filósofos na medida em que compartilhamos de uma mesma concepção de mundo e quando somos capazes de expressar, mesmo de modo precário, fragmentado, desagregado, uma determinada concepção de mundo. O que devemos atacar é exatamente essa separação, acabando com diferenciação entre o filósofo, com capacidade de formular coerentemente e de maneira unitária sua concepção de

¹² Gramsci construiu sua teoria na cadeia, o que impossibilitou a exposição sistematizada dos seus pensamentos.

mundo e todos os tipos de homem-massa, capaz apenas de formular simplificadamente sua concepção de mundo.

Também não se pode separar filosofia da política, uma vez que todo ato de pensar torna-se uma ação política. Separar esses dois elementos representa a dissociação do ato de pensar e da ação. Gramsci (1999) argumenta que é justamente essa distinção, operada pela concepção de mundo burguesa, que faz transpor duas classes de cidadãos, uma minoria que pensa e uma imensa massa de pessoas sujeitas aos preconceitos dispares do senso comum. Essa foi precisamente a causa (uma das) da ascensão do fascismo. Segundo Gramsci (Ibidem), foi o fascismo que ofereceu a melhor resposta à crise da hegemonia liberal na Itália.

Por isso, Gramsci insiste muito na necessidade de desenvolver uma concepção de mundo em que as diferenças entre a filosofia e o senso comum sejam diminuídas ao máximo possível. O autor não propõe uma igualdade total. Argumenta inclusive acerca da importância das ações individuais para o progresso de uma concepção de mundo. Mas um grupo coerente e unitário não consegue manter a hegemonia na sociedade se a maioria do povo estiver sem qualquer organicidade filosófica e cultural com a hegemonia dominante. Podemos esperar, vide exemplos históricos, tendencialmente duas respostas: 1) a necessidade do uso cada vez maior da força (coerção) para manter a hegemonia; 2) a hegemonia em crise, ser suplantada por outra (o que ocorreu no caso do fascismo).

Portanto, vemos a possibilidade de existência de várias concepções de mundo em um mesmo período histórico. E essas concepções comportam-se como ideologias que disputam entre si a direção moral e intelectual da sociedade. Permite-nos, assim, negar qualquer traço autoritário na formulação de Gramsci. Outra inovação, diretamente relacionada com a anterior, é a caracterização da noção de ideologia, vista agora como a sistematização dos elementos centrais de uma determinada concepção de mundo. E não mais, somente, como uma câmara escura que inverte a realidade.

Nos ensaios em que formula notas críticas sobre a tentativa de associar o marxismo ao ensaio popular de sociologia, a crítica formulada por Gramsci reside na contrariedade com que o autor italiano expressa na tentativa de separação entre uma “filosofia original das massas populares” e os grandes sistemas filosóficos. Para Gramsci, essa separação conceitualmente não existe, uma vez que, esses sistemas não são conhecidos das massas populares e, portanto, sua influência sobre o modo de pensar e de agir não tem uma eficácia grande. Quando

influenciam, agem como força externa de coerção das classes dirigentes sobre as massas populares.

Para Gramsci, as noções filosóficas das massas populares são originadas pelo senso comum. Nele predominam os “elementos realistas, naturalista, isto é, do produto imediato da sensação bruta.” Segundo, estes elementos são supersticiosos e acríticos. O *ensaio popular*, assim, reforça segundo Gramsci a noção de senso comum e, por isso, não fornece as massas populares meios de superar tal condição. Já que, o *Ensaio*, parte da crítica dos sistemas filosóficos tradicionais e não da sua manifestação nas camadas populares, ou seja, o senso comum. Para Gramsci, “o ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é espontaneamente a filosofia das multidões, a qual se trata de tornar ideologicamente homogêneas” (p.116)

“ademais, é compreensível que assim ocorra já que, no Ensaio Popular, a filosofia da práxis não é uma filosofia autônoma e original, mas a “sociologia” do materialismo metafísico. Para ele, metafísica significa apenas uma determinada formulação filosófica, aquela especulativa do idealismo, e não qualquer formulação sistemática que se afirme com verdade extra-histórica, como um universal abstrato fora do tempo e do espaço” (GRAMSCI, A. 1999; p.120)

Como Gramsci afirmou anteriormente, a *filosofia da práxis* constituiu uma visão de mundo autônoma, original e integral e que, portanto, não necessita de utilizar conceitos de outras tradições teóricas. Por isso, o autor italiano critica a tentativa de redução da *filosofia da práxis* a uma espécie de sociologia o que significaria “reduzir uma concepção do mundo a um formulário mecânico, queda a imprensa de poder colocar toda a história no bolso” (p. 146)

“a experiência sobre a qual se baseia a filosofia da práxis não pode ser esquematizada; ela é a própria história em sua infinita variedade e multiplicidade, cujo estudo pode dar lugar ao nascimento da “filologia” como método de erudição na verificação dos fatos particulares e ao nascimento da filosofia entendida como metodologia geral da história” (GRAMSCI, A. 1999; p.146)

Para Gramsci, a sociologia é uma tentativa de conjugar métodos das ciências naturais aplicados aos fatos sociais. Sendo que, o sistema filosófico que sustentou o surgimento da sociologia foi o positivismo evolucionista. Reconhece que a sociologia reagiu a esse sistema filosófico, contudo, apenas de modo parcial. Segundo o autor da Sardenha, a própria tentativa de estabelecer leis para explicação dos fenômenos sociais já afastaria a sociologia da *filosofia da praxis*

1.3.5 Hegemonia

Um conceito importante que marca a atuação estratégica dos atores sociais coletivamente organizados é o de hegemonia. Mas em primeiro lugar é preciso retirar-lhe qualquer aspecto totalitário. Usamos o conceito de hegemonia do pensador italiano Antonio Gramsci que essencialmente trata da capacidade que um determinado grupo no interior de uma classe tem em direcionar as ações desta a um determinado sentido. Essa direção, para ser real e duradoura, deve ser ancorada no consentimento efetivo dos membros dessa mesma classe. Além disso, o conceito de hegemonia refere-se também a disputa do caminho a ser trilhado pela sociedade. Ou seja, hegemonia é a capacidade que uma classe tem em transformar seus objetivos específicos nos interesses gerais da sociedade.

É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (GRAMSCI, 1999, p. 104).

Hegemonia, segundo Luciano Gruppi, é

(...) justamente a capacidade de descobrir a especificidade nacional, as características específicas de uma determinada sociedade. (...) hegemonia é a identificação da nova tática e da nova estratégia que devem ser usadas em situações determinadas. (GRUPPI, 1978,).

Ou seja, a construção de uma hegemonia da sociedade não poder ser separada das condições reais e específicas em que a luta de classe desenrola em um determinado país e em um determinado tempo histórico.

A não superação do senso comum levaria o indivíduo à subordinação a uma hegemonia exterior, limitadora negativa do pensamento e da ação política das massas populares. Talvez por isso Gramsci aproxime a ideia de relação de hegemonia à de relação pedagógica, inclusive, citando a proximidade da ideia da relação professor/aluno com a de camadas intelectuais/não intelectuais, governantes/governados, elites/seguidores etc. Nestes sentido, a hegemonia se exerce através de uma relação pedagógica (ativa) que deve existir em toda sociedade, está associada à busca de consenso no interior das relações de contradição.

Gramsci acredita que a ideologia nem sempre tem sentido ou força negativa. Quando historicamente orgânica, ela pode ser utilizada para levar aos “simples” a aquisição do bom senso e sua organização. Por outro lado, pode ser arbitrária e, nesse caso, coopera apenas com o consentimento das massas acerca das concepções de mundo dominantes.

É necessário [...] distinguir entre **ideologias historicamente orgânicas**, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e **ideologias arbitrárias**, racionalísticas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (GRAMSCI, 1999, grifo nosso).

Assim, o próprio movimento de busca da hegemonia perpassa pela necessária busca da ideologia que, quando historicamente orgânica, tende a organizar as massas para a superação do senso comum. Entretanto, quando voltada para o consentimento das forças dominantes, funciona como mantenedora da própria unidade social existente. Quando arbitrária, a ideologia passa a ter caráter religioso, de fé. É dogmática do pensar-agir social. A partir da ideologia tem a intenção de conservar a própria unidade ideológica.

Para Gramsci (1999), existe a necessidade de constituição de um partido revolucionário para que haja a formação de uma hegemonia da classe operária, já que é através dele, o partido, que existe a possibilidade de unificação do pensamento e da ação da classe. A formação desse partido é resultado de um processo que parte do “nível mais alto da

consciência”, sem ser com isso burocrático, mas uma maneira de direção do movimento espontâneo contra a ordem estabelecida. Nesse sentido, o partido aparece como grande reformador intelectual e moral, o que procura superar a velha concepção de mundo, desvelando suas contradições, e constrói outra a partir de outro modelo civilizatório. A atuação do partido é importante porque, segundo Gramsci (1976), ele é ao mesmo tempo o organizador e a expressão “ativa e atuante” na luta pela transformação da sociedade.

Já que o partido é a “expressão de um processo coletivo, de uma vontade coletiva dirigida para um determinado fim” (Ibidem), a proposta de Gramsci é do partido enquanto uma “iniciativa revolucionária” que, na luta hegemônica, possa transformar a sociedade. Nesse ponto, a preocupação de Gramsci é com as deformações no pensamento marxiano (com o determinismo e o mecanicismo) que, na visão do autor, rebaixaram a teoria marxiana a uma interpretação mecanicista e positivista da história e da realidade. Uma das funções do partido é justamente a superação dessa condição. O partido, assim, atuaria como uma vanguarda a difundir uma visão alternativa e crítica da sociabilidade dominante na sociedade capitalista. Gramsci, no entanto, alerta para que a atuação deste instrumento não seja descolada do pensamento do conjunto da classe, não podendo haver uma dicotomia entre a direção e a base. Essa dialética Intelectual – Massa não é restrita ao interior do partido, pelo contrário, é a responsável pela capacidade de criação de uma “linguagem comum” com as pessoas as quais o partido político deseja dotar de uma nova visão de mundo, na busca de que todos se sintam parte do mesmo processo.

Para Gramsci o partido tem três elementos principais:

- 1- “elemento difuso, de homens comuns e médios, que oferecem como participação a sua disciplina e sua fidelidade, mas não o espírito de criação e de alta responsabilidade” (GRAMSCI, 1978).
- 2- “elemento coesivo principal, centralizado a nível nacional, que torna eficiente e potente um conjunto de forças que, entregues a si, não contariam nada, ou contraíam pouco (...) (caracteriza-se pela força) coesiva, centralizadora e disciplinadora” (GRAMSCI, 1976).
- 3- “elemento médio, que articula o primeiro com o segundo elemento, os põe em contato, não só físico, mas moral e intelectual” (Ibidem).

Assim, o processo de construção de uma hegemonia, ou seja, o processo de unificação do pensamento e da ação da classe subalterna se materializa e toma corpo na construção de um Bloco Histórico. Este se caracteriza por uma “unidade de forças políticas e sociais diferentes”

que se conservam unidas através de uma mesma concepção de mundo. Ainda, a formação de um bloco histórico abrange a posição contra-hegemônica ao poder dominante. Para isso, é necessária a apresentação das noções que servirão como base para a construção da nova sociedade.

1.3.6 Revolução Passiva

A revolução passiva Caracteriza as sociedades cujo desenvolvimento do modo de produção capitalista baseou-se em um processo de acomodação de interesses entre a burguesia e uma parte da aristocracia. Nessas sociedades, o elemento radical de transformação marcada pela aliança entre a burguesia e setores populares (o caso da Revolução Francesa) não existe. Comumente associado a sociedades de desenvolvimento capitalista tardio.

O conceito refere-se ao processo de incorporação, por parte dos grupos hegemônicos, das reivindicações dos grupos subalternos, observando duas condições: as demandas são restringidas sempre que ameacem a hegemonia dominante; e a capacidade de iniciativa dos grupos subalternos é neutralizada. São, portanto, situações históricas marcadas pela ausência de um elemento ativo dominante, em que o princípio dinâmico de efetivação de uma hegemonia fica restringido pela incapacidade da burguesia em instaurar sua ordem social plena, uma vez que é obrigada a fazer concessões. Já o elemento contra-hegemônico aceita ter sua capacidade de iniciativa constringida por não ter condições de oferecer uma alternativa real e efetiva.

É possível entender revolução passiva, assim como faz Felice (1978), como uma resposta ao processo de derrota do movimento operário internacional, abrindo uma nova e longa fase de relação com a realidade nacional. Diz Gramsci: “mudamos porque derrotados.” Nessa nova situação, a resposta dada por Gramsci foi concentrar-se na guerra de posição.

Felice resume assim:

Assim, sobre esta base é possível apreender os termos da relação entre as duas categorias: se a revolução passiva determina em Gramsci as formas de um processo de transformação, a guerra de posição determina as formas do choque de classes em relação a este processo, e isto seja para a burguesia seja para o proletariado. (FELICE, 1978, p. 202)

É possível perceber que o autor propõe uma ampliação da análise do conceito de revolução passiva, passando a entendê-lo como uma estratégia do movimento operário internacional diante da conjuntura de ascensão do nazi-fascismo.

Ganha força, nessa ampliação, o conceito de guerra de posição, sendo essa a tática mais adequada, segundo Gramsci, para enfrentar períodos de fragilidade organizativa no qual a disputa ideológica encontrou um terreno mais hostil. Assim, a manutenção de uma determinada posição ganha dois elementos relevantes: primeiro, permite meios materiais para afirmação da sua concepção de mundo; segundo, estabelece um momento de educação da massa, possibilitando o surgimento de grandes dirigentes.

1.3.7 Estado Integral

A questão do Estado ganhou algumas interpretações na obra de Gramsci, variando de acordo com o modo de recepção do seu pensamento. Existe uma polêmica em relação ao termo. Para os autores (GUIMARAES, 1998; BARATTA, 2004) que veem a filosofia da práxis de Gramsci como um momento de refundação do marxismo, a noção de Estado Ampliado não consegue suficientemente convencer, já que opera com a perspectiva da separação entre as esferas, e essa separação, como já mostrou Gramsci, restringe o pensar a Política como totalidade.

O Estado Integral como a expressão das relações sociais dominantes expressaria o momento em que a coerção e a hegemonia de uma determinada concepção de mundo estariam ligadas, representando o princípio normativo de expansão de uma concepção de mundo.

Podemos argumentar, seguindo Maccambelli (2010), que somente pode-se fazer a separação entre Estado e economia de maneira analítica. Em polêmica com David Ricardo, o autor italiano vai argumentar da existência de uma vontade política organizada, pressuposta na análise econômica clássica, que elabora e necessita da construção da noção (hegemônica) de Estado Mínimo. Essa característica, no entanto, não passa pelo crivo da observação real da atividade concreta. Pelo contrário, o liberismo é a expressão do programa político de regulamentação estatal mantida de maneira coercitiva e legislativa pela burguesia. A análise Econômica Clássica somente pode prescindir do Estado quando faz do Parlamento sua *Trade Union*, ou seja, quando mantém a força organizada de classe através do Estado.

1.3.8 A crise do marxismo e a refundação gramsciniana.

Tentamos demonstrar que a ausência das problemáticas instituídas pela tradição marxista sobre a democracia tem como resultado a própria diminuição do horizonte normativo de avanços democráticos.

Sabemos, porém que, para entrar nesse debate a tradição marxista necessita superar alguns impasses internos. Notadamente suas tensões deterministas.

Vimos que todas as concepções de Estado apresentadas nesse texto trabalham seguindo a perspectiva de separação entre Estado e Sociedade Civil. Já anotamos anteriormente que essa separação está presente nos momentos iniciais de fundação do campo teórico do marxismo e que ela representa as críticas de Marx às concepções de Estado de Hegel, mas também a concepção liberal de Estado. Como observa Lefort, a crítica marxiana aproxima-se mais da concepção Liberal, tendo seu cerne nas incapacidades e limites da perspectiva liberal, o que, da ótica deste autor, limita e restringe a própria noção de democracia; mas acima de tudo perde a capacidade de pensar a sociedade com uma totalidade orgânica.

Assim, devemos nos perguntar qual sentido é esse de refundação? Como apresentamos rapidamente, algumas interpretações da obra de Antonio Gramsci procuram afastá-lo do léxico teórico da tradição marxista. Esse processo de refundação não poderia estar, por outras vias, corroborando essa visão?

O sentido da refundação encontra-se na percepção de que a obra marxiana, apesar de sua monumental estatura, não se apresenta de forma fechada ou acabada, sendo que sua própria dinâmica constitutiva privilegiou uma análise mais aprofundada da gênese do processo de reprodução do Capital.

A Concepção Praxiológica, ou seja, a *Filosofia da Práxis*, pode ser observada em vários momentos da obra marxiana, no entanto, sem ter um desenvolvimento na sua plenitude. Essa, já podemos ver na abertura do Manifesto Comunista, quando Marx e Engles afirmam ser a história de todas as sociedades a história da luta de classe, inibindo e desautorizando qualquer visão reducionista. Mas deixamos a palavra com o próprio autor, no que talvez seja sua passagem mais ilustrativa da relação totalizante e orgânica existente entre as condições materiais e as vontades individuais coletivamente organizadas.

Diz Marx (1971), “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias que querem de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Nesse sentido, procuramos entender a produção teórica de Gramsci como sendo o momento em que os aspectos mais político-sociais (não politicistas) são postos em relevo,

sendo, contudo, um equívoco associar seus pressupostos em contradição com a crítica da economia política feita por Marx. Ou seja, toda reflexão levada a cabo pelo pensador italiano tem como pressuposto perene a necessidade de superação do sistema capitalista. (GUIMARÃES, 1998, BIANCHI, 2008; BARATTA, 2004).

Contudo, ademais dos argumentos já apresentados, a noção de refundação não foi totalmente esclarecida. Necessitamos evitar uma confusão central, qual seja a separação ou diminuição da relação entre Gramsci e o marxismo. A tese da refundação não pode ser entendida como um abandono ou superação. Pelo contrário, representa tanto uma afirmação da crítica da economia política e, por consequência, da sociabilidade proposta pelo domínio burguês, como também, representa um avanço em categorias analíticas pouco desenvolvidas pelo campo teórico fundante.

Gramsci considerava o marxismo uma concepção de mundo totalizante, ou seja, sem a necessidade de recorrer a “muletas” na tentativa de explicação de algum fenômeno social.

Nosso objetivo foi demonstrar que as categorias políticas (Hegemonia, Bloco Histórico, Revolução Passiva, etc) desenvolvidas por Gramsci nutrem o marxismo de categorias analíticas que, mesmo já presentes, ainda eram pouco desenvolvidas no interior do campo teórico. Esses conceitos-chaves são capazes de ajudar na compreensão da dinâmica sociopolítica tendo como referência a *práxis* coletiva dos atores sociais. E essa refundação filosófica e política do marxismo permitiu superar os impasses no qual se encontrava.

Sabemos também que o autor italiano estabelece um diálogo crítico e historicizado com a obra de Marx no sentido de tê-la como ponto de partida e não de chegada. Chegamos, assim, à conclusão que o marxismo necessita de uma atualização histórica e de um desenvolvimento conceitual que possibilite o desenvolvimento de uma dimensão ético-política capaz de construir uma concepção integral de mundo, a partir de uma filosofia autônoma, livre de “traços metafísicos, especulativos e mitológicos e em direção a um humanismo e historicismo radicais”.

A lacuna mais evidente desse texto é a ausência de uma sistematização das categorias políticas construídas por Gramsci, visto toda a importância que depositamos nelas para a superação das tensões deterministas presentes na tradição marxista e a possibilidade de proposta de um novo modelo civilizatório. No entanto, esta sistematização não é o objetivo principal deste trabalho.

É a partir da proposta de refundação, apresentada por Gramsci, que analisaremos criticamente as concepções teóricas de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes.

Temos a noção, contudo, que essa opção pode não ser “justa” com os autores, uma vez que os mesmos não construíram suas teorias em diálogo com o pensador italiano. Porém, compará-los à expressão cultural mais alta da sua tradição teórica é também um elogio.

Como tentamos demonstrar, a possibilidade do campo marxista estabelecer um diálogo profícuo a partir de uma concepção democrática do socialismo passa necessariamente pelo enfrentamento das tensões, silêncios e incompletude do seu campo teórico. Resolver esses dilemas é condição, como diz Guimarães (1999, p. 228), “para recuperar uma dialética entre a liberdade individual e coletiva, uma dinâmica emancipadora entre meios e fins, entre valores e racionalidades anticapitalistas”.

Concordamos que o processo de refundação filosófica e, portanto, política, da teoria marxista dota-a de novos conceitos permitindo uma ampliação da sua capacidade analítica. E, acima de tudo, esses novos conceitos permitem ao marxismo pensar a construção de nova concepção de mundo, baseada na auto-gestão, na soberania popular e na liberdade.

A questão do determinismo, no interior da tradição marxista, assumiu diversas feições, expressou-se como “filosofia, como ciência e como teoria da história” (42) o que gerou uma “contradição insolúvel,” pois atingia seu núcleo e aparecia de maneira contraditória com o aspecto de sua perspectiva teórica, qual seja, a emancipação. É de difícil compreensão que a teoria que propunha a emancipação humana partia de “um viés que justamente interdita ou deprime a potencia criativa do agir coletivo e individual” (43)

“Em um extremo, o marxismo era entendido como uma ciência da história, dotado de um método geral (a dialética materialista) aplicável a todos os setores do conhecimento. Em outro, o marxismo era formulado como uma filosofia orgânica à classe revolucionária e avessa aos métodos das ciências naturais. Entre estes extremos, várias interpretações combinando em forma diversas a compreensão do marxismo com ciência, filosofia e ideologia” (GUIMARÃES, J. 1998; p.43)

Existiam também outras cisões. Podemos citar a *perda de capacidade dialogal*, essa dificuldade pode ser expressada em dois níveis. No primeiro, ela aparece na ruptura entre os chamados Marxismo-leninismo e o Marxismo ocidental. No segundo, apresenta-se no isolamento científico. Outra cisão importante situa no caráter *irradiador* do determinismo como núcleo do marxismo, manifestada pela “extrapolação indevida” de categorias teóricas, a necessidade de se encontrar uma lei universal que explicasse o processo de mudanças nos

modos de produção. Essa última cisão teve implicações no campo dos estudos econômicos. Já que, sustentou e favoreceu uma visão *economicistas* que pressionava e reduzia a dimensão de categorias “políticas, sociológicas, culturais, éticos e estéticos do marxismo” (p.44)

Assim, o passo seguinte do nosso trabalho terá o objetivo de analisar e dimensionar o papel da Política e do Estado em Caio Prado Jr e Florestan Fernandes. A partir de três elementos, a saber: a questão do determinismo; a questão da política e do Estado e a questão da democracia.

2- Caio Prado Junior: A Política e o Estado

Um pensamento torna-se clássico por vários motivos. Um deles reside na sua capacidade em oferecer respostas válidas para os problemas do seu tempo histórico, visto de outra realidade histórica. Esse é precisamente o caso de Caio Prado. Além disso, quando nos oferece ferramentas para compreender nosso presente. A potência de um pensamento reside na sua capacidade de oferecer respostas interligadas e coerentes aos diversos problemas com os quais o autor se depara. Sendo assim, acreditamos que a obra de Caio Prado seja desta natureza

(um clássico) que, portanto, suas respostas são integralmente articuladas. Sua noção de política e Estado são derivadas de sua avaliação geral da formação social brasileira, dentro de uma visão de mundo marxista.

Além das respostas integralmente articuladas, a fortuna de um autor situa-se na sua capacidade de gerar um conjunto de problemáticas para além de suas respostas, ou seja, suas respostas vão ampliar e não fechar seu alcance histórico. Assim, um autor pode ser considerado um clássico na medida em que funda uma tradição teórica, refunda um campo já existente ampliando seu alcance ou quando o autor revitaliza sua tradição com um novo olhar sobre as principais problemáticas de seu campo.

Caio Prado Júnior pode ser situado no primeiro caso, ou seja, a fundação de uma nova tradição teórica e política. A vitalidade de seu pensamento pode ser evidenciada pela grande variedade de interpretações de sua obra e a constante revisitação. Representa uma fecunda fusão entre marxismo e história. Ou, como nota Ricupero (2000) trata-se um de um caso bem sucedido de aproximação entre a teoria marxista e a realidade brasileira.

Contudo, mesmo para um autor clássico, a influência de sua obra passa por momentos em que se torna mais reduzida. Com nosso autor não foi diferente. Apesar do enorme sucesso inicial da sua interpretação do Brasil, seu prestígio intelectual foi mais circunscrito ao ambiente da alta cultura de esquerda. Evidenciamos ao menos dois momentos em que seu pensamento ganha destaque nas discussões políticas e intelectuais. O primeiro foi com o lançamento do seu livro mais comentado *A Revolução Brasileira*, no contexto da derrota imposta pelo golpe e das agitações seguintes. Suas críticas penetrantes e a acuidade das análises foram recebidas com bastante entusiasmo. O segundo momento é com a formação de uma geração de intelectuais radicados na USP que se inspiram em Caio Prado para analisar a passagem do Brasil arcaico para o moderno e para elaborar a crítica ao populismo¹³.

A leitura dos *Diários Políticos* de Caio Prado Jr., editada por Paulo Iumatti, nos fornece pistas do momento de inflexão de sua narrativa, em que sua análise passou a centrar-se mais nos aspectos políticos sociais da realidade brasileira. Diz Iumatti (1998; p.32) acerca desse processo: “relações entre política e sociedade, a redefinição dos vínculos entre estruturas políticas e os diferentes segmentos sociais (...)”.

O peso do passado colonial sobre o entrelaçamento do público com o privado fez com que o crescimento do setor urbano e sua composição feita de numerosos setores que tinham por

¹³ Vários desses autores estão compondo nossa bibliografia. Podemos citar Fernando Henrique Cardoso, Boris Fausto, Fernando Novais, Francisco Weffort, Maria Ângela de D’Inção e o próprio Florestan Fernandes, outro autor em tela nessa dissertação.

característica principal a desorganização, se tornassem alvos fáceis aos apelos populistas. Ao mesmo tempo em que ficavam alheios às movimentações dos setores organizados e dos debates públicos feitos pela imprensa, a política era feita por cima. Como nota Iumatti (Ibidem), Caio Prado reconhecia, no entanto, certa polarização no interior das camadas populares, mas elas ainda não atuavam como ator político relevante. Nem era esse o propósito das elites políticas. Nesse sentido, permanecem contrárias às agitações de superfície, sem a participação e envolvimento com e das massas populares, principalmente o proletariado.

Como alerta Lincon Secco (2008) no livro *Caio Prado Júnior: O sentido da Revolução*, o autor paulista não possui uma formação marxista extensa e isso se reflete no seu texto. Se, por um lado, o argumento ganha autoridade pelo que diz e não por pelo que cita, por outro, alguns conceitos podem perder em profundidade e precisão. Nesse caso, não podemos, por princípio, atribuir ao campo teórico a responsabilidade sobre as concepções formadas pelo autor, já que este possuía uma formação intelectual construída muitas vezes às margens da tradição marxista. Apesar, de como aponta Iumatti (Ibidem), nosso autor, em viagem pela Paris, ter tido contado com a escola francesa de historiografia, uma das mais importantes e fecundas na tradição marxista.

Entretanto, pretendemos argumentar que essa situação também trouxe benefícios na construção teórica do autor. Essa distância contribuiu para o processo de expansão da nacionalização do marxismo (RICUPERO, 2000) feita por Caio Prado. Livrou o autor das concepções mais ortodoxas do marxismo. Uma vez que, como teoria, esse campo analítico ganhou refinamento teórico apenas a partir do momento em que ele adentra-se mais nas universidades, sendo capaz de dialogar com a alta cultura, ao mesmo tempo em que perdeu o contato com a política concreta. Caio Prado foi uma exceção desse processo. Uma vez que procurou, com bastante êxito, aliar uma atividade intelectual consistente com uma atividade política constante.

Entre o passado Colonial que deve ser compreendido e a futura Nação a ser construída, nossa pesquisa recairá sobre os elementos de constituição desse futuro, ou seja, da Nação. Analisaremos precisamente, as características estruturais que conformam o nosso presente histórico e que, assim, formam a base que permite delinear as tendências que compõe o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

O projeto original do autor seria à partir desse balanço do período colonial, procurar compreender o “sentido da colonização” como forma de se entender o seu presente e, em seguida, analisar os problemas que impediam a formação do Estado-nação. Impasse este em

que a sociedade vivia, em contraste e sem a ocorrência de rupturas drásticas no tempo. Presente marcado pela continuidade, ou nas palavras de Ricupero (2000, p.233), “a totalidade brasileira, conseqüentemente, revela-se e se realiza precisamente no momento de superação da situação colonial”.

2.1 Recepção de suas Ideias

Caio Prado Júnior é filho de uma das mais expressivas e influentes famílias da aristocracia paulista. Nasceu no dia 11 de fevereiro de 1907, no bairro de Higienópolis, cidade de São Paulo, filho de Caio da Silva Prado e de Antonieta Penteado da Silva Prado. Além de rica, a Família Prado também teve bastante influência política. Vários de seus membros participaram da vida política nacional exercendo cargos de importância, como Antônio Prado, que foi prefeito da cidade de São Paulo.

Membro de uma rica família aristocrata, nosso autor teve uma educação condizente com sua condição de classe dominante. Frequentou os melhores colégios, teve as melhores condições de desenvolver suas capacidades teóricas. Gostava de estudar, dançar, nadar, cavalgar e, acima de tudo, viajar. Conservou o hábito das viagens até quando a saúde permitiu. Queria conhecer o mundo, mas o que o encantava era o Brasil. Intensificando suas viagens nos anos em que cursou geografia na recém fundada Universidade de São Paulo.

Entre 1924 e 1928, estudará Direito na USP. Em 1926 ingressa no Partido Democrático (PD), uma dissidência da oligarquia paulista. Na campanha de 1930, recebe e apóia Getúlio Vargas. Por dar as costas a Getúlio na frente do candidato Júlio Prestes, tem sua primeira prisão. Mas desencanta-se com o Partido Democrático.

Filia-se ao Partido Comunista Brasileiro em 1931. Desde então, tem sua vida ligada às lutas sociais e políticas nacionais. Se antes era mais um membro de uma família aristocrata, a partir desse momento, tornar-se um de seus mais ácidos e competentes críticos.

Como afirma D’Incao (1989), Caio Prado produz um novo olhar sobre a história do Brasil. Sua interpretação em *Evolução Política no Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo* produziram uma nova angulação na historiografia brasileira que, a partir dessas obras, não pode mais ser negligenciada nos estudos sobre a realidade brasileira. Dessa contribuição na produção/interpretação do ofício de historiador no conhecimento do passado colonial brasileiro ficou a preocupação (ponto de partida) com o presente, mediado pelas relações e os confrontos

marcados entre as classes sociais – mesmo que não inteiramente (sociologicamente) constituídas. Tendo como referencia básica a construção do futuro.

Se, como nota Ricupero (2007a), na pretensão de tornar o marxismo válido universalmente abriu-se mão, com frequência, do contato com as diversas realidades, principalmente aquelas que não situavam no centro político do mundo. Caio Prado faz justamente essa inversão. Ou seja, tomou o Brasil como epicentro de sua análise, negando qualquer afirmação que não estivesse amparada e ancorada na realidade brasileira.

Nesse sentido, D’Incao (Ibidem) reconhece Caio Prado como aquele autor que melhor interpretou a formação social brasileira, notadamente o processo de colonização, como este tipo de exploração marcaria o desenvolvimento econômico brasileiro, e por consequência, seu subdesenvolvimento, marcado por relações de produção que impediam a consolidação de uma ordem econômica com força e existência próprias (SAMPAIO JÚNIOR, 1999), portanto, incapaz de construir uma base dinâmica de reprodução capitalista.

Diz Sampaio Júnior (1999, p. 107-108),

Enfim, o ponto fundamental de sua argumentação (Caio Prado) é que a extrema instabilidade do processo de mercantilização das economias periféricas não permite que o mercado interno se afirme como horizonte de acumulação e como instância de validação social do circuito de valorização do Capital.

Seguindo as trilhas de Sampaio Júnior, percebemos que é na análise da especificidade da debilidade estrutural do setor mercantil em construir as bases de um mercado interno autônomo e eficaz que conduz o olhar do nosso autor para as questões políticas-sociais que marcam nossa condição de dependência. Assim, é esta inflexão analítica presente na obra de Caio Prado que procuraremos estudar neste presente trabalho.

Como nota Sampaio Junior (1999), a riqueza de Caio Prado Jr. foi ter qualificado a especificidade do estado de incerteza perante o desenvolvimento que é característico das economias capitalistas de origem colonial que não superam sua posição subalterna na economia mundial. A especificidade da debilidade mercantil de construção de um mercado interno é estrutural e não apenas conjuntural. Podemos notar que, a partir dessa análise, o autor em tela passa a dedicar uma atenção maior- houve mesmo uma inflexão- nos aspectos sociopolíticos da nossa formação social. Alertando para as dificuldades em romper com os nexos da dependência.

Sua teoria de desenvolvimento foi construída em constante embate e oposição ao debate promovido e irradiado pelo mundo através da III Internacional. Nela, o autor paulista

crítica o que ele chama de teorização às avessas. As teses da Internacional defendiam a caracterização da revolução brasileira como anti-feudal e anti-imperialista, além de preconizar o crescimento econômico como forma de superação do subdesenvolvimento. Caio Prado criticava essas teses por sugerir que elas cometiam o erro de supor que a trajetória de superação do subdesenvolvimento seria o mesmo que aquela seguida nos países centrais.

Assim, nosso autor, parte do pressuposto da necessidade de uma teoria que leve em consideração a especificidade de nossos problemas históricos e a dialética concreta de seu conhecimento. Mais uma vez, fica evidente um traço característico presente no decorrer de sua obra, qual seja a negativa em aceitar qualquer imposição teórica que não guardasse relação com a realidade brasileira.

(...) a essência do aporte de Caio Prado à teoria dos mercados está em demonstrar que o contexto histórico adverso provoca tamanha desconfiança em relação ao futuro das economias periféricas que sua importância relativa como fronteira de reprodução ampliada do capital internacional fica relegada a um segundo plano. (SAMPAIO JUNIOR, 1999; p. 106).

Nesse primeiro momento, a explicação para o subdesenvolvimento é o mercantilismo e a falta de capacidade em construir um mercado interno portador de uma base dinâmica de reprodução que fosse capaz de suprir as necessidades mais imediatas do conjunto da população. Ao contrário, o mercado interno portava-se como apêndice do externo, impedindo-o de estabelecer-se como alternativa, devido a extrema instabilidade do processo de mercantilização, de progresso e validação social. Existia uma “incerteza estrutural” que inibia a atuação da burguesia, a partir de um cálculo racional e em uma perspectiva de longo prazo, para os investimentos econômicos.

Essa característica periférica não aufere ao capitalista internacional segurança em relação aos seus investimentos e, portanto, seus lucros. Essa situação potencializa os investimentos em ganhos rápidos e garantidos, sendo a exploração predatória pura e simples de recursos naturais sua marca mais visível. Entretanto, essa relação confere à burguesia (elites) colonial a opção e associação com o capital externo, de maneira tal que compromete a própria construção de um projeto de nação.

Apontando seus limites, Caio Prado, adverte que nele, a discussão sobre desenvolvimento não estava inserido um debate que considerasse a construção de uma Nação. Mas, ao contrário, visava apenas suprir as necessidades consumistas das elites nacionais.

O foco das contradições que abala o sistema colonial pode ser encontrado no processo de migração ocorrido pela decadência de Portugal, que resultou no fim prático do estatuto colonial, seja pela presença física da família Real em nosso território, seja pelo fim do pacto de exclusividade comercial após a abertura dos portos às nações amigas em 1808.

O ritmo lento com que o fim da escravidão no Brasil se processou pode ser explicado pela dependência que os grandes proprietários tinham do trabalho servil. A escravidão representava o setor inorgânico da população brasileira, ao mesmo tempo que representava também o setor orgânico da sistema colonial (RÊGO, 2000), assentado na grande propriedade produtora de bens para comercialização externa. Portanto, para esse setor, o fim do trabalho servil representava também uma ameaça ao processo controlado e restrito de constituição do Estado-Nação.

Como nota Rêgo, “a eventualidade dessa aliança dos trabalhadores da cidade e do campo tem sido assinalada há muitos pelos comunistas” (Ibidem, p.174). Muito embora essa aliança não fosse pensada como resultante específica das condições nacionais, mas em circunstâncias de respeito a determinados textos do marxismo leninismo. Qual o fundamento, então, da aliança entre os trabalhadores urbanos e rurais para Caio Prado? Condições melhores de trabalho, fim ou diminuição do êxodo rural, fim do mercado reserva de mão-de-obra, entre outros. Como tentaremos demonstrar no decorrer desse trabalho, não houve uma construção de uma alternativa civilizatória de integração social por outra via que não a do consumo.

Um dado importante que Caio Prado traz é a análise da diferença do processo de proletarização a partir do êxodo rural. Na Europa, esse processo significou uma “desclassificação dos indivíduos, de rebaixamento social e das condições de vida geral do trabalhador” (RÊGO, 2000, p. 175). No Brasil, em contraste, o processo representou “um progresso sensível, tanto de ordem material e financeiro, como social” (Ibidem, p. 175), para o conjunto da população que ascendeu à condição de trabalhador com direitos sociais.

2.2 História e Política

2.2.1 Nossa evolução política

Os ensaios que compreendem o livro *Evolução Política do Brasil* representaram a primeira tentativa do autor em estabelecer uma interpretação da realidade brasileira à partir de uma interpretação materialista. Assim, o autor procurou estabelecer uma seleção rigorosa de fatos e eventos que realmente ajudassem na compreensão do nosso desenvolvimento. Logo no

início, o autor, já nos adverte que não se trata de um estudo minucioso da história, mas, o estudo dos elementos centrais que conformam nossa identidade.

Nossa colonização trouxe problemas particulares ao Reino de Portugal, que preocupado com outras possessões e tendo o agravante da baixa densidade populacional, não tinha condições de empreender, no novo território, uma ocupação outra que não a de exploração. Somente a oferta e possibilidade de lucros fáceis e fabulosos seriam capazes de mobilizar um contingente razoável de pessoas dispostas à aventurarem-se nas terras recém descobertas. Foi assim que a Casa de Avis conseguiu seduzir uma parcela da burguesia comercial portuguesa no empreendimento da exploração da colônia brasileira.

Apesar da pouca atração que a nova terra despertou, em princípio, na Coroa Portuguesa, o povo português estava acostumado, segundo Caio Prado, a extrair boa parte das suas riquezas de terras estrangeiras. Assim, não era prudente, muito menos aconselhável, deixar a nova colônia no abandono. Era preciso proteger uma provável e futura fonte de lucros. Nada melhor para a proteção do que o processo de colonização, a partir da ocupação da nova terra, feita na forma das Capitânicas Hereditárias, que apesar de “traços feudais”, não logrou êxito e não deixou traço algum na nossa formação social. Uma vez que a propriedade da terra era, de certa forma, plena. As terras eram alienadas por livre vontade do proprietário, não sendo, necessariamente, uma herança pessoal do proprietário ou da Coroa Portuguesa.

“O caráter mais profundo da colonização reside na forma pela qual se distribui a terra. A superfície do solo e seus recursos naturais constituíam, naturalmente, a única riqueza da colônia. Não éramos com das Índias, um país de civilização avançada, cujo aproveitamento pelos conquistadores se pudesse fazer pelo comércio ou pelo saque - que na época se confundiam num só e mesmo conceito. Aqui, uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração : a agricultura ou a pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária. Assim um povo de comerciantes, que fazia um século se afastara do cultivo do solo para se dedicar de preferência à especulação mercantil, era novamente arrastado para o amanhã da terra.” (PRADO JR., 1993; p. 14)

As discussões acerca do tamanho do latifúndio no Brasil são, para nosso autor, um desses temas que retardam e dificultam o entendimento das reais características da constituição da nossa formação social. Para Caio Prado, melhor que medir a extensão de uma determinada propriedade é observar e diagnosticar a forma predominante de utilização desse pedaço de chão. Nesse sentido, para o autor paulista, não havia diferença significativa entre as grandes e as

pequenas propriedades O caráter principal de sua utilização foi a atividade comercial baseada no trabalho escravo e na produção de bens para revenda no comércio externo.

Nesse sentido, a constituição do quadro geral da posse e uso da terra favorecia a grande propriedade rural, que possuía elementos estratégicos que lhe conferiam posição privilegiada para o seu desenvolvimento.

Contudo, a importância da argumentação de Caio Prado está na focalização das condições estruturais que formaram e deram sentido a constituição do Brasil enquanto uma nação. Teremos oportunidade, mais a frente, em ressaltar como os impasses surgidos dessa condição histórica marcaram nosso desenvolvimento sociopolítico.

“Nestas condições não era possível à pequena propriedade medrar no Brasil colonial. Impelidos pelas circunstâncias se vão os pequenos proprietários aos poucos desfazendo de suas posses em benefício dos grandes domínios. Depois de tal processo de eliminação da pequena propriedade, vai-se afinal fundar toda a economia agrária da colônia unicamente no grande domínio rural.” (PRADO JR., 1993; p.21)

2.2.2 *A expressão social das condições econômicas*

Como podemos perceber, para Caio Prado, a “sociedade colonial brasileira é o reflexo fiel de sua base material” fazendo com que as condicionantes oriundas das relações econômicas marcassem, de forma preponderante, as interações sociais no âmbito das estruturas políticas. Essa característica, presente na obra do autor, define o modo como as relações sociais adquirem uma predominância do fator econômico.

Segundo Caio Prado, a estrutura de organização da sociedade colonial brasileira era marcada por uma base essencialmente escravista, sem a qual, não era possível abastecer o montante de mão-de-obra que necessitava o processo de expansão da economia na sociedade brasileira. Mesmo quando existia, imigração de trabalhadores de outras raças era escassa. Com larga experiência em escravizar, os colonos portugueses procuravam atrair para o empreendimento das colônias os índios nativos, mas estes preferiam permanecer na segurança do interior das matas. Para conquistar suas almas foi necessário caça-los. Dois empecilhos tornaram o trabalho servil dos nativos uma opção pouco atraente no processo de evolução econômica da sociedade brasileira. Em primeiro lugar, temos a pouca familiaridade do índio com as técnicas de trabalho empregados, principalmente nas lavouras e em segundo lugar, os

Jesuítas mostraram alguma resistência em relação ao emprego do nativo nas grandes lavouras, preferiam que esses nativos trabalhasse e fossem cristianizados no interior de suas Ordens. Assim, como não tinham “protetores” a escravidão do negro ganhou predomínio e passou a definir a estrutura social da sociedade econômica. Em sentido mais geral, a própria noção de trabalho era também entendida como a noção de escravo.

Como a Coroa portuguesa não possuía uma efetiva administração no século XVII, sendo sua soberania restrita, de maneira prática, a apenas ao governo geral, toda essa população vivia sob o domínio dos senhores rurais. Os poucos funcionários da administração colonial não possuíam condições, caso assim quisesse, em coibir ou frear os abusos cometidos pelos colonos. Nessas condições, afirma Caio Prado, a estrutura política da colônia agiam como “instrumentos de classe desses proprietários”

O declínio do poder do senhor, ou pelo menos, a convivência com outros seguimentos abastados começou a materializar-se a partir do declínio da atividade agrícola (no seu momento de crise) e o período de crescimento da atividade mercantil. Esse processo fortaleceu uma burguesia comercial. Como na colônia o contingente populacional era na sua maioria escravos ou assalariados, de péssimas condições, e a aristocracia rural tinha preconceito ao serviço comercial, a atividade mercantil concentrou-se quase que exclusivamente nas mãos dos portugueses, havendo uma intensa migração do reino para colônia nesse período. O fato é que esse monopólio, exclusivo aos portugueses, sobre os negócios comerciais na colônia começou a gerar conflitos, já que sua condição de privilégio era consequência de uma política comercial opressiva desenvolvida pela Coroa Portuguesa. Em consequência, esse setor comercial português ligou seu destino ao da Coroa Portuguesa.

Mas as hostilidades crescentes tinham dois motivos principais, um econômico e outro político. Visto pelo lado econômico, a ascensão dessa burguesia comercial aconteceu ao mesmo tempo em que ocorreu o declínio do poder econômico dos senhores rurais. Eram justamente esses burgueses comerciais, juntamente com os banqueiros, os principais credores dos latifundiários. Do ponto de vista político, a ascensão econômica possibilitou aos burgueses comerciais reivindicar a participação nas eleições para as câmaras municipais.

Entretanto, a mudança mais significativa foi o emergir da metrópole enquanto centro do poder político e econômico, e em consequência o declínio do poder das câmaras municipais.

Diz Caio Prado,

“ (...) muito mais importante, e de efeitos muito mais profundos, é o declínio da autoridade das câmaras. As figuras dos governadores e

demais funcionários reais começam a emergir do segundo plano a que até então tinham sido relegadas. Em sentido inverso e correspondendo a esta consolidação crescente da autoridade real cerceiam-se as atribuições das câmaras municipais, até então soberanas. O poder delas vai dando lugar ao da metrópole.” (PRADO JR., 1993; p. 42)

Prossegue, Caio Prado, mostrando como o poder das câmaras municipais vai sendo usurpado em favor da metrópole. Estas perdem a maioria de suas prerrogativas, não podem mais convocar juntas, chamarem os governadores, entre outras. Resume Caio Prado,

“É a autoridade política da metrópole sobre sua colônia que se afirma. A atitude dos governadores já é outra: basta comparar os do século XVIII com seus antecessores. Já não são mais os humildes funcionários que se curvam ante as câmaras, atendendo prontamente a seus desejos, e usando da maior diplomacia para não melindrar os colonos todopoderosos. É a brutalidade de um Rodrigo César de Meneses, que, apenas chegando à sua capitania, manda erguer a força e nela executar alguns condenados para exemplo aos moradores...” (PRAJO JR., 1993; p. 43)

Em termos de evolução de política, esse processo descrito acima significa, para Caio Prado, maior “penetração econômica da metrópole” e tem como consequência a perda da autonomia municipal que caracteriza o processo político na colônia brasileira. Assim, vemos o processo de deslocamento da autoridade “das mãos dos proprietários territoriais, a antiga classe dominante, para a Coroa Portuguesa” (p.44).

Com o poder de autoridade deslocado e afirmado pela metrópole portuguesa, rompe-se o equilíbrio que sustentava o pacto político do regime colonial. Sua base de sustentação vai lentamente sendo minada por choques e atritos violentos. Vai ser esse conflito que marcará os desdobramentos futuros.

Diz Caio Prado,

“O choque destas forças, interesses nacionais e lusitanos, no terreno econômico; autonomia local, representada pela auto-administração dos colonos, e sujeição administrativa, representada pelo poder soberano da Coroa portuguesa, no terreno político; o choque destas forças contrárias do país e o acanhado quadro do regime de colônia. Dele vai resultar a nossa emancipação.” (PRADO JR., 1993; p. 44)

Não deixa de ser peculiar a forma como se processou as bases de autonomia da sociedade brasileira. Enquanto que nas outras colônias americanas a independência foi resultado de uma batalha violenta que rompeu com os laços que as ligava ao velho mundo. No Brasil, ao contrario, foi o próprio governo metropolitano que, devido a condições históricas próprias, iniciou o processo de independência, a partir do momento em que transfere a sede do governo metropolitano para o colônia, inclusive com a vinda da família real.

Diz Caio Prado:

“Não resta a menor dúvida que ela viria, mais cedo ou mais tarde, mesmo sem a presença da gerente, depois rei de Portugal. Mas, também é certo que nossa condição de sede provisória da monarquia foi a causa ultima e imediata da independência, substituindo, talvez sem vantagem alguma, o processo final de luta armada que foi o das demais colônias americanas” (PRADO JR., 1993; p. 46)

Se a independência surgia como uma certeza, não podemos nos furtar de estabelecer suas conseqüências de decorrências. Ou seja, podemos liga-la ao processo externo de expansão de fronteiras feito por Napoleão e ao interesse ingleses em dominar o comercio marítimo com o Brasil. Certamente esses processo tiveram alguma influência. Contudo, para Caio Prado, a crise do sistema colonial tem raízes internas mais fortes.

As tensões descritas anteriormente foram maximizadas pela vinda da família real. Elas foram potencializadas, uma vez quem não resolveu a questão e ainda aumentou o grau de descontentamento. Para os proprietários rurais a vinda da família real significou o aumento da centralização e, em conseqüência, a diminuição do poder local. Para a burguesia comercial (formada exclusivamente por membros portugueses) a chegada da família real representava o declínio de seu monopólio econômico e privilégios políticos.

Resume Caio Prado:

“Já vimos como a independência política do Brasil resultou do desenvolvimento econômico do pais, incompatíveis com o regime de colônia que o peava, e que por conseguinte, sob sua pressão, tinha de ceder. Em outras palavras, é a superestrutura política do Brasil-Colônia que, já não corresponde ao estado de forças produtivas e à infraestrutura econômica do pais, se rompe, para dar lugar a outra forma mais adequadas, às novas condições econômicas e capazes de conter a sua evolução” (PRADO JR., 1993; p. 46)

Assim, podemos perceber a lógica que estrutura a construção do pensamento de Caio Prado, nela fica evidente a subordinação o político ante as consequências a partir do desenvolvimento da espera econômica.

Como nossa independência resultou do desenvolvimento econômico, o “teatro político” marcou-se por um “arranjo político” que constituiu no afastamento progressivo do príncipe regente da influência das alas conservadoras. Resultando, dessa forma, em um processo que significou a “simples transferência política de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro” (p.52). como não houve envolvimento de movimentos populares, o poder foi totalmente “absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o regente de sua política” (p.52).

Podemos afirmar que inexistia um campo político autônomo no Brasil colônia, ou a própria noção de política. A relação de metrópole – colônia asfixiava qualquer possibilidade de constituição de interesses próprios, a expansão de qualquer manifestação de descontentamento em relação à situação colonial. Assim, a constituição de interesses próprios somente é iniciada de forma mais organizada a partir da luta escravagista, que, por sua vez, colocou de maneira clara e em campos opostos interesses comerciais e político distintos.

Haveria uma relação contraditória entre o econômico e o político por não possuírem uma relação orgânica. Nesse sentido, o elemento da política ganha forma e densidade a partir da atividade econômica e da contradição com o aparato estatal, este capturado por setores diversos, dependendo do contexto histórico, da estrutura econômica.

Assim, como afirma Rêgo (2000), Caio Prado confere uma centralidade às contradições entre os interesses econômicos, políticos e sociais situando-os no contínuo “processo histórico de transformação que se expressa na crise do sistema colonial” (Ibidem, p. 17). O autor paulista procura o desvendamento dos conflitos entre as diversas forças sociais que estruturam a formação social brasileira constituindo, dessa maneira, um dos eixos analítico da obra caiopradiana, já que, a exclusão econômica também reflete uma exclusão política.

Quando o autor diz acerca da impossibilidade de se afirmar o caráter de uma revolução *a priori*, tal prática somente fazendo sentido em concepções pré-deterministas e puramente doutrinárias (GORENDER, 1989), podemos perceber uma tentativa de fugir de uma análise determinista.

O ritmo da história não é uniforme. Nele se alteram períodos ou fases de relativa estabilidade e aparente imobilidade, com momentos de ativação da vida político – social e bruscas mudanças em que se alteram profundamente e aceleradamente as relações sócias. (PRADO JUNIOR, 1978, p. 11).

Esta citação é exemplo do modo como o autor trata sua concepção de história. Nela, podemos perceber que o autor procura referenciar-se em uma noção de que o fazer histórico seria resultado da ação coletiva das forças sociais organizadas, sujeitas a avanços e recuos de acordo com os confrontos de força e conjunturas.

Por outro lado, é comum encontrar momentos em que a noção de evolução fica latente na sua avaliação. O autor paulista traz uma perspectiva de encruzilhada histórica. Diante da insuficiência e precariedade das próprias bases institucionais em que se assenta a vida política do país, o único caminho possível é o socialismo. Esta, segundo nosso autor, “é a direção na qual marcha o capitalismo” (PRADO JUNIOR, 1978, p. 16) ou que seria a própria dinâmica do capitalismo “projetada no seu futuro” (Ibidem).

Ora, essas citações poderiam ser vistas como muito ingênuas para um autor de do porte de Caio Prado.

Ao mesmo tempo em que considera o avanço da luta socialista a sucessão de fatos que nem sempre carregam entre si correlação direta naquele momento, fazendo sentido apenas posteriormente aos fatos consumados, nosso autor também procura realçar a percepção original e individual de algumas ações. Parece-nos que há constantemente uma movimentação pendular entre um pensamento orientando fatores estruturalmente dirigidos a um determinado objetivo, e momentos em que o faro aguçado de determinadas soluções políticas ultrapassam o elemento anterior.

Pensamos, assim, que a chave para se entender a dimensão que a política tem na obra caiopradiana seja sua concepção de revolução. A não caracterização do ponto de chegada revolucionário significa a tentativa de escapar do dogmatismo presente nas concepções dominantes no interior do PCB. Quando abre a possibilidade referente ao caráter da revolução brasileira, o autor abre uma fenda para a atividade humana (SANTOS, 2001).

Existe a noção, segundo qual, a formação de vontades coletivas expressadas por alguma forma de organização política seja um pressuposto para a atividade propriamente política. Paralelamente, coexiste a noção dessa construção coletiva ter o papel de acelerar ou não o processo revolucionário, que, por definição, seria resultado de agitações e reformas decorrentes de uma crise da estrutura econômica.

A passagem da interpretação do autor se configura na ativação de novos atores sociais, antes marginalizados, mas que agora têm condições de atuar de forma organizada e consciente em nome de um projeto revolucionário.

A crítica formulada de modo consistente e constante nas obras de Caio Prado acerca da improdutividade das manifestações e mobilizações sociais que não guardavam apoio sistemático nas camadas populares refletia seu entendimento concernente ao fazer político. É esclarecedor, desse ponto de vista, que as polêmicas travadas no interior do seu partido ou publicamente procuravam contrapor-se a esse tipo de manifestações estéreis. Propunha, em contraposição, uma relação orgânica com os setores sociais representantes dos interesses populares.

2.3 História e política: atores e suas dinâmicas

Como estamos tentando demonstrar ao longo desse trabalho, Caio Prado procura uma solução satisfatória para o problema da revolução brasileira que, segundo o autor, passa pela mobilização de um programa político adequado, coerente com nossa realidade, e a ativação de dois elementos essenciais, quais sejam, o proletariado rural e urbano.

O problema no campo brasileiro é, para Caio Prado, tanto teórico quanto prático. Concentra os problemas vividos pela esquerda brasileira, já que condensa, de forma clara, a exterioridade da tradição marxista no Brasil. Nossa história colonial foi marcada pelo elemento rural. As contradições fundamentais da realidade brasileira tiveram em seu meio a expressão mais clara e objetiva. Seu dinamismo contrastava com seu atraso político. Sua pujança econômica sobrevivia e necessitava da escravidão.

Mesmo depois da perda relativa de importância para o ambiente urbano, a questão agrária continuou presente. Não poderia ser diferente, uma vez que é esse contraste que adorna e confere significado à nossa formação social. É ela que atribui sentido à nossa colonização.

Por esse motivo, a questão agrária sempre esteve no centro do debate sobre a nossa constituição histórica. Com Caio Prado, não foi diferente. A questão ganhou destaque por representar os aspectos que marcavam nossa condição de dependência, ou seja, a superação dessa condição histórica condicionava a constituição do Brasil enquanto uma Nação soberana.

Assim, a questão agrária foi tema de constantes debates na interior da tradição marxista. A posição defendida por Caio Prado gerou grandes controvérsias no momento em que foi publicizada por tratar-se de uma visão que criticava de forma veemente as visões dominantes na esquerda.

O ponto geral de discordância apresentada por Caio Prado reside na incapacidade das organizações de esquerda em produzir uma avaliação própria e de acordo com a realidade

brasileira. Segundo a perspectiva dominante, o Brasil possuía traços feudais ou semi-feudais. Para nosso autor, essa posição refletia a equivocada tentativa em aplicar teorias, admitidas *a priori*, sobre a realidade brasileira. O que, na verdade, representava um padrão de desenvolvimento econômico imposto como modelo ao resto do mundo com paradigma oficial da luta socialista no aspecto mundial.

A perspectiva dominante, no interior da tradição marxista nacional, pressupunha a presença de uma “economia e classe camponesa” que se caracterizava pela pequena “unidade familiar voltada essencialmente para produção de subsistência” e pela posse da terra. Mas para Caio Prado, nossa economia agrária caracteriza-se:

(...) não se constituiu assim uma economia e classe camponesa, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi um estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. Situação essa que no economicamente fundamental se conservou até hoje. Manteve-se praticamente intacta a grande exploração agrária, operando-se nela, com a abolição da escravidão, a substituição do trabalho escravo pelo livre, sem afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração. (PRADO JUNIOR; 1978, p. 79)

Apesar de Caio Prado reconhecer a existência, em pequena monta, de núcleos agrários, principalmente, no sul do Brasil, em que a base de produção é familiar e voltada para o escambo de produtos agrícolas e onde a posse da terra apresenta-se como elemento estruturante, o ponto central da crítica feita pelo autor paulista, é que essas exceções não representam a questão que, de fato, organiza a produção agrária no Brasil. A oposição de Caio Prado é menos pelo aparecimento diminuto dessas relações e mais pelo desencontro dessas relações com o que, na verdade, estrutura e confere sentido ao campo, ou seja, a grande propriedade e o trabalho, seja ele escravo, semilivre ou livre.

Diz o autor:

(...) essa estrutura econômica, vimo-lo anteriormente, é predominantemente a da grande exploração agrária em que o trabalhador se inclui como elemento subordinado, e na qualidade de “empregado”: escravo no passado, livre ou semilivre em seguida, mas sempre como simples parte de um todo orgânico que é aquela unidade produtora da grande exploração. (PRADO JUNIOR, 1978, p.140)

Na política a questão central é a articulação de um novo ator político que, para Caio Prado, seria o proletariado rural e urbano.

2.3 Política e Estado

“É nisso que consiste o Estado nesse período (colonial). O poder político encontra-se de fato investido nos proprietários rurais que o exercem por meio das administrações municipais” (RÊGO, 2000, p.64).

Nesse ponto, fica clara a associação com a noção de Estado desenvolvida por Lênin, em que o Estado é a expressão do domínio de uma classe sobre outra.

O ponto central, no entanto, reside no fato dessa aliança beneficiar a todos, ou seja, não incentiva uma atuação mais radicalizada. Ou, como mostra Dreifuss (1981), houve uma campanha de convencimento de amplos setores da burguesia nacional da necessidade de atuação do Estado. Houve uma mudança de relação de forças, onde setores que eram contrários à intervenção do Estado, passaram a vê-la como forma de melhor e mais rápido promover o processo de internalização do capitalismo no Brasil.

Essa diferença se expressa no nível do governo, ou seja, na expressão política do Estado. No nível geral, de conceito de Estado, podemos perceber uma visão global que apregoa a noção de que o Estado seja um aparato de dominação de classe.

De forma geral, podemos perceber que a utilização do Estado, para Caio Prado, não sofre alterações no seu padrão no decorrer do nosso trajeto. Ele está umbilicalmente ligado à constituição da nossa formação social. Mas, essa ligação orgânica, em Caio Prado, não é a determinação estrutural do tipo base e super estrutura (tão ao gosto do marxismo ortodoxo) mas é, a constituição mais aproximada de uma relação inter-determinada dos vários setores que conformam o todo social. Ou seja, não é a simples manifestação de interesses materiais formando uma determinada ideologia política. É, acima de tudo, a manifestação de elementos que formam uma junção, uma aliança.

Portugal passava por um momento de extrema conturbação interna, tendo sido anexado pela coroa espanhola, vivia governado por um vice-rei nomeado pelo soberano externo. Desse período, Portugal saiu enfraquecido nas suas posições coloniais, restando-lhe, de vulto, apenas o Brasil. Essas condições obrigaram a Portugal a rever sua política referente à sua principal colônia.

A principal mudança nesse período pode ser resumida na presença do Estado português que organizou as estruturas administrativas e coercitivas com o objetivo de controlar e racionalizar os mecanismos de exploração presentes na colônia. Assim, podemos afirmar, de acordo com Caio Prado (1998), que a primeira presença, de fato, do Estado em terras brasileiras tinha por objetivo maximizar a exploração das riquezas encontradas.

De todos os nossos ciclos econômicos, o que mais representa essa característica é o da mineração. Apesar da sua curta duração e da característica das nossas jazidas auríferas, (PRADO JUNIOR, 1998), este necessitou como nenhum outro de uma expansão e concentração de um aparato estatal notadamente administrativo e coercitivo sem precedentes.

É desse período também a consolidação de nossa mais profunda característica do período colonial, a escravidão. Assim, está intimamente ligado em Caio Prado, o Estado (centralização política e administrativa), a Economia (expansão da atividade aurífera) e Escravidão (mão de obra quase exclusiva deste modelo de exploração).

Do ponto de vista administrativo, a experiência estatal deste período histórico foi classificada por Caio Prado (1998) como “inepta e ineficaz”, uma vez que não conseguiu racionalizar e impulsionar um desenvolvimento econômico que proporcionasse melhoria de vida para a maioria da população. Ao contrário, o que vemos é um imenso desperdício de oportunidades, acarretado pela ganância e ineficiência de um aparato estatal mais preocupado em garantir algum lucro.

Assim, podemos perceber a ligação estreita e dependente entre o aparato estatal e a escravidão. É a forma de organização das estruturas e mecanismos estatais que reforçam e incentivam nesse período a adoção e a predominância da escravidão como forma preponderante de força de trabalho.

Dessa relação promíscua engendra-se uma dependência estrutural. Deste modo, o trabalho escravo passa da condição resultante da incapacidade dos enviados da Coroa portuguesa em oferecer condições de desenvolvimento econômico para uma condição estrutural que confere sentido ao período colonial e marca indelevelmente nossa formação social. Ou seja, é a partir da estrutura estatal com sua ineficiência e necessidade de ganhos rápidos para sustentar uma corte parasita que a escravidão é alçada à condição estrutural da nossa formação social.

A escravidão tornou-se o elemento que sustenta o setor mais dinâmico da atividade econômica brasileira, qual seja, aquela voltada para a produção de matéria-prima a ser vendida no mercado externo.

É que realmente a escravidão constituía ainda a mola mestra da vida do país. Nela repousam todas as suas atividades econômicas; e não havia aparentemente substituto possível. Efetivamente, é preciso reconhecer que as condições da época ainda não estavam maduras para a abolição imediata do trabalho servil. (PRADO JUNIOR, 1998; p.143)

A independência trouxe consigo um paradoxo. Ao mesmo tempo que reforçou a posição dos atores políticos que defendiam o trabalho servil, criou as condições para que outros interesses econômicos lutassem pelo fim da escravidão. Assim, percebemos que a natureza do Estado colonial preservava a escravidão como elemento principal da força de trabalho uma vez que privilegiava os setores econômicos que tinham esse elemento como sustentáculos - notadamente aqueles destinados à produção para fora.

A posição escravista reforçar-se-á, aliás, depois da independência, com ascensão ao poder e à direção política do novo Estado, da classe mais diretamente interessada na conservação do regime: os proprietários rurais que se tornam sob o Império a força política e socialmente dominante. (PRADO JUNIOR, 1998. p. 143)

Portanto, o fim do trabalho escravo somente entra em pauta a partir do momento em que este entra em contradição com a estrutura social que emerge com a formação do Novo Estado, a partir da independência.

O fim do jugo político externo possibilitou a expressão e formação de novos setores econômicos que começam a aflorar na medida em que a abertura econômica atrai novas oportunidades de negociar e estes, na sua maioria, prescindiam de trabalho escravo. Ao contrário, necessitavam da formação de uma massa de consumidores internos.

Outro fator importante, desta vez externo, é a intensificação da pressão da Inglaterra em combater o tráfico e a escravidão, em conformidade com as novas exigências da burguesia inglesa, ciosa da busca por mercados consumidores, além das suas posições.

A contradição estrutural que representa a escravidão para a jovem nação recém-libertada do regime colonial, tornar-se-á patente quando se trata de organizá-la politicamente em Estado autônomo (...) sua legitimidade e legalidade tornavam-se assim muito mais vulneráveis, pois envolvia interesses internacionais contrários e hostis.(PRADO JUNIOR, 1998; p. 144-145)

Apesar da intensa patrulha feita nos oceanos pelos ingleses e pelo consenso produzido internacionalmente contra o tráfico humano, inclusive com aceitação portuguesa, o tráfico não é abolido pelo Brasil. Os altos ganhos e a dependência econômica adiam a adoção de medidas efetivas de combate ao comércio dos seres humanos oriundos da costa africana. No entanto, vemos que o trabalho servil foi sendo abolido de maneira lenta, mas sistemática. Internamente, foi-se criando um consenso, mesmo nos setores mais conservadores. Foi um preço a se pagar pela Independência.

(...) o mais grave para o Brasil é que a ação da Inglaterra ultrapassava frequentemente seus próprios fins, indo interferir com o comércio lícito; não era sempre fácil distinguir os navios traficantes daqueles que na extensa costa brasileira realizavam a maior parte das comunicações mesmo internas do país. (PRADO JUNIOR, 1998; p. 151).

Assim, a abolição do tráfico, e por consequência da escravidão, representou um fato de consolidação do Estado-Nação e também o fim de um ciclo. Um novo equilíbrio social é formado, mas de acordo com a nova relação de forças presente na sociedade brasileira.

Por certo, a crise instalada pela condenação do tráfico de escravos gerou um amortecimento e adiamento de alguns conflitos presentes no interior da sociedade. Este fato beneficia o surgimento de um ambiente mais arejado nos negócios devido, principalmente, ao fluxo de recursos antes destinados ao tráfico e que agora procuravam novas oportunidades de lucros e contavam com a boa vontade e recursos provindos da Inglaterra. Essas oportunidades modificam o quadro econômico do país. Entretanto, no aparato estatal as mudanças demoram mais a ocorrer. Portanto, a instabilidade que antes advinha e se materializava no plano econômico, agora tem seu ponto de tensão nas esferas de governo.

Diz Caio Prado (1998, p. 175), "Outra circunstância que pela mesma época acentua e precisa os caracteres negativos da escravidão, é o início da indústria manufatureira no país". Portanto, o autor paulista, ressalta que no seu começo essa indústria manufatureira ainda contava com a prestação de trabalho servil, mesmo que em atividades secundárias.

Era crescente a polarização do debate sobre o fim da escravatura. Os campos de luta entrincheiraram, o lado conservador agrupou-se sob as tensões do imperador no aparato estatal. Por outro lado, os reformistas continuam no debate público.

Entretanto, apesar das idas e vindas da luta anti-escravagista, a questão somente será resolvida a partir das suas contradições e interesses, qual sejam, a diminuição da população

escrava (não havia mais tráfico e, portanto, a reposição), a necessidade de mão-de-obra para as lavouras cafeeiras; o retorno mais agressivo da campanha absolutista; e principalmente, as agitações entre os escravos (fugas coletivas e abandono em massa das fazendas).

Assim, diante da expansão das fileiras favoráveis à abolição e não tendo mais condições de uso da força para manter a ordem das coisas, a vitória é garantida. Logo a escravidão é formalmente abolida, não demora também desmoronar seu sustentáculo político, o Império.

A passagem do Império para a República, segundo Caio Prado, marca um processo de transformações substanciais na formação social brasileira. Transformações estas, econômicas (a emergência de novos setores), sociais (mudança na interação entre os setores) e políticas (nova formatação administrativa).

Foi um momento em que os principais entraves na construção da Nação brasileira pareciam ser superados. Vivíamos num período de expansão da atividade econômica, com grandes melhorias nas técnicas de produção. Ajudados pelo clima de euforia global (PRADO JUNIOR, 1998), nossos mercados alargavam-se. Concomitantemente, a questão da mão-de-obra escrava tinha sido equacionada, trazendo dois elementos de apaziguamento social. Primeiro, os conflitos internos gerados pelas posições antagônicas foram se dissipando. Segundo, a predominância da mão-de-obra livre possibilitava a criação de um mercado interno. Enfim, sentia-se que os entraves ao desenvolvimento haviam sido removidos.

O advento da República põe um fim ao tênue equilíbrio apresentado pelo Império. Uma nova sociabilidade desponta, sentimentos resguardados afloram. Cria-se um tipo ainda pouco explicitado de homem de negócio “*inteiramente voltado com as suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer*” (PRADO JUNIOR, 1998, p. 208).

Diz Caio Prado,

(...) em suma, a República, rompendo os quadros conservadores dentro dos quais se mantiveram o Império apesar de todas suas concessões desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara. (PRADO JUNIOR, 1998; p. 209).

A nova ordem econômica necessitava de uma expressão de um aparato estatal (Governo) mais condizente com o novo momento, já que a adaptação de todos ao sistema de mão-de-obra estava sendo difícil. O Estado (Governo) agiu em dois sentidos, sendo que, não podemos perceber uma atuação em sentido linear, pelo contrário, existe uma forte oposição

entre as intenções políticas presente nesses dois sentidos. Primeiro, incentivou e facilitou a imigração dos trabalhadores e estrangeiros com o intuito em resolver o problema de mão de obra causado pelo fim da escravidão. Segundo, passou a intervir para garantir alguns direitos trabalhistas aos trabalhadores, a partir dos anos 30 com o Governo Vargas. Entretanto, esses direitos não foram estendidos aos trabalhadores do campo.

O Estado passou de um Império para uma República Federativa, via golpe militar. Nesse processo, percebemos a mudança da estrutura estatal, uma grande transformação histórica, nada desprezível. Essa situação enfraquece seu poder e capacidade de manobra. Essa fragilidade impedia o Estado de conduzir o processo de desenvolvimento brasileiro. Ou seja, a incapacidade desse tipo de capitalismo em realizar uma obra de integração e de homogeneização semelhante a do industrialismo europeu e norte-americano.

2.4 Capitalismo burocrático: a continuidade do Estatuto Colonial

Foi através do Estado que o imperialismo conseguiu se expandir pelo Brasil, via golpe de 1964 e a destruição do capitalismo burocrático. Não que este não fosse associado ao imperialismo.

Chama atenção a crítica de Caio Prado à centralização do Estado burocrático, já que, como afirmamos anteriormente, o autor possui uma visão acerca do Estado bastante aproximada ao modelo soviético. O problema reside em outra natureza, mas especificamente no grau e debilidade que o aparato estatal demonstra em mostrar capacidade de mobilizar recursos econômicos e sociais em uma determinada direção.

A participação se dava de maneira tímida e retraída, circunscrita aos espaços outorgados pelo Estado. Não havia um ambiente propício à participação nos fóruns de decisão. Todo aparato estatal convergia para o encurtamento dos canais de tomada de decisão, um aparato centralizado e burocratizado que se abria apenas aos interesses do processo de internalização do capitalismo brasileiro.

Os setores sociais ligados às camadas populares não possuíam espaços no qual pudessem verbalizar seus interesses. Sendo assim, para Caio Prado, a abertura ou criação desses espaços contribuiriam para o fortalecimento da organização das categorias populares em torno de seus interesses.

O Estado burocrático além das características já apresentadas possui mais uma, qual seja, a de ser a personificação do processo de tutela das camadas populares. A visão geral parte

do princípio que, em razão da baixa cultura prevalecente nesses setores, estes não têm competência para expor e organizar seus próprios interesses. Uma vez que, permitem-se “atitudes de aparente solidariedade com os trabalhadores” (PRADO JUNIOR, 1978, p.125).

(...) essa irradiação política do capitalismo burocrático ainda vai mais longe e penetra mais fundamentalmente a vida política brasileira. A natureza de suas atividades e negócios lhe permite frequentemente posições ou atitudes frente ao proletariado e a massa trabalhadora em geral - ou pelo menos lhe tem permitido essas atitudes – que comporta grandes riscos e são mesmo impossíveis de assumir para outros setores burgueses de maior ortodoxia capitalista (PRADO JUNIOR, 1978, p. 125).

A adoção de pressupostos teóricos externos à nossa realidade levou as forças de esquerda a confundir o capitalismo burocrático com um possível elemento progressista da burguesia nacional. Esse equívoco, de confundir posições imediatas com interesses estratégicos, permitiu aos agentes políticos ligados ao capitalismo burocrático agrupar-se em redor e em conformidade com as forças populares e progressistas. Estas, por sua vez, estavam estabelecendo um procedimento de aliança entre esse setor “estatal” da burguesia e as forças de esquerda.

Caio Prado foi bastante severo em suas críticas a essa pactuação. Além do elemento ortodoxo de um caminho elaborado externamente à realidade brasileira, que de certa forma favoreceu o equívoco praticado. O que de fato incomodava nosso autor foi a incapacidade dos setores populares de esquerda em identificar o real sentido do progressismo presente no capitalismo burocrático. Já que, como nota nosso autor, a “condução política e da administração” levadas adiante pelo capitalismo burocrático representou “notórias deficiências e insuficiências da administração pública” (Ibidem, p. 128)

Diz o Caio Prado (1978, p. 128), “A ação do capitalismo burocrático leva à confusão permanente, em grande e principal parte da administração, entre interesses públicos e privados, e quase sempre faz prevalecer estes últimos, com a agravante de lhes conceder o colorido dos primeiros”.

De modo geral, podemos perceber que a atuação do Estado visava a organização dos interesses capitalistas. Os vários setores da classe burguesa lutavam entre si para ver quem iria controlar o aparato estatal.

Seguindo sua coerência argumentativa, Caio Prado, entende que outro resultado da importação de ideias, sem amparo na realidade brasileira, foi a pretensão teórica de existência de uma pretensa burguesia nacional que, segundo os cânones da interpretação da III Internacional, potencialmente seria aliada da classe trabalhadora na construção e afirmação da Nação, uma vez que tinha interesses conflitantes com o imperialismo.

Essa não era apenas uma questão teórica. Essa conceituação, formulada pelo campo de influência do PCB, teve consequências práticas para todo o conjunto da esquerda. Para Caio Prado, essa interpretação equivocada dos interesses fundamentais presentes no interior das diversas frações da classe burguesa, fez com que os setores da esquerda levassem em consideração apenas os interesses econômicos no momento de formulação das estratégias da ação política. Esse erro de caracterização foi um dos motivos que ajudaram a formar o quadro de debilidade presente no interior da esquerda no momento do golpe civil-militar em 1964.

Caio Prado resume:

Em suma, a noção de burguesia nacional não constitui unicamente fruto de uma falseada e apriorística visão da realidade brasileira. Ela representa um papel de grande relevo na política oportunista e de largas concessões e interesses estranho à revolução, em que se envolveram importantes setores da esquerda que com isso se afastaram de sua rota natural e prejudicaram a marchado processo revolucionário. (PRADO JUNIOR, 1978, p. 224)

Vemos que a expressão política do domínio burguês materializa-se a partir do capitalismo burocrático, consumado na expressão privatista e excludente da nossa formação social ainda ligada ao processo histórico inacabado de superação das características profundas do nosso passado colonial:

Esse capitalismo burocrático, com sua grande potencialidade e raízes, no Brasil, de longa data, deriva em ultima instância de circunstâncias fundamente implantadas na formação histórica das estruturas políticas e administrativas do país. Mas adquire nesta fase contemporânea que nos ocupa e lhe é tão favorável, peso considerável e papel no andamento dão negócios públicos, que vai muito além de tudo quanto se conhecera dele no passado. (Ibidem, p. 263-264)

É preciso, no entanto, ter de maneira mais precisa possível a atuação das frações da burguesia nesse processo. Uma vez que, essas frações burguesas vão divergir no que se refere ao papel e à amplitude da função a ser desempenhado pelo Estado no processo de internalização do capitalismo no Brasil.

Podemos notar, e já tivemos oportunidade de tocar no assunto, que as frações mais organizadas da burguesia brasileira (ortodoxa e burocrática) beneficiaram-se com o regime perpetrado em 1964. Apesar de uma centralização política nas mãos dos militares, seus representantes tiveram papel destacado na condução econômica. Ganharam em dois sentidos básicos: primeiro, a repressão imposta pelo governo central sufocou as demandas trabalhistas, fixando-as em patamares mínimos e esmagou os representantes e as representações coletivas das camadas populares, sob orientação das esquerdas; segundo, por meio do Estado, os ganhos econômicos desses setores permaneceram inalterados. No que pese as contradições e concorrências internas, o Estado agiu no sentido de garantir seus lucros.

A singularidade brasileira, desse período, reside na forma de aferição desses lucros. Como já destacamos anteriormente, o ponto central da divergência presente entre as frações da burguesia brasileira (ortodoxa e burocrática) estava na forma como o Estado garantiria o lucro. Para a fração ortodoxa, o Estado deveria garantir a expansão da acumulação capitalista e cada setor ou segmento, na interação pelo mercado, competiria pelo ganho. Já a fração burocrática, usava sua ligação com o Estado para ampliar seus próprios ganhos.

Assim, mesmo tendo a “hegemonia do mando,” a orientação geral da economia era direcionada pela política comandada pela burguesia ortodoxa, mas o ganho fácil era obtido pela fração burocrática da burguesia brasileira.

Em resumo, estamos tentando demonstrar que há uma ligação orgânica, para Caio Prado, entre a formação social e a superestrutura política (Estado). Essa ligação é demonstrada em um percurso comum, qual seja, contradições na estrutura econômica (luta de interesses opostos) que possibilitam o surgimento de um debate público protagonizados pelos setores mais dinâmicos da polarização e, por fim, desse debate público tem surgido alternativas (na estrutura de governo) mais afinadas com a nova correlação de forças.

2.5 Notas de conclusão

Dentro do contexto de sua produção teórica, notadamente determinista, o resultado final nos parece animador. Por evidência, nosso autor não consegue estabelecer uma

interpretação da dinâmica político-social da realidade brasileira não determinista. Entretanto, sua interpretação, é, sem dúvida, superior aos seus contemporâneos. No contexto da sua produção teórica, a ideia de que o mundo caminhava para o socialismo era bastante forte no imaginário social.

Um intelectual que, dentro da tradição marxista-leninista, foi capaz de superá-la no que se refere às investigações feitas por outros autores, da especificidade da formação social brasileira. As concepções de política e história estão ligadas. Nesse caso, é sua concepção de história que vai restringir o desenvolvimento pleno de uma análise não determinista no âmbito geral da obra caiopradiana.

Acredito ser coerente afirmar que a noção de política para Caio Prado referia-se a uma atividade do cotidiano feita por todos, mas a partir de agrupamentos organizados. A crítica formulada de modo consistente e constante em suas obras acerca da improdutividade de manifestações e mobilizações que não guardavam apoio sistemático nas camadas populares refletiam seu entendimento teórico concernente ao fazer político. É esclarecedor, desse ponto de vista, que as polêmicas travadas no interior do seu partido ou publicamente, procuravam contrapor-se a esse tipo de “manifestações estéreis”. Propunha uma relação orgânica com os setores sociais representantes de interesses fundamentais, o proletariado urbano e rural.

O limite da política em Caio Prado é seu programa político. Sem entrar em detalhes, ele é tímido e reduz-se a propor melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. A visão de mundo não passa pela construção de uma nova sociabilidade. Percebemos que a crítica radical encontra-se na análise teórica.

A originalidade da abordagem caiopradiana é mais notória e teve mais êxito em descrever os aspectos fundantes da nossa formação social. Sua pouca familiaridade com alguns conceitos próprios da tradição marxista, mostrou-se problemático a partir do momento em que as relações sociais, no Brasil, transformaram-se tornando mais complexas. A diminuta importância que o autor conferiu, em suas análises, ao processo de industrialização impediu-o de reter as modificações que se avizinhavam a partir do processo de modernização (COUTINHO, 1989; SANTOS, 2001). Sua ênfase na questão da manutenção quase intacta das relações originárias da economia colonial diminuiu sua percepção do processo de reorganização do capitalismo brasileiro no pós-64.

Assim, em Caio Prado, podemos perceber que a questão agrária é melhor entendida quando situada no escopo das transformações políticas decorrentes a partir da mobilização desse ator social. O ponto de ligação com o operariado urbano dar-se-ia pela luta por direitos

trabalhistas, ou seja, para o autor de *A revolução brasileira*, concepções estranhas à realidade brasileira, por muito tempo, diminuíram o potencial de mobilização¹⁴ desse conjunto populacional, fazendo com que o setor dos trabalhadores rurais figurasse, ainda, de maneira subordinada no processo de transformação da realidade brasileira.

Em resumo, Caio Prado anota:

A conclusão que se há de tirar daí é, pois, que a reivindicação e luta pela terra não tem no Brasil a significação revolucionária que se pretende atribuir com base na simples teoria. Não é suficiente o simples fato do elevado índice de concentração da propriedade fundiária rural, como se verifica n Brasil, e de a grande maioria dos trabalhadores rurais não disporem dessa propriedade, para daí se concluir, sem mais (como tão frequentemente se faz), que a questão da terra se propõe de forma generalizada, e muito menos ainda que se propõe em termo revolucionários. Para isso seria necessário o concurso da consciência alertada da massa rural e sua disposição de luta no sentido daquela reivindicação. E isso não se verifica no Brasil, nem se procurou ainda comprová-lo de maneira verdadeiramente científica (PRADO JUNIOR; 1978, p.139).

Assim, acreditamos que a atribuição de um papel revolucionário para a questão agrária seria, justamente, seu elemento político de luta por direitos trabalhistas e não a superação dos resquícios feudais supostamente presentes na estrutura fundiária nacional. É precisamente esse fator político que o torna revolucionário, já que, é ele que permite a crítica à permanência do sistema colonial.

O capitalismo burocrático atua, na lógica de explicação de Caio Prado, como uma categoria mais política que econômica. Representa os setores econômicos dominantes no período populista que tiveram a capacidade em camuflar seus interesses privatistas e conseguiram o apoio das camadas populares da esquerda.

É possível pensar a política e o Estado em uma situação periférica? Vimos que o autor encaixa-se em um ambiente e em um processo de expansão da nacionalização do marxismo (RICUPERO, 2000). Vimos, no entanto, que o mesmo não consegue expandir suas reflexões no âmbito de transformações pouco significativas no seu campo teórico. Não podemos colocar o limite da produção teórica em uma determinação estrutural. A condição periférica certamente inibe a ampliação do horizonte. Entretanto, acreditamos que o não acesso a textos fundamentais

¹⁴ Existem poucas referências substantiva em relação às ligas camponesas. Quando aparecem, geralmente é em tom positiva.

que ampliavam a discussão filosófica do marxismo também tenham contribuído no encurtamento do escopo de superação do determinismo.

Se a proposição de Guimarães (1998) estiver correta de que os elementos de avanços de superação do ambiente determinista do campo teórico marxista estiveram presente em textos concentrados em um período específico do desenvolvimento do campo fundante, é bem provável que Caio Prado não teve acesso a esse material em que Marx esboça uma visão “praxiológica” da história. Não existe também muita evidência do contato do autor paulista com a obra teórica do pensador italiano Antonio Gramsci, que no interior da tradição teórica elaborou, a partir da crítica filosófica, uma série de conceitos que nutrem as análises marxistas de possibilidade de romper com as tensões de cunho determinista.

Ou seja, Caio Prado construiu sua obra em um ambiente determinista, sem contato com os elementos não deterministas presente tanto nas obras do campo fundante quanto nas obras de Gramsci. Mesmo assim, logrou a construção de um pensamento crítico, embora, ainda com noções deterministas.

3- Florestan Fernandes: Uma ordem social autocrática; continuidades e desafios.

Como Caio Prado, Florestan Fernandes não pode ser considerado como um autor marxista ortodoxo. O primeiro teve pouco contato com obras fundamentais e a sua produção teórica é pouco ancorada em conceitos marxistas. Já o segundo, tem um cabedal de conceitos maior e os utiliza. Entretanto, sua análise é mesclada, ou influenciada, por outros autores situados fora da tradição marxista.

Assim como para Caio Prado, o marxismo é também para Florestan Fernandes um método de interpretação que permite analisar e interpretar determinada realidade, sob determinada perspectiva. Como não o encarava como dogma, pôde mobilizar seus conceitos e estabelecer uma interpretação com força teórica própria. De acordo com Maiakóvski e Schnaiderman:

A força de Florestan consiste em ter chegado a um modo pessoal de ser marxista, mostrando que o marxismo tem uma força extraordinária de aglutinar e flexibilizar que lhe permite enfrentar as diferentes realidades dando as resposta específicas que cada uma requer (MAIAKAUSKI E SCHMCUDERMAN, 1998, p. 44).

O objeto de estudo do autor, em sua primeira fase de produção teórica, foi o processo de criação e expansão de uma ordem social competitiva, tendo como aspecto geral a tentativa de compreender as especificidades e particularidades contidas, no Brasil. Como afirma Cohn (1999. p. 396),

Estudar a revolução burguesa no Brasil significa, para Florestan, reconstruir como se dá nesta particular configuração histórica um processo de proporções mundiais que é simultaneamente econômico, político, social, cultural e que se estende até as estruturas da personalidade e as formas de conduta.

Podemos perceber que os dois autores em tela nesse trabalho formaram em suas produções teóricas uma bem sucedida operação que coexistia numa defesa apaixonada do socialismo, com rigor analítico e teórico exemplares. É essa conjunção que também os distingue no quadro intelectual dos intérpretes do Brasil.

Como argumenta Antônio Cândido (2006), toda sua geração foi de forma decisiva impactada e influenciada pelas obras de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala*; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*; e Caio Prado Jr., *Formação econômica do Brasil*. Assim, a obra de Fernandes pode ser encarada em meio a um período de transição a uma nova geração de intelectuais comprometida com o processo de conhecer e interpretar o Brasil. Esta guarda e aprofunda elementos presentes no rol de preocupações dos autores-referência, ao mesmo tempo em que desfila uma gama de preocupações e enquadramentos novos. Como nota Cândido, os três autores acima citados como referência influenciavam em maior ou menor grau os trabalhos teóricos dos diversos intelectuais. Com Florestan Fernandes não foi diferente, a principal referência desse autor foram as obras de Caio Prado. Podemos situar o autor de *A Revolução Burguesa no Brasil* como um autor situado no campo das irradiações das polêmicas levantadas pelo autor de *A Revolução Brasileira*.

3.1 Perspectiva histórica do Período Colonial

Assim, para Cohn (1999), *A Revolução Burguesa no Brasil* representa a análise de como a burguesia brasileira constituiu-se enquanto classe dominante procurando desvendar os mecanismos e artifícios utilizados no processo de impor-se enquanto hegemonia social, econômica e política.

O dilema por que passa o processo de interpretação da formação de uma ordem social competitiva residia no esclarecimento do caminho percorrido e na especificidade brasileira produzida pela interação de mecanismos contraditórios, qual seja: a implementação de uma ordem liberal-burguesa de organização social, cultural e econômica assentada em uma base social escravocrata.

Assim, segundo Arruda¹⁵, a obra é “centrada na dinâmica dos agentes” sendo que a reflexão procura entender a constituição do Brasil moderno, explicitado quando nossa identidade problemática (nosso dilema) é evidenciada e interpretada.

O retrato mais condizente para se fazer a análise da realidade histórica é conectá-la, nas suas assimilações, ao modelo geral que a orienta. No caso brasileiro, ao chamado “mundo ocidental moderno” e não em questões exóticas ou particulares. É compreender que é parte de um padrão civilizatório e suas contribuições que o distinguem e fazem ter sentido a noção de história brasileira. Assim, se o Brasil faz parte do chamado mundo ocidental e este por sua vez tem a burguesia como ator fundamental e estruturante das relações sociais, seria, portanto, “ilógico” negar a existência entre nós do elemento burguês ou da burguesia. Contudo, não tivemos aqui o “burgo”, característico do mundo medieval, e, muito menos, seu desenvolvimento percorreu caminhos iguais. No Brasil, o *burguês* já surge “como uma entidade especializada” (FERNANDES, 1975; p. 18), como elemento estruturante das relações capitalistas, mas que, entretanto, tem suas “potencialidades sufocadas pelo estatuto colonial” (a lavoura exportadora e o trabalho escravo).

É somente com a independência e, portanto, com o fim do estatuto colonial e a emergência do Estado Nacional que esses entraves à ordem social burguesa são desfeitos. Com efeito, mesmo que de modo inicial, podemos falar em burguesia enquanto classe social.

Como nota Florestan, a Independência resultou no fim do estatuto colonial, entretanto, não significou a extinção por completo de suas bases sociais, econômicas e políticas. Elementos “tradicionais” (estamentais) estabeleciam ainda os elementos do “status”. “Ele [o burguês] nunca seria, no cenário do Império, uma figura dominante ou pura, com força socialmente organizada, consciente autônoma” (FERNANDES, 1975; p. 19). Ao contrário, esse elemento revolucionário que é o surgimento do elemento burguês em uma ordem colonial, aparecia de modo “ambíguo e vacilante”. Muito pouco tinha o processo de consolidação da ordem social burguesa, de objetivos “organizados e esclarecidos”. Tinham, por consequência, fundamentos “egoísticos e difusos”, voltados aos ganhos rápidos e imediatos.

Grande exemplo desse processo foi a campanha contra a escravidão. Ela configurava-se como o principal embate entre as forças renovadoras (modernas) de setores da burguesia contra os setores aristocráticos da nossa burguesia. O cerne da questão não se encontrava na condição humana do negro escravizado, mas no elemento que restringia a expansão e consolidação da ordem competitiva. Diz Florestan:

¹⁵ Arruda, volume 29

Por fim, desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos “brancos”: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como Nação e procurar, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (FERNANDES; 1975, p. 19)

A contradição central das “elites nativas” era em relação às implicações práticas do Estatuto Colonial e não contra a sociedade colonial. As elites agiam sobre o pólo mais dinâmico economicamente, mas estavam menos potentes desde a instalação da Família Real, do ponto de vista político. Assim, foi nesse emaranhado de interesses que as articulações prosperaram e transformaram a Independência em um evento socialmente revolucionário.

Mesmo assim, contraditoriamente, com o fim do estatuto colonial abriu uma janela de oportunidade que canalizava o excedente que antes se destinava à Coroa Portuguesa e aos investidores estrangeiros, poderiam ser agora alocados para o desenvolvimento interno. Abria-se a possibilidade de superar a estagnação econômica, o tradicionalismo e a emergência de um espírito burguês. Essa condição forneceu os elementos necessários para incentivarem e possibilitarem que os setores “modernizantes” rompessem com o estatuto colonial e dessem início à construção do Estado nacional.

Depois de conquistada a Independência, esse elemento dinâmico, que no momento anterior reforçou a característica conservadora da sociedade, passou a atuar contra essa característica, invertendo sua potencialidade na transformação desse elemento conservador em direção a uma sociedade mais de acordo com as referências de uma sociedade moderna.

Na sua análise da revolução burguesa no Brasil e, por consequência, do processo de expansão da ordem social competitiva, os resultados oferecem dois elementos que a princípio poderiam ser contraditórios, mas que, de fato, refletem a maneira pela qual se processou o desenvolvimento. O primeiro refere-se à forma restrita da expansão da ordem competitiva e sua incapacidade de criar condições de integração ou mesmo de acomodação no interior da burguesia; o segundo diz respeito à forma “imediatista,” “oportunistas,” e “ultra-egoísta” do comportamento das classes sociais em decorrência da debilidade do processo econômico. Esse conjunto de fatores norteia os atores sociais nos comportamentos políticos e na interação com o Estado, já que, eles formam a estrutura sócio-histórica em que a construção do Estado se efetivará.

3.2 Autoritarismo e Estado

Para Florestan Fernandes há uma confusão teórica que ofusca e torna confuso o sentido conceitual de autoritarismo. Muitas vezes esse conceito foi mobilizado apenas para criticar e classificar experiências de ataques ao sistema burguês. Em outras ocasiões o sentido do autoritarismo foi expresso como denúncia de uma versão tirânica do Estado burguês. De forma distinta, o conceito foi apresentado como sinônimo de “democracia forte”. Em todos esses aspectos Fernandes identifica um denominador comum que se refere a crise da sociedade burguesa “na era do capitalismo monopolista e de transição para o socialismo” (p.5).

Nesse sentido, o autor paulista identifica um “caos terminológico” que resulta, segundo Florestan

“Tanto autoritarismo pode designar uma ‘variação normal’ (no sentido de ditadura técnica, *em defesa da democracia*), quanto pode se confundir com uma compulsão ou disposição ‘universal’ de exacerbação da autoridade (de uma pessoa ou de um grupo; dentro da democracia ou fora dela). O que permite aplicar o termo autoritarismo em conexão com qualquer regime, *em substituição ao conceito mais preciso de ditadura* como sinônimo de totalitarismo ou como qualificação para variações de regimes totalitários. (FERNANDES, 1979; p.6)

Esse processo tem como resultado, para F. Fernandes, a afirmação de uma “tipologia dicotômica” entre Democracia (Liberal) X Democracia (autoritária), que aparece também nos termos Democracia X Totalitarismo. O que, segundo o autor, mascara o ponto central do debate que, para ele, é a própria sociabilidade burguesa, uma vez que ela tem em sua natureza um elemento autoritário de conservação e manutenção da ordem. Não passa sem ser notado que o “elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do ‘sistema democrático capitalista’” (p.7). Contudo, nosso autor chama atenção que esse obstáculo estrutural não impediu que a burguesia agisse de forma revolucionária na destruição do *Antigo Regime*, mas, ela perde todo seu caráter e, assim, desmistifica suas próprias convicções políticas a partir do momento em que se torna classe dominante.

Diz Florestan,

“O que quer dizer que, à medida que as classes possuidoras perdem suas tendências e disposições revolucionárias, o componente e as tendências autoritárias crescem não aritmeticamente, mas dialeticamente (em proporções geométricas) (...) no sentido é claro de que a burguesia deixa de ser uma ‘classe revolucionária’ e passa a ser uma ‘classe dominante’. (FERNANDES, 1979; p.8)

Para o analista social, esse movimento aparentemente contraditório o leva, nas palavras de Florestan, a perceber a realidade de maneira parcial, uma vez que, todo o aparato estatal construído para reforçar e garantir direitos fundamentais passa, a partir da consolidação do domínio burguês, a agir de modo contrário. “A teoria continua burguesa, tão somente deixa de ser revolucionária”. Mas não é apenas esse remodelamento que confunde e torna opaca a realidade, já que a importante modificação ocorre justamente no polo dinâmico do desenvolvimento social. De fato, esse polo deixa de ser dinâmico, passando a atuar de modo conservador. É o que Florestan denominou de “defesa da ordem”.

A consequência dessa “defesa da ordem” na análise política é a definição da “democracia burguesa” a partir de postulados formais e ideias da “sociedade democrática”, fazendo da autoridade científica a palavra racional que critica qualquer forma ou modelo de sociedade que não o surgido do desenvolvimento capitalista.

“Por isso, a contaminação ideológica desemboca na ciência política’ como *linguagem perfeita*, como ciência construtiva formal (sistemática, sob a influência de Parsons; ou sistêmica sob a influência de modelos cibernéticos, como David Easton, *Uma Teoria da Análise Política*; e mesmo quando ela se pretende ‘comparada’, como em Almond, ela se mantém formal, abstrata e construtiva, operando não como tipos ideais construídos através da adequação empírica e causal, explorada por Weber, mas graças a uma arbitrária manipulação de categorias abstratas, gerais e supostamente ‘históricas’).” (FERNANDES, 1979; p.10)

Como ficou evidente, Florestan Fernandes apresenta um conjunto de objeções ao que ele chamou de um uso da suposta neutralidade por parte da Ciência Política para fazer uma defesa da ordem capitalista. Não nos parece que essa crítica seja no sentido de não aceitar posições que defendam a sociabilidade burguesa, mas sim, no sentido de evidenciar uma contradição existente entre o postulado firmado e a realidade.

Para Fernandes constitui um equívoco¹⁶ considerar o “Estado com o *locus* exclusivo ou principal da relação autoritária” (p.12), já que este não é uma “entidade autônoma, isolada da sociedade”. Por isso, para Florestan, as duas razões acima descritas:

“Essas duas razões forçam-nos a ir do indiretamente político ao especificamente político; e a determinar como a sociedade de classes é irrigada por relações autoritárias, em todos os seus níveis de organização, funcionamento e transformação.”(FERNANDES, 1979; p.12)

A característica da sociedade industrial burguesa é a concentração do poder econômico e do poder político. O primeiro, no interior da produção e da fábrica, e o segundo, no maquinário estatal. Essa dupla articulação conforma um ambiente autoritário em que o convívio social, nos dois polos da articulação, é baseado no domínio, exploração e desigualdade. Tais características conferem a qualquer conflito uma reação de autodefesa, que por sua vez, “cria um enrijecimento” social e político que envenena qualquer interação, fazendo com que o autoritarismo aja como uma marca de normalidade da *vida burguesa*.

“(...) temos de considerar as implicações estruturais e dinâmicas de uma ordem social que se funda na desigualdade econômica, social e política engendrada por essa forma de produção (e de reprodução da ordem), a qual vincula o despotismo burguês ao Estado nacional e à democracia representativa (...) potencialmente aptas a *oscilar* em função de alterações no contexto (ou, mesmo de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes.” (FERNANDES, 1979; p.13)

Ou seja, a burguesia somente consegue “esconder” seus elementos autoritários nos momentos em que seu domínio não esteja ameaçado. Quando isso ocorre, ela utiliza de todo poder legítimo da força estatal para garantir sua hegemonia. Fernandes ressalta, com certa veemência, o papel dos pensadores das ciências sociais em lançar mão de confusões teóricas que escamoteiam, de maneira proposital, o real significado da manutenção do domínio da burguesia. Assim, reforça sua posição a partir de um engajamento político explícito.

Diz Fernandes,

¹⁶ Próprio, segundo ele, da Ciência Política.

“A partir do elemento burguês da democracia, tem-se feito a defesa militante do liberalismo ou da democracia parlamentar. É igualmente legítimo fazer o inverso: a partir do elemento proletário da democracia, fazer-se a defesa do socialismo e da revolução social.” (FERNANDES, 1979; p.15)

De maneira geral, a perspectiva levantada por Florestan Fernandes nos oferece uma importante chave de compreensão da realidade brasileira com as quais podemos entender o modo como o processo de expansão e consolidação do regime capitalista contou com a contribuição essencial do aparato estatal das “democracias burguesas”.

Para Florestan a questão central continuava a ser a forma de funcionamento do sistema capitalista que, segundo o autor, continuava resultando em conflito de classe, tendo como substrato a apropriação da MAIS-VALIA, e como consequência a “concentração do poder econômico e político dos que possuem a propriedade privada” (p.19). Pensar o capitalismo sem essas características umbilicais seria uma análise puramente ideológica.

Nosso autor não deixa de perceber que o capitalismo manifesta-se de maneira particular em cada país e que o capitalismo atual é bastante diferente do capitalismo do início do século. Entretanto, de acordo com Florestan, temos que nos perguntar se essas transformações alteraram de modo significativo as relações sociais próprias do capitalismo.

“Tal capitalismo não pode eliminar o que é básico e intrínseco ao capitalismo sem destruir o próprio capitalismo e sua forma social, a sociedade de classes. O que quer dizer que uma sociedade de classes *diferente* não é o mesmo que uma sociedade de classes *sem capitalismo*. Isso seria um contrassenso.” (FERNANDES, 1979; p. 21)

Assim, estamos diante de dois fenômenos que se competem. Por um lado temos o processo de consolidação do domínio burguês, representado pela hegemonia da democracia representativa como única alternativa possível de organização social. Em outro extremo, temos um processo de expansão e flexibilização aparente das relações capitalistas no nível da produção, em uma tentativa de desideologizar o conflito no interior da sociedade capitalista. A conjunção desses dois fenômenos tem como consequência, segundo Fernandes, a percepção generalizada que “a defesa da democracia se confunde com a defesa do capitalismo e ela bloqueia a história”(p.23). Assim, temos um ambiente hostil à qualquer ampliação e efetivação

de direitos constituídos pela própria burguesia. Esse quadro de aparente paradoxo, na verdade, representa o limite imposto pelo desenvolvimento capitalista à própria noção de democracia.

A parte visível desse processo é a crescente procura do países de capitalismo avançado em diminuir, e até mesmo criminalizar, o “poder de pressão do movimento operário” na condução de qualquer manifestação mesmo quando essas são por direitos já conquistados. Nesses momentos o capitalismo comporta-se como religião, não aceitando questionamentos. “Funda-se no credo de que fora do capitalismo do Estado parlamentar e do liberalismo não existe qualquer humanidade, só o inimigo” (p.28).

Nesse sentido, desnuda-se a tese segundo qual o Estado democrático burguês é um aparato neutro. Ao contrário, ele “sempre foi um instrumento de poder e de dominação de classe” (p.29). Nesse sentido, o Estado é fundamental como forma política do poder burguês. Florestan Fernandes chama a atenção para a aliança orgânica entre o imperialismo (Estado) e as multinacionais (mercado), apresentando essa ligação “não {como} *produto final* da democracia pluralista, mas o Estado capitalista que se torna necessário nesta era conturbadora e de desafios da história” (p.31).

A expansão do capitalismo tornou-se possível também pela ajuda inestimável dos Estados Nacionais a partir da expansão política de seu governo. Dessa expansão desenvolveu o capitalismo monopolista que em seu padrão de desenvolvimento lança sobre o Estado suas tensões. Por um lado, o Estado necessita expandir sua influência externa com o objetivo de garantir mais mercado para as mercadorias produzidas. Em outra vertente, **sob o** capitalismo monopolista amplia a base civil e política da sociedade, contraditoriamente, o capitalismo monopolista necessita que o Estado seja ainda mais autoritário para garantir e salvaguardar seus interesses da pressão popular.

Mesmo depois de transformar-se em classe dominante e, em consequência, abandonar qualquer pretensão revolucionária, a burguesia continua “refém” de suas utopias. Essa contradição tem como manifestação prática apenas uma possível pretensão da burguesia em ainda ter uma missão “civilizadora e humanitária.” Do ponto de vista pratico, a desmistificação das antigas utopias representa a adoção da autodefesa e imposição do seu domínio como atividade política cotidiana.

Para Florestan Fernandes, a “civilização moderna” caracteriza-se pela existência de um fato estrutural e dinâmico: ela gera uma utopia com dois polos, um de conservação, outro de revolução da ordem”(p.70). a burguesia na sua tentativa de conter qualquer mudança na

estrutura social atual, atua de maneira organizada no polo conservador. Para garantir seu domínio ela utiliza vários cercos contra o movimento revolucionário.

Além da situação concreta representada pelo uso da violência para manter o domínio da burguesia, o cerco mais eficaz contra revolução é ideológico.

3.3 Capitalismo Dependente: a estrutura de uma ordem autocrática burguesa

Dessa forma, a característica bastante peculiar da nossa realidade histórica é a noção privatista e particularista no gerenciamento econômico e na atividade política. Características estas decorrentes da aliança (incorporação) de fortes elementos estamentais no interior da conformação da classe burguesa. O que nos outros processos históricos eram considerados resquícios ou imperfeições (COHN, 1999), entre nós, foi um traço estrutural e que, por isso, marca mais profundamente o modo de atuação e interação da burguesia.

Segundo Florestan, o máximo da expressão do impulso modernizante na construção da ordem social competitiva que a burguesia tem condições é o capitalismo competitivo dependente.

Como mostra Cohn (1999), a aposta histórica da burguesia brasileira concentrou-se em potencializar as estratégias e os setores adaptativos. As interações nos pólos dinâmicos com os outros setores, sejam eles populares ou mesmo forças da burguesia, acarretava um perigo para as suas posições. Além disso, a construção alinhavada nos textos de Fernandes nos sugere que a própria formação da burguesia teve como elementos constitutivos a interação com esses elementos não-dinâmicos da polarização, o que, portanto, definiu o elemento adaptativo como estrutural, construindo como característica fundamental da burguesia a sua atuação em evitar riscos.

A lógica presente na interpretação de Florestan Fernandes parte do princípio ou premissa que a condição primeira de superação do capitalismo dependente é a formação de um sistema produtivo heterogêneo e diversificado que pudesse contrapor-se à essência imutável e dependente de sociedades que entraram de modo tardio no circuito internacional de acumulação capitalista. Contudo, nosso autor não está propondo como saída uma espécie de desenvolvimento dos equipamentos das unidades produtivas por si. O próprio *atraso* fazia parte

do cálculo de racionalidade dos agentes econômicos na tentativa de neutralizar ou minimizar as “incertezas estruturais” próprias de economias que ficam sobrepostas aos efeitos desafiadores do processo de mercantilização emanado do sistema capitalista mundial (SAMPAIO JR., 1999 p.137). De modo que era necessário, para Florestan, a existência de uma articulação entre estruturas modernas e atrasadas para permitir e garantir condições de competição à burguesia dependente.

Portanto, vemos que a noção de capitalismo dependente presente na obra de Florestan Fernandes tem um sentido amplo, procurando associar os vários elementos e não somente o aspecto estritamente econômico. Não poderíamos esperar outro comportamento que fosse condizente com a trajetória do autor. De acordo com este, a capacidade analítica aberta pela ampliação da perspectiva encontra embasamento, como nota Sampaio Jr. (1999), na especificidade do processo de revolução burguesa no Brasil, uma vez que as condições próprias que marcaram esse processo lograram a formação de um ambiente pouco afeito à incorporação de setores “modernos” da burguesia bem como de setores sociais marginalizados. O resultado essencial é o processo descolado de desenvolvimento da “economia” e da “sociedade”. É nesse ambiente estreito que é engendrada a formação de uma sociedade de classes no Brasil.

Assim, podemos perceber que a dualidade estrutural constitui um elemento chave na interpretação de Florestan Fernandes, uma vez que ela representa a relação orgânica resultante do processo histórico de formação do capitalismo dependente no Brasil. É essa dualidade estrutural que impede a desestruturação econômica devido à concorrência internacional da economia nacional principalmente dos setores mais frágeis. Ao mesmo tempo em que a dualidade estrutural funciona como “colchão amortecedor” para os setores atrasados, ela tem a função de servir como mecanismo de transferência de renda via superexploração da força de trabalho para os setores mais modernos.

Para Florestan Fernandes, o capitalismo dependente é resultado (produto) de uma situação histórico-social em que a burguesia é incapaz de chegar às últimas consequências da revolução nacional e da revolução democrática com suas co-irmãs dos países centrais. Representa, dessa forma, um projeto aparentemente inconcluso, inacabado. A consequência prática desse processo é a formação de uma sociedade em que a inclusão de outros setores sociais se dá, quando muito, de maneira limitada. Uma sociedade que vive a reboque dos interesses de uma única classe. O cerne do problema de manutenção desse tipo de sociedade reside nos crescentes custos sócio-políticos de contenção da emergência do povo no cenário político.

O aspecto dinâmico do processo de industrialização provocou o aumento da internalização de estruturas de decisão, ou seja, várias funções econômicas, antes concentradas em ambiente externo, passaram a realizar-se internamente, notadamente, nos centros urbanos onde a industrialização alcançou maior êxito¹⁷. Contudo, mesmo diante desse impulso inicial e alcançando um patamar razoável, o padrão de crescimento foi-se enquadrando cada vez mais aos da economia dependente, em consequência, segundo Florestan, da manutenção do padrão de interação entre os setores “modernos” e “arcaicos”.

O dilema central enfrentado pela classe dominante é o de como superar as *exigências da situação* da condição de capitalismo dependente em direção à construção de um capitalismo autônomo. Entretanto, além da barreira estrutural do sistema capitalista global, a outra barreira intransponível naquele momento histórico foi a da inclusão política das classes subalternas. É esse calcanhar de Aquiles que desvenda e revela a condição inconclusa da nossa formação.

No contexto do capitalismo dependente que havíamos introduzido, a dimensão estreita de uma concepção da política da burguesia seguia o roteiro de um processo de introdução da possibilidade de abertura à expressão de seus interesses às classes subalternas. A consolidação de uma ordem social competitiva limitada tinha nessa supressão um de seus pilares de sustentação. Os mecanismos usados nesse processo de introdução foram vários. Os mais eficientes tiveram no Estado seu ponto de irradiação não somente pelo uso da força como no período do golpe militar, mas acima de tudo, o uso da estrutura estatal para minar as possibilidades e alternativas de constituição e consolidação social e politicamente das classes subalternas. Diz Florestan: “sob a ditadura militar somente a concentração de poder veio a ser mais rígida, violenta e sistemática, permanecendo iguais todas as demais condições” (FERNANDES, 2010; p.149). Assim, queremos reforçar que a interdição da participação política das classes subalternas e, portanto, a própria interdição da política, não contou necessariamente com o uso da força. Ao contrário, essa interdição é fruto de uma condição estrutural (capitalismo dependente) que forma uma burguesia que não possui condições de implementar, na sua totalidade, seu domínio político a partir de uma concepção clássica.

Assim, já podemos notar a lógica de argumentação construída pelo autor. Nela estão presentes os conflitos (polarizações) que interagem (duplas articulações) e tendem a produzir resultados que vão na direção do pólo modernizante, mas com intensidade moderadas que preservem a existência do “pólo atrasado”. Esperamos no decorrer desse trabalho avançar na explicitação dessa lógica expositiva, por hora esboçada.

¹⁷ Como em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O Estado e a política em Florestan Fernandes são marcados, de maneira indelével pela caracterização da formação do capitalismo dependente. A forma e atuação, seus limites e abrangência, são o contorno dessa relação, que, a partir do avanço da análise, constitui uma ligação orgânica de difícil separação; obviamente com diferenças de tratamento e avaliações, que guardam similaridade com a conjuntura histórica.

3.4 Política: a expressão de uma ordem de exclusão

Diferentemente do que ocorre nos países centrais, a “economia” nos países de “posição periférica dependente e especializada no mercado internacional” (FERNANDES; 1972 p. 145) não conseguem ser, por ela mesma, a base de dinamização das estruturas sociais. Nessas condições de padrão de civilização importado, o meio de desobstruir as funções que promovem o desenvolvimento da ordem competitiva é absorvido pelo elemento político, que nesse momento, atua como elo da polarização mais dinâmica.

“Nessas condições histórico-sociais, a “política” emerge como um fator de potencialidade decisiva. É claro que ela não escapa às limitações da ‘economia’ e das inconsistências que daí decorrem para o organização e para a evolução da sociedade” (FERNANDES, 1972, p. 146).

Por outro lado, a magnitude expressada pelo elemento político enquanto dinâmico tem seu potencial travado tanto pelo elemento “atrasado” dessa articulação quanto pelas condições estruturais. Assim, a “política” ficou contida dentro dos limites materiais e morais do complexo colonial, limitada pela incapacidade de superar as “polarizações conservantistas” na construção de um Estado nacional integrado conectado com a construção da Nação. Assim, “a constituição de um Estado nacional não coincidiu nem exprimia a emergência de formas de diferenciação e de concentração do poder necessária para organizar e expandir o desenvolvimento socioeconômico em bases nacionalmente autônomas” (FERNANDES, 1972, p.146).

De concreto, o que a análise dos autores nos mostra é um processo contraditório de desenvolvimento. Uma disputa velada entre o setor econômico, ainda atrelado aos laços e rotinas do período colonial, e o setor político, que devido à mudança no sentido de constituição interna de um pólo de decisão passa a ter um caráter moderno.

A burguesia conseguiu impor o lugar onde afloraria um *pacto tácito* da sua dominação, e esse lugar foi no terreno do político, já que é a partir da conformação de uma utopia liberal

que ela consegue unificar e construir um Estado nacional. Diante das condições de sua formação, os conflitos internos tinham a dimensão apenas dos interesses particulares e não envolviam questões de fundo, tendo como resultado prático, que a burguesia atuava no sentido de amortecer os potenciais conflitos internos. Entretanto, a burguesia utilizava o aparato do Estado para resolver suas divergências externas e garantir seus privilégios.

A política como necessidade para manter seus privilégios, para impedir a entrada das camadas populares no jogo político, é o imperativo desse princípio. Por outro lado, como agem as classes populares? Depois, qual o resultado dessa polarização?

Constitui um erro retirar a “economia de uma totalidade histórica” própria e específica que representa uma condição geral e explicativa de uma realidade. Quando fazemos essa dissociação, ou seja, quando tiramos a economia de um solo histórico, convertemo-nos em tecnocratas. A consequência prática dessa conversão tem como significado a percepção da realidade a partir de uma elasticidade e autonomia das ações (planos ou programas) que passa a ser independente e auto-suficiente. Tendo como resultado, dessa prática, a piora das condições sociais da maioria da população. Agem em benefícios de setores específicos da sociedade brasileira, alias os mesmos historicamente beneficiados.

Diz Florestan Fernandes:

“O neoliberalismo impõe práticas de acumulação de capital inexoráveis, predadoras e cruéis. Mesmo como tecnocrata, o economista não pode ignorar as consequências das “políticas econômicas” que ele injeta na ação do Estado” (FERNANDES, 1990; p.185)

3.4 Transição democrática?

Em países periféricos, os processos históricos têm a peculiaridade que até as contrarrevoluções são interrompidas e não apenas as revoluções. A “crise da ditadura” mostra essa realidade, segundo Florestan Fernandes. Em que, diante de um recuo as “forças da ordem” representada pela fragmentação e pela força de resistência. Mas acima de tudo, representou a impotência de impor-se à Nação caminhos se a aceitação, mesmo que passiva, do conjunto da sociedade. Essa situação peculiar evidenciou o peso de uma “herança histórica que se torna dia a dia mais calamitosa e insuportável”(p. 9). Assim, não sei pode falar em crise de ditadura tendo

como outra face da moeda a “crise da democracia.” O ponto central, para Florestan Fernandes é:

Citação 10

A ditadura representou, para Fernandes, um processo de contrarrevolução que impediu o percurso de revolução nacional burguesa que estava em curso. Nesse momento, de transição, em que a ditadura se distanciava, enquanto modelo político de expansão capitalista, das condições gerais da nossa formação social histórica, permanecem orientadas no mesmo sentido histórico anterior, ou seja, as práticas capitalistas ainda são de “terceiro mundo”. Então, como falar de Democracia? Quando a “moribunda” ditadura consegue assegurar a “seus pares e seus aliados uma transição dando-lhes um sentido eminentemente político, é um ditadura semigloriosa que amarga uma derrota com sabor de vitória”(p.11).

A resposta oferecida por Florestan Fernandes é clara, o movimento de retorno feito pelos militares representa:

“Ele declara ostensivamente que a contrarrevolução foi interrompida no tope e para o proveito dos de cima. O que sublinha que militares e civis dos estratos dominantes das classes altas não romperam as composições que conduziram, primeiro, à ditadura, e, em seguida, uma mortífera transição conservadora” (FERNANDES, 1985; p.11)

Dessa forma, a transição democrática não representou uma vitória da democracia, pelo contrário, representou uma “nova derrota do republicanismo” (p.19) agora, não mais por uma articulação civil-militar, mas por um “conchavo descarado” desenvolvidos pela política tradicional que seduzia as “massa com as palavras e as minorias privilegiadas com as ações” (p.20).

Para Florestan Fernandes, existia um paradoxo central na “nova Republica” ela não era nova muito menos era republica. Se por um lado, a conjuntura específica requeria uma “suavizada” na forma de contenção das demandas sociais historicamente sufocadas. As classes dominantes estavam cientes que o movimento popular constituía naquele momento com muito mais força política e de mobilização. Sendo assim, o uso da força bruta não parecia como uma alternativa viável. As transformações capitalistas que ocorreram exigiam uma nova forma de interação. Por outro lado e diante da complexidade reivindicativa da sociedade civil, as características autocráticas da sociedade são reforçados como forma de garantir a sobrevivência, sem risco, da burguesia enquanto classe dominante.

“O grosso da classe e suas elites aceitam o impasse e procuram *vender* a “Nova República” como a versão sacrossanta da transição difícil à democracia. Por fim, simulam dizer, chagamos lá. Seria preciso que os “outros” fossem cegos para ceder ao impasse, que não; é seu mas forma histórica de uma sociedade civil condenada e esgotada; na verdade, já morta.” (FERNANDES, 1985; p.56)

O *medo pânico* que a burguesia possui em abrir qualquer espaço, mínimo que seja, reside na perda da quase ilimitada capacidade gerada pela sua posição de domínio em obter a superexploração da força de trabalho e a dilapidação dos recursos naturais, fontes de manutenção de sua interação no mercado capitalista mundial.

Ou seja, a condição para se levar a diante o processo da revolução burguesa, portanto, em uma sociedade regida pelo padrão de interação capitalista, encontra-se obstaculizada pela própria condição deficiente e limitada de seu ator principal, qual seja, a burguesia. Disso resultaram duas características: primeiramente, uma impossibilidade de constituição de um padrão de convivência que fosse minimamente aceitável do ponto de vista capitalista; em segundo lugar, o Estado passa a ser o lugar em que se efetiva a revolução burguesa no Brasil, seja por conta do seu atraso, seja por seus avanços. Dessa maneira, podemos perceber o surgimento de um *círculo vicioso* que caracteriza a constituição da nossa sociabilidade. Um círculo vicioso pautado pela inanição dos atores sociais e, portanto, da política com princípio de aumento do papel do Estado, mas que no decorrer do processo revela também uma diminuta capacidade em executar algumas medidas, fato decorrente da sua relação de força desfavorável no sistema global.

Assim, trata-se de uma limitação estrutural, qual seja, é a sua condição de capitalismo dependente que vai restringindo as opções de ação dos atores políticos, particularmente da burguesia, e moldando esta mesma classe em formação, como inevitável, presente nessa opção. Em alguns casos, aparece confortavelmente assumida por não haver outra. De todo caso, as restrições estruturais sufocam, não resta muita dúvida acerca disso; entretanto, o que fechou esse círculo vicioso foi a constante negação dos setores da burguesia em abrir espaço, tanto de atuação política quanto de inserção econômica, para os setores populares.

Portanto, não se pode falar simplesmente de cópia ou “ideia fora de lugar” quando se analisa a adoção do liberalismo como modelo de cooperação dos comportamentos dos agentes políticos. Esse processo foi, segundo Florestan, um dos momentos dentro de um quadro mais

amplo de europeização das elites e da construção de um amplo aspecto civilizatório. Desse modo, sua implementação ocorre em um contexto de dupla polarização, em um sentido interno e externo.

No plano interno, temos um ambiente em que a contradição afluía no terreno econômico a partir do processo de viabilização da construção dos alicerces de integração do Brasil na ordem econômica do capitalismo. Os padrões de exigência de reprodução ampliada na ordem competitiva aumentam e requeriam medidas de superação das condicionantes que faziam da condição subdesenvolvida uma realidade estrutural. Em oposição, os agentes políticos responsáveis pelas tomadas dessas decisões, encontravam-se arregimentados pelo Estado. Este, por sua vez tinha suas bases de sustentação justamente nos setores que estruturavam a nossa condição de dependência, mas não exclusivamente.

No plano externo, a contradição manifestava-se na construção institucional dos aparatos necessários e regidos pelo liberalismo. Na medida em que o aparato institucional liberal não encontrava respaldo do comportamento político.

“(…) o regime de classes da sociedade capitalista subdesenvolvida e dependente sofre uma espécie de esvaziamento histórico graças ao qual perde algumas de suas formas e de suas funções essenciais” (FERNANDES, 1972, p.48). Desta citação podemos reter a noção de que a condição de desenvolvimento inibe e restringe a política na medida em que oferece condições adversas de interação. Obviamente, não se encontra nessa análise uma determinação histórica, mas um condicionamento estrutural.

A formação das classes sociais, ou mais precisamente, a identificação dos interesses sociais, econômicos, políticos, têm sido um tarefa difícil. Diz Florestan:

“A classe social alicerça-se sobre a comunidade de interesses de classe e de situação de classe. Mas ela é, sobretudo, um grupo social sujeito a variações de acordo com a intensidade dos contatos sociais, a formação de padrões de vida e de aspirações sociais comuns, laços de solidariedade moral ou de atuação política e formas de consciência peculiares, etc.” (FERNANDES, 1972; p. 59)

Ainda segundo o autor, a definição de classe, no Brasil, pode ser feita entre os “possuidores” e os “não possuidores”. Isso quer dizer que de maneira geral a identificação de interesses comuns relaciona-se com a capacidade de determinado grupo social na sua interação com o mercado, via capacidade de consumo, sendo dessa forma, mais fácil aos grupos sociais dos “possuidores”, pois são eles que conseguem elaborar e firmar seus próprios interesses. Em

contrapartida, a camada dos “não possuidores de bens” seria da difícil identificação, uma vez que sua condição de consumo, não raro, situa-se no limite da sobrevivência. Comumente chamado de “povo”, esse setor social possui uma fluidez contínua e uma baixa capacidade em afirmar seus interesses, sejam eles, econômicos ou políticos.

No aspecto societário ou político, percebemos a articulação proveniente da polarização entre aspiração política (o Liberalismo) e uma necessidade econômica real, a inserção dessa burguesia brasileira no mercado internacional. Contudo, não raro, essas duas aspirações entram em contradição, resultado de uma característica própria da condição da formação do contexto do capitalismo dependente, fazendo existir um “*medo pânico*” à relação de incorporação dos “não possuidores de bens” ao mercado e à cidadania. Essa dupla articulação desautoriza a condição de existência do projeto original, ou seja, um Brasil moderno.

De modo geral, a formação de interesses dos estratos superiores da burguesia continua atrelada à condição estrutural de capitalismo dependente. O que poderíamos chamar de classe média vive na afirmação de uma consciência de formação dos interesses próprios, o dilema paradoxalmente equivalente à contradição básica das frações mais modernizantes da burguesia, uma vez que ao mesmo tempo em que apregoam a intensificação da ultramodernização, elas acabam por converterem-se nos “*puritanos do capitalismo dependente*”.

Já as classes baixas, urbanas, como observa Fernandes, mesmo não constituindo, à primeira análise, algo como a “vanguarda consciente do proletariado”, compartilha e valoriza a ordem urbana¹⁸, aceitando seus códigos e valores. “Assim seu desterro social [é] modelado pela ordem econômica (...) embora exista um inconfundível elemento de tensão entre seus interesses, solução de classe e o padrão de equilíbrio do sistema econômico” (FERNANDES, 1972; p. 63).

Apesar da sua aceitação dos valores sociais e dependência do desempenho econômico para sua inserção no mercado de trabalho, as classes baixas urbanas possuem uma condição de relativa liberdade em relação ao “destino” do capitalismo dependente, já que, de acordo com Florestan, elas não fazem parte do pacto orgânico de subsistência dessa condição. Em decorrência disso, aderiram maior margem de manobra de atuação enquanto classe já que sua aceitação à ordem estabelecida é baseada na capacidade do capitalismo dependente em manter o grau de crescimento que significa “vantagens” para as classes baixas urbanas. Florestan analisa esse processo como potencialmente explosivo uma vez que a solução “dentro da ordem” pode converter-se em uma solução “fora da ordem”.

¹⁸ Como já observamos, o processo de configuração do indivíduo em proletariado é positivo, representando uma ascensão no seu padrão de vida.

A ascensão do regime de classes tem produzido uma reorganização da estrutura social no qual ela se desenvolve e traz consigo essa nova forma de organização societal, estabelecendo novos paradigmas de conformação da estrutura de estratificação social. Normalmente, representa a utilização de parâmetros mais equânimes, significando na transformação ou eliminação de “*formas de contratação social da renda, do prestígio e do poder típicas de sociedades estratificadas estamentalmente*” (FERNANDES, 1972; p.67). Erguendo em seu lugar parâmetros que, distantes da nivelação dos estratos sociais, conformam uma melhora na posição dos estratos mais baixos. Entretanto, no tocante ao capitalismo dependente, essas “funções normais” são restringidas.

Entretanto, na continuação de sua avaliação do período militar, Florestan Fernandes associa esse “ato extremo” às mudanças sociais que acarretavam um aumento de intensidade e qualidade das reivindicações que os setores populares impunham à burguesia. Assim, foi uma resposta autoritária que associou uma “opressão despótica” com a mudança social politicamente controlada. Ou seja, ao cabo, a ditadura civil-militar figura como um último recurso para a manutenção dos privilégios históricos. Diz Florestan:

Os setores dominantes das classes altas e médias não tinham outro recurso, para se protegerem das consequências diretas ou indiretas do novo modelo de desenvolvimento econômico, social e cultural, senão neutralizar as crescentes pressões internas, favoráveis às reformas estruturais e democráticas. (FERNANDES, 2010; p.154)

O desenvolvimento econômico não tem trazido reflexo sobre a atuação política da burguesia, este ainda se encontra na interdição e, por consequência, no acesso precário das classes subalternas a condição de colocar-se no terreno da luta política. Em resumo, Florestan afirma a existência de “*uma sociedade do capital, fechada para o trabalho*” (FERNANDES, 2011; p.51). Dessa afirmação, podemos reter ao menos dois sentidos básicos que acredito ser importante ressaltar. Primeiro, ela expressa de maneira profunda o tipo de sociabilidade proposto pela burguesia brasileira, “fechada” e “do capital”, ou seja, restrita e a serviço da apropriação da riqueza, de manutenção dos privilégios historicamente existentes. Uma sociedade que é incapaz de incluir os setores sociais marginalizados em decorrência do *medo pânico* da participação. Em segundo lugar, reforça o sentido da proposição de mudança, o que fazer para transformar essa sociedade em aberta e do trabalho? Dessa questão, resulta para Florestan Fernandes a necessidade da democracia, “*tanto é assim que, (...) o essencial ainda é*

suplantar a anomia institucionalizada [e] conquistar (...) as condições elementares de sua existência, autonomia e afirmação enquanto classe” (FERNANDES, 2011; p.51).

Para Florestan Fernandes, existe entre os “intérpretes” da realidade brasileira um negligenciamento da questão política no processo de mudança social. E, para o autor, os problemas relativos à mudança social tornaram-se “fundamentalmente políticos,” em três sentidos básicos: Primeiro, os resultados e conseqüências dependiam da “ação grupal que traduzem as posições relativas” “dos grupos”, ou seja, da formação de uma maioria política. Segundo, por ser a partir desses grupos de interesses que passariam a ser balizados os processos de interação e agrupação dos seus interesses. Terceiro, por servirem para expressar as condições essenciais que formam o equilíbrio interno de absorção, proteção e expansão de seus interesses para o conjunto da sociedade. Assim, ao evidenciar a importância do elemento político, Fernandes ressalta a peculiaridade da relação, ocorrida no Brasil, entre a utopia liberal e as “formas reais de organização social” que foram construídas no país. Além disso, outro aspecto que emerge é a relação contraditória presente na articulação Estado e Nação, uma vez que, a questão política adquire maior relevância no momento em que a burguesia (seus setores mais dinâmicos) passa a apresentar-se como portadora universal dos “interesses da Nação”.

3.5 Estado

Em debate com as ciências políticas, o autor paulista, refuta a ideia presente quando aquela aponta ser o Estado o *locus* exclusivo ou principal quando pensamos nos regimes autoritários. Não que Florestan negue a possibilidade da atuação autoritária a partir do Estado. Pelo contrario, com já mostramos no presente trabalho, o Estado tem servido de anteparo para a dominação burguesa. Contudo, para o autor em tela, o “Estado não é uma entidade autônoma, isolada da sociedade e que explique por si mesma” (FERNANDES, 1979, p. 12). Assim, como produto inerente da sociedade, tem seu desenvolvimento e sua atuação vinculados de maneira orgânica ao contexto social de que é parte. Portanto, se apontamos as características autoritárias presente no Estado, devemos buscar sua causa profunda na própria divisão da sociedade em classes sociais. O que abre a possibilidade de se travar o debate acerca do modelo de civilização burguesa que, segundo nosso autor, é autocrática. Mesmo a expansão mundial levada a cabo em nome do principio da liberdade e racionalidade não consegue dissimular os limites da democracia burguesa. Diz nosso autor: “a democracia burguesa que nunca existiu dentro da empresa, sempre foi mitigada ao nível das outras instituições e sempre foi parcial ao nível do

Estado, sofre uma corrupção sistemática (ou que se poderia chamar, por analogia, um congestionante e uma poluição-limite)”. (FERNANDES, 1979, p. 24).

Assim, segue Florestan:

Do micro ao macro a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas às instituições, estrutura, ideologia e processo sociais, e potencialmente aptas a oscilar em função de alterações de contexto (ou, mesmo, de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa os interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes. (FERNANDES, 1979, p. 13).

Portanto, a ligação orgânica reivindicada, de maneira analítica, por Floresta refere-se à necessidade histórica presente na relação entre Estado, dominação de classe e capitalismo. Cada qual executando um papel específico, mas que um está intimamente ligado aos outros, a tal ponto que não temos como pensar a expansão e consolidação do sistema capitalista sem a presença efetiva e atuante do Estado.

Contudo, essa presença maciça que fazia parte do processo de expansão e consolidação da civilização burguesa, exigiu uma flexibilidade em relação às suas tarefas ou atribuições. Ao mesmo tempo em que ampliava sua capacidade operativa, tornando-se mais democrático, a própria consolidação do domínio burguês passou a exigir uma maior rigidez na manutenção da ordem. Passou, então, a existir o paradoxo que na expansão revestia-se em contornos democráticos e na sua consolidação precisava novamente fazer uso de recursos autoritários. A saída encontrada para sair da situação em que se encontrava foi a criação de inimigos externos.

A própria expansão capitalista exige que o Estado se torne menos democrático, uma vez que sofre tanto uma pressão na sua função de acumulação quanto na sua função de legitimidade. O autoritarismo surge como autodefesa perante essas pressões.

Na sua versão nos países periféricos, o Estado perde ainda mais suas feições democráticas, já que, nesses países, geralmente, as burguesias têm mais dificuldades em manter sua hegemonia. Uma vez que ela é mais “fraca” que suas irmãs dos países centrais. Dessa forma, inserem de maneira subordinada e participa de maneira minoritária, na repartição global das riquezas.

Como o poder político é muito concentrado e restrito, os espaços de atuação e os acordos são, geralmente, mínimos, e ocorrem com mais frequência ditaduras puras e simples de classe. Ou seja, nos países periféricos, temos apenas o *estado autocrático burguês*, o que

representa um tipo de sociedade em que o conflito ou a luta por interesses próprios é restrita e violentamente combatida.

Assim, a estrutura e o padrão de equilíbrio do sistema econômico dependente convertem a articulação econômica em fonte de privilégio. Em outras palavras, a análise desenvolvida por Florestan Fernandes conduz-nos ao ponto de interpretação que associa a atuação do Estado à estrutura de manutenção de privilégios historicamente consolidados. Ou seja, a estrutura (Estado) que no seu estágio nascente possuía uma adequação que procurava imprimir a integração do Brasil ao circuito capitalista internacional sob uma perspectiva de modernização, evidentemente, quando comparada à estrutura colonial, nesse momento, adquire uma conotação de inércia relativa à dinâmica inicial. Ao contrário, adquire, nesse período histórico, a noção restritiva quanto à incorporação das noções básicas do liberalismo, sendo a incorporação capitalista seu principal propósito.

A polarização apresenta-se no interior do Estado, a partir da própria condição estrutural no qual este está inserido, ou seja, o capitalismo dependente. “Os ‘donos do poder’¹⁹ não possuem meios para realizar as condições últimas de sua liberdade e autonomia como classe” (FERNANDES, 1972, p.62), daí as aspirações contidas no ideário liberal serem insuficientes para avançar no processo de modernização.

O Estado aparece como aparato de dominação de classe e como consequência da condição de dependência e, mesmo tendo a hegemonia na “sociedade política,” a burguesia continua incapaz de levar adiante e por em prática o “idealismo constitucional” do liberalismo. Portanto, seu aparato estatal continuava a ser uma expressão e um “elo interno” da força de dominação externa. Desse modo, não fazia mais sentido a luta por transformações capitalistas que fizessem surgir uma ordem social competitiva, já que esta requeria a inclusão mínima dos setores marginalizados. Isto nos leva a acreditar que o “circuito fechado” da participação aparece com um elemento estrutural da sociedade construída pela burguesia dependente.

Assim, vemos que Florestan procura historiar o modelo de democracia e não o conceito. Dessa maneira, o tema da democracia aparece sob duas dimensões, da burguesia e das classes baixas. E é importante ressaltar que o escopo democrático é para Florestan Fernandes definido pela condição dos atores políticos, da classe a qual eles pertencem.

Esse é o quadro dos setores da classe burguesa que atuam no Brasil. É desse intrincado de coisas que resulta nossa formação social.

¹⁹ Aqui certamente o autor toma emprestado a expressão de Raimundo Faoro.

Vemos, assim, que a articulação das condições históricas mobilizadas por Florestan Fernandes na sua análise adquire duas dimensões e, como nota Cohn (1999), o sentido de oposição e polarização está presente de forma contínua. No aspecto econômico, a polarização se efetiva a partir da contradição entre os setores “modernos” e os “arcaicos”, tanto na questão da apropriação do valor excedente, quanto na interação com os demais setores sociais.

Nesse espaço, podemos perceber a maneira como Florestan Fernandes constrói analiticamente o processo de transformação social, contendo elementos de oposição e articulação, como tão bem observou Cohn (1999), que procuram superar os condicionantes do momento analisado, identificando contradições estruturais que contrapõem o sistema econômico a uma determinada classe.

3.6 Notas preliminares de conclusão

Podemos perceber ao final da análise da produção teórica de Florestan Fernandes, que o ponto central que estrutura sua percepção de Estado, democracia e política é a questão do capitalismo dependente, uma vez que é a partir das contingências estruturais decorrentes da condição de dependência que se abre o rol de opções que os atores políticos dispõem. Ou seja, é na interação com as estruturas legadas pela condição de subdesenvolvimento que a interação se realiza, sendo também em decorrência dessa condição a formação dos interesses de cada ator social.

O processo contraditório de acomodação de aspectos “arcaizantes” pelo elemento modernizante constitui um quadro estrutural da interação social que introduziu, via comportamento egoísta, particularista, o conformismo como “ingrediente político” expressado, basicamente, “em conter o ritmo e alterações das estruturas de poder nos limites da situação de classe das elites tradicionais” (FERNANDES, 1972, p. 107). Trazendo consigo, além, um estreitamento das possibilidades e diminuição do escopo das alternativas de futuro, a partir, da degradação das “formas de poder inerentes”, ou seja, da ordem competitiva, assim como o emprego de “técnicas” de dominação rígidas e autoritárias que, ao invés de gerarem obediência ou legitimidade, produziam pouca eficácia prática. Essa polarização produziu um esvaziamento do significado histórico das mudanças sociais produzidas pela expansão da ordem competitiva, ao restringir “apenas” o “uso do poder para conseguir o máximo de estabilidade social” (Ibidem, p.111), mesmo tendo como resultado a diminuição do limite histórico das transformações em curso.

Toledo (1998) traz que alguns críticos de Florestan Fernandes definem sua noção de socialismo como utópica. Florestan, de certa forma, não nega o caráter “idealista” de sua formulação e que, portanto, a superação dos elementos de aburguesamento presentes nos militantes socialistas requereria a construção de uma nova natureza humana. Por sua vez, essa nova natureza humana seria a construção dos valores sociais humanos, condizentes e abertos ao socialismo. Essa construção seria feita pela *práxis* criativa dos seres humanos a partir das organizações sociais socialistas.

Assim, Florestan Fernandes condensa como “fé” o advento do socialismo conjuntamente com uma visão apoiada em argumentos racionais e, como aponta Toledo, essa foi a inspiração de clássicos do marxismo, apontando o marxismo como um “paradigma teórico-metodológico” para explicação da dinâmica capitalista contemporânea. Portanto, podemos perceber uma visão que concebe o marxismo como um ponto de partida para se conhecer a realidade da perspectiva anti-capitalista, ou seja, uma teoria viva.

Ao longo desse trabalho, afirmou-se que os autores em tela constituíram as duas maiores referências intelectuais no interior da tradição marxista de análise e interpretação da formação do Estado-Nação e, portanto, seus dilemas e desafios. Contudo, estamos também afirmando que esses mesmos autores não podem ser classificados como pertencentes ao núcleo ortodoxo da tradição marxista desenvolvida no Brasil. Ora, nos parece oportuno discutir essa aparente ambiguidade. De modo geral, acreditamos que a análise empreendida por Florestan Fernandes não é inteiramente condicionada pelo ambiente determinista que vicejava no interior do campo teórico marxista.

A burguesia encontrava-se em uma situação na qual as transformações sociais em direção à efetivação de uma ordem social competitiva defrontavam-se com dois obstáculos. Primeiro, romper com a dependência externa, a partir da constituição de um centro interno de decisões e, segundo, promover efetivamente a emergência de uma ordem competitiva. Diante do impasse, o caminho escolhido por estes setores da burguesia consistiu em atacar esses entraves de maneira isolada. Ela, a burguesia percebeu que a contradição primeira estava presente e era mais acentuada no aspecto econômico, então, reuniu apoio e inclusive fortaleceu o elemento conservador presente na estrutura política da sociedade colonial. Somente depois é que essa, passa a dinamizar também a estrutura política, que, nesse momento, já não contava em condições materiais de se sustentar.

Há uma coincidência nas análises de Florestan Fernandes e Caio Prado no que tange à formação tanto da elite econômica quanto política. Para os dois autores, a base dessa formação

são os “estamentos senhoriais”, sem contudo, deixarem de notar algumas exceções. Essa mesma origem é uma das explicações fornecidas para a característica egoísta e deficiente dos setores dominantes da burguesia.

Vemos também que, apesar do seu papel dinamizador e modernizador, sua importância na construção a “largo prazo,” das instituições políticas modernas, assim como, ter servido de base ideológica e utópica na construção do Estado nacional, o liberalismo foi absorvido pelas condições estruturais que encontrou. Portanto, as entranhas do capitalismo dependente conformam um ambiente hostil, marcado por um elemento burguês modernizante, mas que mantinha-se em constante conflito com o polo “atrasado” que impedia avanços mais significativos.

Dessa descrição, feita de maneira resumida, podemos perceber dois elementos centrais. O primeiro diz respeito ao modo como a burguesia, no Brasil, travou sua batalha pela hegemonia. Sua lógica concentrou na valorização do elemento dinâmico como propulsor, incentivador das mudanças estruturais. Entretanto, a peculiaridade presente no caso brasileiro refere-se a bem sucedida fórmula política de inclusão do elemento conservador. A relação que se estabelece não é de “necessidade”, mas de relação orgânica entre estas duas dimensões. O outro aspecto importante que queremos salienta é que foi a partir da Independência e, portanto, da formação de uma *sociedade nacional* que a Política e o Estado entram efetivamente em cena, sob a perspectiva da burguesia.

As elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial. Mas, contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social. por conseguinte, a natureza e o alcance revolucionário da Independência não se objetivaram (nem poderiam se objetivar) através de manifestações de grandes massas humanas, do uso organizado da violência e de anseio coletivos irredutíveis de transformação da estrutura social. (FERNANDES;1975, p. 32)

A lógica de construção da estrutura explanatória passa pela elaboração do sentido concreto resultante de suas implicações práticas, os setores que têm interesses ou são afetados, os pólos dinâmicos e atrasados e o desmascaramento das intenções.

Diante da bifurcação do funcionamento do sistema econômico da colônia quando se chocava com as estruturas institucionais da adoção da ordem liberal, possuía como setor dinâmico a pressão exercida pelas novas condições de apropriação da riqueza. As novas

circunstâncias exigiram uma nova forma de interação, o “senhor rural” já não era somente isso, era também um exportador e essa mudança econômica exigia, em contrapartida, novas formas de comportamento. Além disso, as novas condições econômicas produziram a ampliação, mesmo que muito restrita, na rede de inclusão social, uma vez que novos papéis sociais eram exigidos. Por aí se vê que a ideologia liberal se impunha como um momento de “vontade indecisa”, mas que, de fato, representou uma ruptura com o passado, uma ruptura sem sobressaltos, é verdade, mas que no sentido histórico produziu mudanças fundamentais que moldaram a formação da sociedade moderna no Brasil.

As transformações sociais, “graças aos dinamismos psicossociais”, apareceram como um “desterro histórico” irreversível, seja pela pressão externa, seja pelas necessidades internas surgidas com a expansão do capitalismo. Essa noção de fatalidade “histórica” permitia tanto o pólo dinâmico quanto o conservador procederem de maneira adaptativa, parcimoniosamente, sem radicalismos, em uma situação que a “ruptura irreversível com o passado colonial” não encontrava ligação imediata com a criação de estruturas condizentes com a nova ordem social. De fato, assim, o que parecia “potencialmente possível” tornava-se “aparentemente ideal”, o que abria brecha para o passado aventado como modelo para o presente, certamente, um passado remodelado, repaginado para com as exigências do presente. Diz o autor:

Portanto, sob esse aspecto, a preservação de velhas estruturas e o privilegiamento dos estamentos senhoriais possuíam, na sociedade brasileira da época, um sentimento revolucionário. Eram condições para o rompimento com o estatuto colonial e, ao mesmo tempo, para erigir-se a construção da ordem social nacional a partir da herança colonial (ou seja, de uma revolução dentro da ordem). (FERNANDES, 1975, p.55)

Fica evidente, no decorrer da construção do seu argumento, que a criação de um “Estado Nacional Independente” foi o elo que permitiu galvanizar os elementos contraditórios presentes na aliança construída em torno da superação do estatuto colonial e, por consequência, a criação de uma ordem social nacional. O Estado nacional representava tanto o polo conservador quanto o pólo dinâmico desta articulação. Para o pólo conservador, ele representava a segurança da manutenção das estruturas que garantiam a perpetuação dos privilégios históricos. Já no polo moderno, o Estado nacional era a expressão da viabilidade histórica, a longo prazo, da utopia liberal, o meio pelo qual as transformações seriam implementadas.

Há uma percepção tácita que perpassa toda a análise de Florestan Fernandes no que diz respeito a não existência de um único padrão de desenvolvimento capitalista exemplificadas pelas nações *centrais* e *hegemônicas*. Pelo contrário, a história das sociedades periféricas mostra que existem outras alternativas. E mais, se nos casos clássicos podemos perceber elementos comuns no desenvolvimento econômico, nos casos periféricos, especificamente no caso brasileiro, a particularidade no desenvolvimento econômico ganha contornos estruturais, que nos dizeres de Florestan Fernandes exprimem:

(...) a continuidade da dominação imperialista externa, a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não-possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalistas; e os dinamismos socioeconômicos débeis e oscilantes, aparentemente insuficiente para alimentar a universalização efetiva (e não apenas legal) do trabalho livre, a integração nacional do mercado interno e do sistema de produção em bases genuinamente capitalistas, e a industrialização autônoma. (FERNANDES, 1975, p.223)

Há certa crítica presente nos dois autores em tela nesta dissertação quanto ao destino real do nosso capitalismo. Parece-nos que os dois autores se debruçam sobre a necessidade da superação da ordem social capitalista e, por consequência, a implementação do socialismo, para efetivamente construir uma ordem de civilização plena. Contudo, existia um tom de lamento em relação a nossa condição de dependência. Lamentam o não desenvolvimento, as oportunidades perdidas na construção de uma ordem social competitiva plena. Tínhamos dois “destinos” reais para melhorar a vida do conjunto da população, especialmente as mais desfavorecidas: o desenvolvimento do capitalismo pleno (o possível) e o socialismo (o desejável). Entretanto, fomos incapazes de construir qualquer um desses dois caminhos.

4 Conclusão

Chegar ao fim de um trabalho que se propôs a estudar dois dos maiores pensadores brasileiros e, sem dúvida, as duas expressões mais elaboradas e fecundas do marxismo brasileiro, não é nada fácil. Chegamos nesse ponto com a clara certeza que tínhamos tanta coisa ainda por falar, tanto por analisar, impossíveis de abordar, por completo, em dissertações nos moldes estabelecidos.

O presente trabalho teve a pretensão, espero que com algum sucesso, em analisar a função do Estado e da política na construção da lógica argumentativa de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, tendo como pano de fundo a percepção de uma mudança presente nos dois autores, qual seja, a passagem de uma interpretação socioeconômica para uma interpretação sociopolítica. Essa mudança refletiu, por consequência, uma reconfiguração dos enfoques analíticos dos autores estudados.

Antes de prosseguir é necessário fazer o registro, já comum, mas nem por isso indispensável, do exemplo de vida dos dois autores em questão. Cada um a seu modo, sofreu as privações e provações em decorrência de disporem suas inteligências vivas à disposição de uma causa, qual seja, a transformação da sociedade brasileira em direção de uma nova sociabilidade pautada pela liberdade e pelo socialismo. E o fizeram sem a menor concessão do caminho fácil das afirmações propagandistas.

Ainda em relação às lacunas e incompletudes presentes no interior da tradição marxista, devemos levar em consideração os ambientes hostis em que o marxismo, enquanto teoria social se desenvolveu.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que a elaboração de uma nova visão de sociedade não é tarefa fácil. Sua gestação é lenta, no interior e em confronto com outras formas de organização societária. Em comparação com o liberalismo, a trajetória do desenvolvimento do marxismo encontrou um terreno árido, a começar pelas condições precárias de trabalho enfrentadas pelo principal autor dessa recente tradição teórica. Além disso, em termos temporais é ainda um pensamento “novo”, não possuindo, ainda, estabilizados seus pressupostos teóricos.

Em segundo lugar, a relação existente entre teoria e prática, no marxismo, é orgânica. Essa é sua maior qualidade, mas também, um de seus pontos fracos. Ainda em sua fase de elaboração, já era reivindicada por uma revolução (Comuna de Paris). Menos de cinquenta anos após sua principal obra ser lançada, já era inspiração para a maior revolução do século XX.

Seu desenvolvimento ocorreu de maneira contínua e em ambientes diferentes. Não é apenas folclórico que os dois autores analisados nesta dissertação tiveram seus percursos teóricos traçados em vias distintas. Caio Prado não adentrou a universidade, mas isso não rebaixou a qualidade de sua produção teórica. Em contrapartida, Florestan Fernandes, elaborou seu pensamento no interior da universidade, mas isso não elitizou seu pensamento.

O que queremos afirmar é que, mesmo diante da monumental estatura do campo fundante, o marxismo é ainda uma cultura em formação e desenvolvimento, que possui pontos altos e baixos.

Em todos os estudos pesquisados, os autores em tela, aparecem e são caracterizados como expressões de uma autonomia intelectual em relação à tradição marxista dominante. Ou seja, são autores que de alguma forma não foram sufocados pela tradição oficializante. Ao contrário, travaram um diálogo crítico com ela. Estabelecem uma interpretação do desenvolvimento e internalização do capitalismo por uma via não clássica para o Brasil. Contudo, não significa dizer que os mesmos autores conseguem romper plenamente com os fundamentos deterministas no campo marxista.

Assim, ao final dessa dissertação chegamos a, pelo menos, cinco conclusões gerais que merecem atenção.

A *primeira conclusão* refere-se à incapacidade da teoria marxista em adentrar no debate contemporâneo sobre democracia. Essa restrição é consequência das incompletudes presente no campo fundante que, apesar da extraordinária estatura de suas formulações, não foi plenamente desenvolvido no que tange a uma concepção *praxiológica* do desenvolvimento histórico. Entre as tensões e incompletudes de um processo inacabado, as partes menos criativas do pensamento marxiano foram as mais vulgarizadas e disseminadas, fato que dificultou o avanço da crítica não determinista da mudança social.

Assim, ao longo desse trabalho, tentamos demonstrar que o desenvolvimento de categorias de análises essencialmente políticas no campo do marxismo ganhou pouca elaboração teórica. Resultado, por um lado, de um processo inconcluso de formulação crítica da sociabilidade centrada na propriedade privada e por outro, nos silêncios encobertos pela preponderância de noções deterministas da história.

Foi com Antonio Gramsci que a teoria marxista encontrou uma revisão crítica aos contornos deterministas presentes no seu núcleo teórico, reforçados pela expansão das ondas deterministas na tradição marxista. Por outro lado, essa nova síntese elaborada pelo pensador italiano, procura desenvolver uma reelaboração do campo teórico marxista.

Em ligação com a primeira, chegamos à *segunda conclusão*: foi com o pensador italiano Antonio Gramsci que, no interior da tradição marxista, foram esboçadas as categorias políticas que permitem elaborar uma concepção *praxiológica* da história. Essa crítica de refundação do campo fundante foi possível a partir da crítica filosófica ao economicismo dominante e à valorização dos fundamentos introdutórios à concepção não determinista do desenvolvimento histórico, em que a valorização da atividade humana criativa ganha relevo significativo perante os condicionantes econômicos.

O autor italiano estabelece um diálogo crítico e historicizado com a obra de Marx no sentido de tê-la como ponto de partida e não de chegada. Chega à conclusão que o marxismo necessita de uma atualização histórica e de um desenvolvimento conceitual que possibilite o desenvolvimento de uma dimensão ético-política. Sendo assim, capaz de construir uma concepção integral de mundo, a partir de uma filosofia autônoma, livre de “traços metafísicos, especulativos e mitológicos e em direção a um humanismo e historicismo radicais”.

Ou seja, como vimos anteriormente, as tensões deterministas presentes na construção do campo teórico marxista são ampliadas pela falta de um desenvolvimento de categorias analíticas próprias de uma visão *praxiológica* da história. E essas categorias (classes sociais, Estado, Hegemonia, Política, entre outras) ganharam um desenvolvimento original e profundo,

apesar de preliminar, nas análises de Gramsci. Nesse contexto, temos como ponto de partida que os autores colocados em relevo fizeram um deslocamento nas suas produções teóricas e passaram a ter essas categorias, mais notadamente a questão do Estado e da política, em maior relevância nas suas interpretações.

Essa reelaboração consistiu em nutrir o marxismo de categorias analíticas que visavam suprir as deficiências no interior do campo teórico de conceitos chaves capazes de ajudar na compreensão da dinâmica tendo como referência a *práxis* coletiva dos atores sociais.

A *terceira conclusão* procura afirmar a contribuição de Caio Prado no entendimento dos caminhos e impasses da construção de uma formação social autônoma, baseada na formação de uma classe revolucionária e de um Estado autônomo. Uma dimensão estruturante deste pensamento é a condição de dependência primária, desde o período colonial, à lógica de formação e desenvolvimento do capitalismo internacional.

Uma das grandes contribuições, como já dissemos, oferecidas por Caio Prado foi o modo peculiar e original com que tratou a história do Brasil. Seus textos não estão preocupados em narrar de forma sistemática o período histórico estudado. Ao contrário, procurava ater-se ao essencial, ao que conferia sentido ao objeto de estudo. Como nos diz Gorender (1989, p. 67), “a historia se resgatava, seletivamente, a partir do presente”, representada pelos interesses impostos pela classe dominante, que conformam os impasses e dilemas que permitiam a possibilidade de pensar as alternativas de superação do “estado de coisas” do presente.

A *Revolução brasileira* deve ser entendida no contexto de uma derrota do movimento comunista nacional em que as elaborações e interpretações da realidade brasileira - a partir do seu núcleo dominante, ou seja, o PCB e seu campo de influência - foram contestadas e derrubadas. Esse contexto suscitou um amplo debate no interior da tradição marxista.

O estatuto colonial firmou como setor orgânico da sociedade brasileira a grande propriedade rural, que estabeleceu como afirmação o domínio patrimonialista e da vocação originária colonial, qual seja, fornecer matérias primas para os países centrais. Desse “sentido” emergem dois grupos centrais, os grandes proprietários rurais e os escravos. Apesar dos outros grupos existentes no interior da sociedade colonial, são esses dois que conferem inteligibilidade ao processo de colonização.

A escravidão, como herança orgânica da estrutura brasileira, exprime e condiciona a forma de interação na formação do Estado-nação, uma vez que ela representa a grande lavoura de exploração, as grandes unidades produtivas, a negação ao trabalhador da sua condição de

trabalhador e, em consequência, seus direitos. Além disso, a escravidão nega também a política, enquanto livre expressão dos interesses e valores.

Apesar da análise de Caio Prado, na passagem do período colonial ao período de construção da nacionalidade brasileira, ser centrada na propriedade patriarcal, o autor não deriva, a partir da análise, a existência de resquícios feudais no nosso passado colonial. Para além da comprovação ou não da tese, é importante ressaltar que essa interpretação foi original e formou um novo campo de estudo da realidade brasileira, e que tem como ponto central a noção de que a história do Brasil está relacionada desde o seu início com o processo de desenvolvimento capitalista internacional. Como afirma Ricupero (2000), “boa parte das realizações de Caio Prado talvez vêm justamente daí, da preocupação de que a história brasileira é uma história feita sem rupturas significativas com a orientação que vem da colônia”.

Mesmo quando o autor analisa a independência, o resultante é um processo também sem rupturas significativas. Ao contrário, é resultado do processo de desenvolvimento econômico que se tornou incompatível com a estrutura do sistema colonial. Podemos perceber em Caio Prado a configuração de um Estado evasivo e subordinado ao capital estrangeiro. Preso à dinâmica da movimentação do capitalismo internacional. O Estado não apresenta condições de desenvolver uma dinâmica própria, dentro do marco capitalista, de articulação que vise à superação do estatuto colonial.

A crítica à própria “história” do Estado está no sentido da sua falta de capacidade sistêmica em estabelecer a constituição da Nação com base no interesse público. Uma construção incapaz de incorporar a padrões modernos de civilização a grande parte da sociedade.

No tocante a questão do determinismo, podemos situar a produção teórica de Caio Prado como tendo seu escopo explicativo diminuído a partir de uma perspectiva se procura descobrir sentido último por onde caminharía o desenvolvimento social e histórico. Tendo a atividade humana o poder de acelerar ou diminuir o ritmo. O sentido já está dado e não tem como ser mudado.

Em resumo, podemos dizer que a contribuição essencial de Caio Prado reside na sua interpretação pioneira e original da formação social brasileira. Como afirma Iglesias (1982), o autor paulista, mesmo não tendo terminado sua obra histórica, constituiu-se como nosso maior historiador. Mesmo sem entrar no mérito da assertiva, reconhecemos que a amplitude da sua produção teórica o coloca em lugar privilegiado na história do pensamento social brasileiro. Entretanto, no que tange à teoria política sua interpretação não possui a mesma originalidade e

profundidade; ao contrário, encontramos poucas análises centradas na dinâmica institucional. Quando analisou, esse aspecto aparecia de modo subordinado e dependente às dinâmicas próprias do terreno da economia e, esta, fortemente condicionada pelos aspectos históricos transmitidos ao presente. Assim, diminui o escopo político de suas formulações na medida em que restringe e não capta de maneira abrangente as possibilidades da intervenção coletiva no transcurso da história.

Por fim, podemos afirmar que poucos autores enfrentaram de forma sistemática e original o tema da revolução brasileira, quanto Caio Prado. Aqueles que o fizeram em grande parte se renderam às fórmulas pré-estabelecidas, produzidas para realidades estranhas à história brasileira. Como resultado, temos um pensamento de esquerda débil em relação ao entendimento dos problemas estruturais do país, o que leva de igual maneira a uma postura pouco produtiva no campo político. O livro *A revolução brasileira* é também uma obra de combate político. Nele, Caio Prado trava uma batalha dura e apaixonada com as teses oficiais do Partido Comunista Brasileiro-PCB acerca dos rumos que a emancipação humana no Brasil deveria seguir.

A *quarta conclusão* trata do modo estrutural com que Florestan Fernandes analisa os impasses oriundos da estrutura de exclusão da sociedade brasileira na constituição de um regime de classes, tendo o subdesenvolvimento não como óbice ao capitalismo pleno e desenvolvimento, mas ao contrário, analisa o seu papel em sociedades periféricas atuando como condição para o desenvolvimento integrado do capitalismo.

Florestan Fernandes ressalta constantemente a necessidade de se estudar as características específicas de cada sociedade em particular, uma vez que, para ele, o regime de classe apresenta-se de modo distinto em cada sociedade. Sendo dever do sociólogo, então, a “descoberta” dos traços distintivos que marcam cada sociedade.

Disso decorre, para Fernandes, a diferenciação da dominação burguesa no Brasil. Ou seja, o modo de dominação burguesa nos países de capitalismo monopolista desenvolvido é distinto dessa mesma dominação em sociedades de economias periféricas e dependentes, como a brasileira. Consiste, portanto, em um erro grave, por parte dos cientistas sociais, não levar em consideração essa diferenciação estrutural básica, no momento da análise.

Essa diferenciação provoca uma tensão nas relações próprias do processo de aprofundamento do capitalismo. Se, por um lado, temos uma elite política que procura cada vez mais uma autonomia no processo de tomada de decisão, temos, por outro lado, relações estruturais externas que de certa maneira pressionam em favor do estabelecimento de relações

estruturais condizentes com o modo de produção capitalista. Esses movimentos de sentidos opostos são exemplificados pela independência, que foi a primeira grande revolução social no Brasil.

Na análise de Florestan Fernandes, é o capitalismo dependente que estabelece as conexões que estruturam e dão sentido ao “estado das coisas” na sociedade brasileira. Já que é o capitalismo dependente, no interior da construção analítica de Florestan Fernandes, que vai fornecer as bases estruturais de formação da burguesia e da incapacidade crônica da burguesia em incluir os setores populares na cena política.

Quando analisamos a questão do determinismo chegamos a perceber que na produção teórica de Florestan Fernandes, uma procura por descobrir as leis imanentes que regem os processos de mudanças sociais.

Como marxista, Florestan Fernandes repõe a luta de classes plena como forma de superação do atraso. Identifica o proletariado vivendo plenamente as contradições de classe, e as maiorias excluídas como os agentes que levarão a sociedade brasileira a romper com o atraso, com dois caminhos possíveis: ao capitalismo avançado ou ao socialismo; ambos são melhores para o proletariado que o passado colonial. A burguesia é, para Fernandes, incapaz de conduzir o processo de superação do atraso colonial porque ela mesma é um resquício dessa velha ordem.

É também a partir do conceito de capitalismo dependente que compreendemos a debilidade dos dinamismos democráticos do sistema político de poder na periferia do sistema capitalista. O capitalismo dependente diminui a potência desses arranjos democráticos, na medida em que não consegue superar as amarras estruturais de um sistema político onde o essencial continua a ser as “vantagens comparativas.” Ou seja, a democracia, na condição de capitalismo dependente, não consegue expandir-se para o conjunto da sociedade; caso assim o fizesse, colocaria em risco os privilégios historicamente usufruídos pelas classes dominantes no Brasil, já que o Estado, nas sociedades de capitalismo periférico e dependente, perde seu revestimento poroso de aliança entre as classes e, assume uma posição autoritária de manutenção daqueles privilégios históricos. Esta sociologia política leva o autor a criticar, de modo severo, as análises institucionalistas que conferem uma autonomia ao Estado perante a ordem social.

Como vimos, o capitalismo dependente encontra-se no cerne do argumento do autor para a explicação estrutural da permanência de uma dominação autocrática burguesa no Brasil. Podemos afirmar, ainda, que sem esse conceito sua explicação perde muita força na explicação da realidade brasileira. Entretanto, se podemos apontar alguma debilidade na lógica explicativa

do autor, esse ponto nos parece chave. A valorização da análise a partir de uma sociologia da política, ou seja, do entendimento da realidade a partir das estruturas sociais, fez com que o autor não conferisse valor às possibilidades abertas pelas mudanças institucionais na tentativa de superação da ordem autocrática burguesa. Se, de fato, a condição periférica restringe o escopo democrático, é ela, entretanto, o que, em sociedades de dominação autocrática burguesa, abre caminho à incorporação das camadas populares ao sistema político.

A *quinta conclusão* que chegamos refere-se ao “espírito” que norteou nossa dissertação, ou seja, os problemas para a teoria democrática da subvalorização do processo de formação da Nação e suas dificuldades em romper com as amarras do estatuto colonial, assim como as dificuldades estruturais em incorporar as classes subalternas ao processo político. A valorização excessivamente autônoma, quase exclusiva em algumas situações e autores, dos aspectos institucionais dos processos democráticos representaria, pois, um grave empobrecimento de seu potencial explicativo.

Se, por um lado, a pouca valorização dos aspectos próprios da dinâmica institucional que apontamos nos trabalhos de Caio Prado e Florestan Fernandes tem como resultado uma visão parcial dos processos de mudança social, no caso de certo paradigma da ciência política institucionalizada, essa postura diminuiu a potência da análise, a partir do momento em que suas interpretações não valorizaram as consequências das mudanças sociais e da inserção soberana ou dependente do Brasil. O processo de institucionalização das ciências políticas no Brasil passou, cada vez mais, a negligenciar os aspectos estruturais da nossa formação social e os dilemas e percalços do processo de ampliação social da cidadania. Nesse contexto, passou a privilegiar as mudanças institucionais como alternativa exclusiva de análise da estrutura de poder na sociedade brasileira.

Por fim, podemos afirmar que os dois autores travaram um debate situado na grande política, uma vez que procura revelar as questões estruturais presentes no nosso desenvolvimento histórico, assim como, procuram também apontar as possibilidades de superação e reorganização da sociedade brasileira em parâmetros de autonomia e inclusão. Assim, ao invés de uma sociologia da política ou de uma política sem uma sociologia precisaríamos de uma ciência política fortemente ancorada nos grandes dilemas históricos resultantes de nossa formação social singular.

5 Bibliografia

AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luis Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs) **Gramsci no seu tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

ANDERSON, Perry. **As Antinomias de Gramsci**. In: *Critica Marxista* n° 1 São Paulo: Joruês, 1986

ARRUDA, Maria Armínda do Nascimento. Arremate de uma reflexão: a revolução burguesa no Brasil de Florestan Fernandes. **Revista USP Dossiê Florestan Fernandes**. São Paulo, n°29, p.56-65.

BARATTA, Giorgio. **As rosas e os Cadernos**: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. **Antônio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente.** São Paulo: UNESP, 2011.

BARROW, Clyde W. **Critical Theories of the State: Marxist, Neo-Marxist, Post-Marxist.** London: University of Wisconsin Press, 1993.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política.** São Paulo: Alameda, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BORON, Atilio A. **Aula Inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo.** In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.33-50.

_____. **Teoria Política Marxista ou Teoria Marxista da Política.** In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.167-181.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880.** 10. ed. rev. pelo autor. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Ouro sobre Azul, 2006.

CERQUEIRA, Luarez. **Florestan Fernandes: Vida e Obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COHN, Gabriel. **Florestan Fernandes: A Revolução Burguesa no Brasil.** In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil: banquete no trópico.** São Paulo: SENAC, 1999. p. 393-412.

COUTINHO, 1980

_____. Uma via “não-clássica” para o capitalismo. In: D’INCAO, Maria Angela (org.). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Editora UNESP, 1989. p. 115-131.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DREIFUSS, Rene Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petropolis: Vozes, 1981.

D’INCAO, Maria Angela (org.). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Editora UNESP, 1989.

FELICE, Franco de; GRAMSCI, Antoni; PARLATO, Valentino. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

_____. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional**. São Paulo: Globo, 2010.

_____. **Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. O ardor dos políticos. **Revista USP Dossiê Florestan Fernandes**. São Paulo, nº29, p. 86-88. mar/mai., 1989.

GONZALEZ, Sabrina. Crônicas marxianas de uma morte anunciada. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.15-32.

GORENDER, Jacob. Do pecado original ao desastre. In: D’INCAO, Maria Angela (org.). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Editora UNESP, 1989. p.259-269.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRAMSCI, INSTITUTO (org.). **Política e História em Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. **Tudo começou em Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 1978.

IANNI, Octavio (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

IGLESIAS, Francisco (org.). **Caio Prado Júnior: história**. São Paulo: Ática, 1982.

IUMATTI, Paulo Teixeira. **Caio Prado Jr.:** uma trajetória intelectual. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Diários Políticos de Caio Prado Júnior: 1945.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

LAPA, José Roberto do Amaral. Caio Prado Junior: a formação do Brasil contemporâneo. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil:** banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 1999. p.257-272.

LEFORT, Claude. **Pensando o Político:** ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

MACCAMBELLI, Terenzio. A “Grande Transformação”: as relações entre Estado e economia nos Cadernos do Cárceres. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (orgs). **Gramsci no seu tempo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

MARTINEZ, Paulo H. (org). **Florestan ou o sentido das coisas.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

_____. **A dinâmica do pensamento crítico Caio Prado Jr. (1928-1935).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Florestan:** Sociologia e Consciência Social no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 - (Coleção Leitura)

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** Coimbra: Oficinas Gráficas, 1971.

_____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução.** 1977.

_____. **Sobre a Questão Judaica.** Boitempo, 2010.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico.** Rio de Janeiro, 1977.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**: colônia e império. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1933.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **A Revolução Brasileira**: perspectivas em 1977. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. **Sentimento do Brasil**: Caio Prado Jr.- Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

REIS, José Carlos Reis. Anos 1960 Caio Prado Jr.: a reconstrução crítica do sonho de emancipação e autonomia nacional. In: _____. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 7ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.173-201.

_____. Anos 1960-70: Florestan Fernandes: os limites reais, históricos à autonomia nacionais : a dependência sempre renovada e revigorada. In: _____. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 7ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 202-234.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. In: _____. **Sete Lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007a. Cap. V, p.129-153.

_____. Florestan Fernandes. In: _____. **Sete Lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007b. Cap.VII. p.181-207.

_____. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Ed.34, 2000.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a Barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Júnior**: na cultura política brasileira. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

SCHAEFER, Sérgio. **A lógica dialética**: um estudo da obra filosófica de Caio Prado Júnior. Porto Alegre, RS: Editora Movimento, 1985.

SECO, Lincoln. **Caio Prado Júnior**: o sentido da revolução. São Paulo: Boitempo, 2008.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. **Florestan**: a inteligência militante. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes**: o militante solitário. São Paulo: Cortez, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de,. Utopia e socialismo em Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, Paulo H. (org). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. p.59-68.

WOOD, Ellen Meiksins. Estado, Democracia e Globalização. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.381-393.